

INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES
CURSO DE ESTADO MAIOR

2000 / 2002



TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IAEM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS.

ESTRATÉGIA E CULTURA

PAULO RAMOS
MAJ CAV^a

PAULO RODRIGUES RAMOS

***ESTRATÉGIA E
CULTURA***

***INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS
MILITARES***

DEZ 2001

À Cátia

*Que aprendeu as letras,
enquanto o pai estava "lá
em cima a fazer o
trabalho".*

RECENSÃO DA OBRA: “A *MUNDIALIZAÇÃO DA CULTURA*”

MAJ INF MORAIS QUEIJO



ÍNDICE

PREFÁCIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	1
a. Âmbito e Tema.....	1
b. Objectivo.....	2
c. Método.....	3
d. Organização.....	4

PARTE I

ESTRATÉGIA E CULTURA: O QUE SÃO?

1. ESTRATÉGIA - interesses e ameaças.....	5
a. Os Conceitos e a Realidade.....	5
b. Análise do Conceito de Estratégia.....	7
(1) Coacção vs. Conflito.....	8
(2) Oposição Hostil vs. Ameaça.....	8
(3) Unidade Política vs. Organização.....	10
(4) Forças Morais vs. Forças Imateriais.....	10
c. Proposta de Conceito.....	11
2. CULTURA - ideias e costumes.....	12
a. Definição e Caracterização.....	12
b. Universo Social.....	14
c. Formas de Cultura.....	15
3. ESTRATÉGIA E CULTURA - potencial estratégico.....	17
4. ESTRATÉGIA CULTURAL - síntese conclusiva.....	21



PARTE II

ESTRATÉGIA CULTURAL: O QUE PODE SER?

5. O NOVO SISTEMA INTERNACIONAL.....	23
a. Caracterização.....	23
b. Ameaças e Riscos.....	26
c. Origem dos Conflitos.....	28
d. Limitações ao Emprego das Estratégias Clássicas.....	31
6. ESTRATÉGIA CULTURAL INTERNA.....	35
a. Generalidades.....	35
b. Objectivos Políticos.....	35
c. Riscos e Estratégias.....	36
d. Ameaças e Estratégias.....	39
e. Instrumentos de Acção Estratégica.....	45
7. ESTRATÉGIA CULTURAL EXTERNA.....	49
a. Generalidades.....	49
b. Interesses e Ameaças.....	50
c. Acção Estratégica.....	53
d. Instrumentos de Acção Estratégica.....	59
8. CARACTERIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO.....	63
a. Objectivo e Conceito.....	63
b. Estratégia Cultural Interna.....	63
c. Estratégia Cultural Externa.....	66
<u>CONCLUSÕES - Estratégia Cultural, Estratégia de Paz.....</u>	<u>70</u>
<u>PROPOSTAS.....</u>	<u>76</u>



FONTES E BIBLIOGRAFIA

ANEXOS - Estratégia Cultural Aplicada

A: Estratégia Cultural em Portugal (omitido)

B: Estratégia Cultural nos EUA (omitido)

C: Estratégia Cultural no RU (omitido)

D: Estratégia Cultural em França (omitido)

E:



PREFÁCIO

"É com muito reduzida frequência que se registam em Portugal iniciativas de abordagem temática do vector Cultural enquanto componente específica do poder nacional. As oportunidades de reflexão conjunta e de debate são raros, e torna-se preocupante a escassez de trabalhos aprofundados sobre as problemáticas envolvidas.

Não existem, de facto, estudos rigorosos sobre as características específicas do vector Cultural, ou dos seus níveis e modos de articulação com as outras componentes vectoriais do poder nacional. Não foi ainda elaborada uma classificação sistematizada, gradativa, dessas componentes. Não foram analisados os seus efeitos sinérgicos e está por fazer a inventariação instrumental dos meios de concretização efectiva das acções.

Esta situação parece decorrer, não apenas da complexidade do tema, mas sobretudo de causas estruturais cujos efeitos convergentes se combinam com circunstâncias conjunturais determinantes.

Entre as primeiras encontram-se características de mentalidade, das quais resulta a ausência acentuada de percepção do fenómeno Cultural em termos de perspectiva estratégica, bem como da sua consequente concretização política aplicada ao serviço da comunidade, enquanto vector de consolidação e projecção do poder nacional.

Por outro lado, não é ainda suficientemente evidente, em Portugal, o facto de o desenvolvimento das potencialidades e a aplicação consequente das capacidades Culturais devidamente integradas numa estratégia política de conjunto, no contexto das relações internacionais, constituírem um eminente gerador de riqueza a curto e médio prazo"¹.

Victor Marques dos Santos

¹ Victor Marques dos Santos, "Cultura e Poder" in Nação e Defesa, n.º especial "Defesa Nacional - Anos 90, vol. 1, Agosto 1990, p.174 e 175. Victor Marques dos Santos, à data, era Mestre em Relações Internacionais e Assessor do Instituto da Defesa Nacional.



INTRODUÇÃO

**“Caminhante; não há caminho. O caminho
faz-se ao andar”**

António Machado, poeta

a. Âmbito e Tema

O presente trabalho de investigação foi elaborado no âmbito do Curso de Estado Maior 2000/02.

Observando o Sistema Internacional, deparamo-nos com duas realidades fortemente marcadas pela Cultura. Por um lado, o duelo de influências no seio das organizações internacionais, desenvolvido com base na divulgação e defesa das características culturais dos Estados. Por outro, o facto de a Religião se constituir como elemento catalisador de conflitualidade mundial.

A Cultura e a Influência Internacional.

"O Mundo está repartido em espaços geopolíticos, sujeitos a influências linguísticas e culturais dominantes. Nas Nações Unidas, Língua e Cultura estão no coração dos jogos de influência e de poder. Há duas grandes estratégias culturais que se encontram em oposição: enquanto que a França se apoia no Estado para fortalecer a sua influência exterior, os países anglo-saxónicos remetem-se ao mercado, para estabelecer os seus modos de pensar e a sua língua, utilizando as suas empresas, as suas tecnologias e os seus produtos"¹.

"A França construiu um aparelho complexo destinado a garantir a difusão das suas ideias, da sua língua e da sua Cultura no Mundo. Garantiu aos Estados que foram suas ex-colónias, importante ajuda económica, financeira e militar, em troca do seu apoio nas Nações Unidas e em favor da língua francesa nas instituições internacionais"². Outros países europeus seguiram estas medidas, criando institutos para o ensino da língua e estações de televisão internacionais de informação.

O esforço do governo americano centrou-se na liberalização das trocas culturais. Após a II GM, a ajuda americana à Europa incluía uma cláusula abrindo o mercado cinematográfico dos países europeus. No entanto, os Estados Unidos abandonaram a UNESCO no momento em que esta organização pretendia abrir negociações acerca de uma nova ordem mundial da informação. O seu apoio à livre troca cultural tem-se atenuado, por ter sido posta em causa a sua hegemonia cultural, nomeadamente pelo controlo japonês de algumas das maiores empresas das indústrias de Cultura³.

¹ Jean-Jacques Kourliandsky, "Os Espaços culturais" in Atlas das Relações Internacionais, Plátano, Lisboa, Set 99, p.60

² idem, ibidem.

³ Idem, Ibidem.



Os Conflitos "Religiosos".

Quanto ao papel das religiões na conflitualidade mundial, basta olhar de relance a História para nos apercebermos de quantas vezes andaram de mãos dadas com a guerra. De tal modo foram dilacerantes, em séculos passados, as guerras religiosas no continente europeu que nalgumas sociedades ocidentais, como a francesa, optou-se por marginalizar da vida pública, todas as organizações religiosas. Pensava-se delimitar desta forma a influência da Religião, que muitos consideravam ser uma das principais fontes de intolerância e irracionalidade, e uma ameaça constante à integridade do tecido social. Combatida a influência das Igrejas, o sentimento religioso transferiu-se, tão irracional, intolerante e desumano como nunca, para as ideologias.

Adormecidas as ideologias, o factor religioso volta a ter preponderância, e mais uma vez se encontra conotado com inúmeras situações de conflito. Veja-se a ex-Jugoslávia, onde há séculos se confrontam três civilizações; ou o conflito que opõe a Arménia cristã ao Azerbaijão muçulmano; a tensão constante entre a Índia hindu e o Paquistão muçulmano; a guerra civil do Sudão entre um Norte muçulmano e um Sul cristão; o confronto Israelo-Árabe; ou o martirizado Líbano onde convivem, como resquícios da história, as tradições árabe-cristã ortodoxa, árabe-muçulmana e árabe-cristã católica. Observe-se ainda como os povos do continente europeu, após a queda do muro de Berlim, regressam às suas posições históricas, a Leste e a Oeste da fronteira que divide a cristandade ocidental do Mundo ortodoxo⁴.

Esta evidência levou a que Samuel Huntington tivesse apresentado uma das teses mais polémicas da actualidade. A sua teoria identifica o confronto de civilizações como aquele que marcará a conflitualidade do Mundo moderno e que as fronteiras entre civilizações serão as frentes de batalha do futuro. Huntington refere ainda que "os governos e os movimentos, cada vez menos capazes de mobilizar apoios e de formar coligações com base em ideologias, irão tentar mobilizar as pessoas, apelando para uma mesma identidade religiosa e civilizacional⁵".

"Diante deste panorama, ainda que hipotético, avulta a importância de fomentar o diálogo entre as religiões e de intensificar a sua colaboração para a Paz"⁶.

b. Objectivo

Como ficou expresso, uma observação, não necessariamente atenta, das Relações Internacionais, permite-nos verificar que o factor cultural se encontra frequentemente presente, chegando mesmo a ser determinante. No entanto, tentando aprofundar o tema, e entrando no "Mundo da Estratégia", encontramos um grande vazio doutrinário. De facto, este factor não se

⁴ Peter Stilwell, "A religião, factor de conflito e potencial de paz" in Nação e Defesa nº75, IDN, Lisboa, Julho 95.

⁵ Samuel Huntington, "The Clash of Civilizations" in Foreign Affairs 72/3, Verão 93, p.29.

⁶ Peter Stilwell, Op Cit, p.64



encontra académica ou operacionalmente caracterizado (pelo menos em Portugal) e, para além das evidências jornalísticas, poucas vezes é referido.

Foi esta incoerência entre o real e o doutrinário que assaltou a mente de um iniciado nestas artes quando, numa aula de "Teoria Geral da Estratégia", o General Cabral Couto apresentava as estratégias gerais. De facto nenhuma delas incluía o factor cultural. Desde então, uma observação mais atenta tem feito crescer a convicção da importância estratégica da Cultura. Simultaneamente, o facto de se tratar de um assunto pouco abordado, provoca alguma interrogação e insegurança. O livro de Huntington veio aliviar essa insegurança e reforçar a convicção.

Agora, com o despertar de Huntington, o assunto tem tido "maior tempo de antena". No entanto, a profundidade da sua análise não ultrapassa o comentário televisivo, o artigo de revista ou a referência breve de uma ou outra monografia.

Mantendo-se o vazio doutrinário e reunidas as circunstâncias, propomo-nos agora identificar como as características culturais podem influenciar e integrar as Estratégias dos Estados. No final deste estudo, pretendemos concluir sobre a existência de uma Estratégia Cultural ao nível do Estado e fazer uma caracterização da sua actuação (para quê, como, com quê).

c. Método

Este estudo começou pela observação empírica de um "fenómeno" que se pretende analisar e caracterizar. Tendo presente os objectivos - existência e caracterização de uma Estratégia Cultural, ao nível do Estado - o nosso estudo foi orientado para dar resposta a quatro questões:

É possível, em termos doutrinários, a existência de uma Estratégia Cultural ?

Por que razão a Cultura tem sido utilizada pela Estratégia dos Estados ?

Como pode ser caracterizada a Estratégia Cultural ?

De que forma é empregue pelos Estados, no âmbito das Relações Internacionais ?

Deste modo, as fases de pesquisa e análise foram orientadas para duas áreas distintas. Uma, de cariz puramente doutrinário, pretendia dar resposta à primeira questão. Outra, orientada para o Sistema Internacional e para a observação das relações entre os seus actores, pretendia dar respostas às restantes questões.

Na primeira fase, foi feita uma análise dos conceitos de Estratégia e Cultura, e procurou-se verificar se são realidades compatíveis. Quanto à Estratégia, tomámos em consideração o conceito de referência no Instituto de Altos Estudos Militares, e fizemos uma análise crítica do seu conteúdo, no sentido da sua actualização. Deste modo, confrontámos o conceito e a sua fundamentação, com os fenómenos observáveis do Sistema Internacional. Quanto à Cultura, fizemos a sua análise e caracterização na perspectiva sociológica. Posteriormente, através dos vários pensadores do



potencial estratégico, procurámos verificar se a Cultura é um factor de poder. Ou seja, como uma força passível de ser utilizada pela Estratégia.

Na segunda fase, fizemos uma análise do Sistema Internacional, por forma a identificar um possível espaço de actuação para a Estratégia Cultural. Esta análise foi orientada no sentido de identificar limitações ao emprego das Estratégias gerais, que poderiam ser colmatadas por uma nova forma de actuação. Desta forma pretendemos responder à segunda questão.

Continuando a análise no âmbito do Sistema Internacional, para responder às duas últimas questões, fizemos uma pesquisa bibliográfica sobre todos os assuntos que poderiam relacionar a Cultura (sociologicamente falando) com a Política do Estado. Esta pesquisa incidiu sobre obras literárias e sobre documentos oficiais dos Estados (leis, programas de governo, planos estratégicos, etc.). Em ambos os casos, procurou-se diversificar as suas origens (geograficamente falando), uma vez que as percepções sobre este fenómeno não são unânimes. Com os elementos levantados, foi feita uma caracterização e sistematização do fenómeno.

A resposta à quarta questão foi dada em paralelo com a anterior. No entanto, no nosso projecto inicial, existia um espaço reservado para a análise da Estratégia Cultural, praticada por cada país. Esta parte, por motivos vários, acabou por não ser concretizada no corpo do trabalho. Sendo esta análise por países complementar (não essencial) e ilimitada (quanto mais países analisados, mais solida pode ser a tese), optámos por transferir este espaço para possíveis anexos, a adicionar oportuna e gradualmente. Esta medida tem como vantagem, tornar o trabalho mais flexível e actualizável.

De facto, depois de profunda pesquisa e longa análise, comparando aquilo que foi escrito com o que ficou por escrever, podemos dizer que o trabalho que se apresenta, não é um fim mas sim um princípio.

d. Organização

A organização do presente documento reflecte a sequência do método anteriormente descrito. A primeira parte, com quatro capítulos, corresponde à fase de análise conceptual, onde se responde à primeira questão. No primeiro capítulo falamos de Estratégia. No segundo e terceiro, de Cultura. No último, concluímos que, conceptualmente, pode existir uma Estratégia Cultural.

A segunda parte, do quinto ao oitavo capítulo, corresponde à fase de análise no âmbito do Sistema Internacional. No quinto capítulo, analisando o Sistema Internacional, responde-se à segunda pergunta. No sexto e sétimo, analisando a Estratégia Cultural, responde-se às restantes perguntas. O último capítulo, pretende sistematizar de forma esquemática, a Estratégia Cultural analisada anteriormente, por forma a facilitar a sua compreensão.



CAP 1 - ESTRATÉGIA - interesses e ameaças

"Não existe uma noção de Estratégia geral adaptada aos domínios económico, diplomático, psicológico, etc. Todavia, é nestes domínios que a Estratégia é praticada no dia-a-dia, sem se saber ... não se tira dela todo o partido que seria possível, se a acção assentasse em concepções mais sistematizadas, resultantes de um método de raciocínio mais perfeitamente estabelecido".

General Beaufre⁷

Neste capítulo, mais do que apresentar o conceito de Estratégia, que nos irá orientar ao longo do presente estudo, pretendemos fazer uma análise daquele que é considerado como referência no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM). Esta análise será feita no sentido de tornar o conceito mais abrangente e, na nossa opinião, melhor adaptado ao actual Sistema Internacional (SI), ambiente onde se relacionam Cultura e Estratégia.

e. Os Conceitos e a Realidade

O conceito de Estratégia tem evoluído ao longo da história. Inicialmente, conforme a etimologia da palavra o comprova, dizia respeito à conduta do Exército e o seu chefe era o *strategos*. Este conceito restringia-se ao acto de guerra, ou seja, ao comando do exército em campanha. A isto, Von Clausewitz chamou tática e definiu Estratégia como "*a teoria da utilização dos combates para alcançar o objectivo da guerra*"⁸. Posteriormente, o conceito foi sendo alargado a um maior leque de actividades. Liddel Hart considera já uma Grande Estratégia, que inclui "*todos os recursos de uma nação*", mas continua a dirigi-los ao "*objectivo político visado pela guerra*"⁹. O General Beaufre aumenta o leque dos fins a atingir pela Estratégia, como sendo aqueles que são fixados pela política e enquadrados numa situação de conflito ou oposição de vontades¹⁰.

Como é perceptível, o conceito evoluiu, acompanhando o próprio desenvolvimento do fenómeno que pretendia caracterizar - a guerra ou conflito. Inicialmente a guerra era simples, baseada essencialmente na batalha. Com o aumento de complexidade do fenómeno, este foi

⁷ Citado in Cabral Couto, Elementos de Estratégia, IAEM, Lisboa, 1988, p.229.

⁸ Von Clausewitz, Da Guerra, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1997, p.95.

⁹ Cabral Couto, Elementos de Estratégia, IAEM, Lisboa, 1988, p.196.

¹⁰ Idem, Ibidem.



dividido em Tática e Estratégia. Com o aumento dos meios empregues, o conceito passou a considerar todas as forças da nação (não só militares). Finalmente, não sendo a oposição de vontades resolúvel apenas com o recurso à guerra, a Estratégia "ganha" o universo das relações de conflito. Ou seja, a forma acompanhou o conteúdo. E tão natural foi a evolução do conceito como foi a evolução da realidade.

Mas a evolução de um conceito não é apenas natural, como também é necessária. Um conceito é uma representação semântica da realidade. Não é pelo facto de o conceito se manter inalterado que a realidade deixa de evoluir. Se isto se verificar, o que acaba por acontecer é que passem a existir fenómenos não caracterizados e não representados por conceitos e conceitos desactualizados porque não ajustados à realidade. Ou seja, o conceito deixa de ter validade porque deixa de representar a realidade.

No caso do conceito de Estratégia, a realidade representada tem evoluído significativamente nos últimos tempos. Desde o fim da Guerra Fria que o SI tem sofrido alterações profundas, o mesmo acontecendo às relações entre os Estados. Visivelmente, temos assistido à evolução dos seus interesses (no espaço e no tipo), dos métodos para os atingir (globalização, operações de paz, etc.) e dos meios utilizados para tal (Internet, comunicação social, especulação financeira, etc.). Esta mudança justifica uma revisão profunda do conceito de Estratégia.

Mas a desactualização de um conceito, tem ainda uma outra dimensão. Além da relação com a realidade, existe também a relação com os conceitos de outras entidades. De um conceito, pretende-se que seja geral e não particular. No entanto, entidades independentes entre si, podem sentir necessidade de definir os seus conceitos consoante a sua observação da realidade. Daqui resulta a existência de várias definições para o mesmo conceito. Quando isto acontece, podemos estar perante um sintoma de desactualização do conceito de alguma(s) das entidades.

O conceito de Estratégia é um exemplo típico desta situação. Existem diversas definições, utilizadas por várias entidades. Estratégia é provavelmente mais conhecido pela sua associação ao mundo empresarial do que à defesa nacional. Os próprios documentos oficiais do Governo utilizam o termo estratégia num âmbito mais alargado, como por exemplo as "opções estratégicas da cooperação portuguesa" ou as "opções estratégicas de desenvolvimento"¹¹, sem que esteja implícito qualquer tipo de coacção ou conflito. Por vezes, na mesma instituição, encontramos conceitos diferentes. Por exemplo no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, mais propriamente, no curso conducente ao mestrado em Estratégia, coexistem os conceitos do General Cabral Couto e do

¹¹ Presidência do Conselho de Ministros, Programa Integrado de Cooperação Portuguesa (resolução nº174/2000), 30 Dez 2000.



Almirante Quesada de Andrade¹². Mesmo no IAEM, coexistem diferentes conceitos entre as secções de ensino. Uma variante mais orientada para a defesa nacional e outra mais orientada para a administração das organizações. Em qualquer dos casos nenhuma situação pode ser considerada de utilização abusiva, uma vez que ninguém é detentor da "patente" da sua utilização. O mais que pode ser feito é considerar uma Estratégia "latu sensus" e para os conceitos mais restritos especificar o seu universo (Estratégia Empresarial, Estratégia do Estado, Estratégia de Defesa, etc.).

Em conclusão, podemos dizer que:

A evolução dos conceitos é um facto natural e desejável, uma vez que estes só são úteis se representarem uma realidade actual;

Quando um conceito não se coaduna com o de outras entidades/instituições, tal facto pode representar a desactualização ou restrição de um deles.

As mudanças verificadas na última década no SI, justificam a revisão e actualização do conceito de Estratégia de referência do IAEM.

f. Análise do Conceito de Estratégia

Segundo o General Cabral Couto, na sua obra "Elementos de Estratégia", Estratégia define-se como **"a ciência e a arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objectivos políticos que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política"**¹³.

Analisando a fundamentação, sistematização e definição deste conceito¹⁴, podemos concluir que se baseia na trilogia *"objectivo político - oposição hostil de unidade política - coacção"*. Este quadro de raciocínio reflecte a realidade vigente no período da Guerra Fria em que a estabilidade do SI era a característica dominante. As ameaças tinham a sua origem, directa ou indirectamente, numa outra unidade política. Essa unidade política opunha-se à nossa vontade de uma forma hostil (como é normal fazer o adversário). Essa hostilidade daria origem a uma relação de conflito que frequentemente teria como consequência a utilização ou ameaça de utilização da força. Este conceito deixou de reflectir plenamente a realidade vigente, essencialmente devido à alteração do SI. Senão vejamos:

¹² "Arte e ciência da escolha, preparação e emprego dos factores do poder nacional, em tempo de paz, crise ou guerra, tendo em vista a consecução de objectivos, vencendo resistências e antagonismos".

¹³ Cabral Couto, Op Cit, p.209.

¹⁴ Idem, p.195 a 209.



Coacção vs Conflito

Existe alguma contradição ao identificar apenas a coacção e a guerra¹⁵ como o objecto da Estratégia. O General Cabral Couto refere¹⁶ que em outros métodos de resolução de conflitos¹⁷, para além da coacção, é praticada a Estratégia Diplomática. Isto é ainda admitido quando conclui que o tipo de objectivos políticos sobre os quais se deve debruçar a Estratégia, são aqueles que suscitam, ou podem suscitar, a oposição de uma outra vontade política¹⁸. Esta expressão coloca a Estratégia no quadro alargado das relações de conflito, ou da preparação para um possível conflito, e não apenas na coacção.

Por outro lado, no Sistema Internacional, tem-se assistido ao desenvolvimento de um conjunto de operações, entendidas como do âmbito da Estratégia, mas que não se enquadram nas relações de conflito ou de preparação para este. Estas operações são identificadas como de **prevenção** de conflitos e incluem, entre outras, as Operações de Apoio à Paz (OAP) e de Apoio Humanitário.

Deste modo, até este momento, podemos concluir que o objecto da Estratégia deixou de ser apenas a coacção e passou a ser o emprego de forças¹⁹ em actividades de prevenção, preparação para, e condução de conflitos.

Oposição Hostil vs Ameaça

Relativamente à questão de se considerar uma oposição hostil, ela reflecte o raciocínio automático de associar as ameaças à oposição declarada e hostil de um actor do SI. Na sua análise, o Gen Cabral Couto começa exactamente por identificar que "*os ingredientes da Estratégia são, essencialmente, não apenas objectivos e capacidades mas também ameaças*"²⁰. No entanto, daí para a frente, sem qualquer fundamentação, usa indistintamente a expressão "ameaças" e a expressão "oposição hostil" de uma unidade política, que não é exactamente a mesma coisa. No nosso entender, o conceito de ameaça é mais vasto do que a oposição hostil de uma unidade política. Ou seja, existem outras ameaças, para além daquelas que têm origem na hostilidade de outra unidade política.

Primeiro, nem toda a oposição aos nossos interesses é hostil. Longe de ser uma questão de semântica, o facto é que, frequentemente, o que se opõe aos nossos interesses é a actividade legítima e não "maliciosa" de outra entidade. Esta situação é cada vez mais real num mundo que avança na globalização e em que as organizações, alargando a sua área de intervenção na busca dos

¹⁵ Idem, p.82.

¹⁶ Idem, p.81.

¹⁷ Negociação, mediação ou arbitragem.

¹⁸ Cabral Couto, Op Cit, p.203.

¹⁹ Todas aquelas que os factores de potencial estratégico podem gerar.

²⁰ Cabral Couto, Op Cit, p.200.



seus interesses, acabam por estar em permanente competição. Por exemplo, alguns dos interesses dos nossos aliados europeus, em África, constituem-se como ameaças aos nossos interesses na Região. No entanto, a sua actividade é internacionalmente legítima e não hostil, não dando origem a uma relação de conflito com recurso à coacção. Mas pelo facto de a relação ser apenas de competição, não anula o facto de existir uma ameaça aos nossos interesses e por isso, existir um espaço para a actuação da Estratégia. Daqui podemos concluir, que a Estratégia não se refere apenas a relações de conflito (prevenção, preparação e condução) mas também a "relações de competição".

Este conceito de "relação de competição", deve ser entendido como uma variação da relação de conflito. Como característica comum, temos o facto de, em ambas as situações, os actores disputarem objectivos divergentes. No entanto apresenta substanciais diferenças.

Nas relações de conflito:

Os objectivos em causa são, normalmente, vitais ou importantes;

Os objectivos são divergentes e exclusivos (opostos);

A ameaça é, normalmente, intencional e hostil.

Nas relações de competição:

Os objectivos são secundários;

Os objectivos são divergentes e geralmente não exclusivos (concorrentes);

A ameaça é não hostil ou não intencional (desconhece os eventuais efeitos da sua acção).

Para além da questão de apenas se dever considerar unidades políticas ou outros actores do SI, a analisar mais adiante, nem todas as ameaças têm origem na acção directa de outra entidade. Existem casos em que a ameaça é a própria situação que se vive. Ou seja, as acções de uma entidade podem, indirectamente, constituir-se como uma ameaça (ou possível ameaça) para terceiros, em consequência dos seus efeitos secundários, sem que entre eles exista qualquer relação. Um exemplo típico disto, são as situações de guerra num país vizinho ou no mesmo espaço regional. O fluxo de refugiados ou a instabilidade regional que daí resulta fazem da situação de guerra uma ameaça para os seus vizinhos, sem que para isso exista uma vontade oposta do Estado em guerra para com estes. Se, neste caso, a ameaça é a existência do conflito, então a acção estratégica deve ser tomada no sentido da sua rápida resolução. É aqui que se podem enquadrar algumas das OAP.

Por tudo o que foi dito, podemos concluir que quando se fala de Estratégia, não se pode falar apenas de vontade hostil de uma unidade política mas sim de um leque mais alargado de ameaças.



Unidade Política vs Organização

Relativamente à opção de considerar a Unidade Política como o único interlocutor das relações estratégicas, consideramos que o General Cabral Couto adopta uma postura limitativa. O próprio conceito de Unidade Política é indefinido. Nele pode com certeza ser incluído o Estado e algumas Organizações Internacionais. Mas já temos algumas dúvidas quanto às organizações que são consideradas hoje como as ameaças mais prováveis, como as terroristas ou de tráfico de droga. Quanto às empresas multinacionais, em que algumas podem ter maior poder e maior capacidade de intervenção internacional do que a maioria dos Estados, essas não são certamente Unidades Políticas. Isto poderá significar que as ameaças destas organizações não dão origem a uma acção estratégica? Certamente que sim.

Apesar de, neste trabalho, não termos a intenção de ir além da acção estratégica do Estado, temos que admitir que as ameaças que se lhe opõem podem ter origem em todo o espectro dos actores do SI, e mesmo de alguns actores internos. Temos de admitir igualmente que se estes actores se podem constituir como ameaças para o Estado, então também este (como qualquer outra organização) se pode constituir como ameaça para aqueles actores. Ou seja, esses actores podem e devem ter uma Estratégia. Mas como poderemos identificar e limitar o universo desses actores? Na era da globalização, é difícil identificar a fronteira que separa as organizações de cariz internacional das puramente nacionais. Ainda que essa divisão fosse fácil, não seria legítimo considerar que para a mesma organização, as ameaças internacionais dariam origem a uma Estratégia e as ameaças internas não. Existe toda uma rede de inter-relações entre organizações (de internacional até local) que torna impossível definir um critério coerente para delimitar o sujeito da Estratégia. Na realidade, todas as organizações têm os seus objectivos, todas estão sujeitas a ameaças e, consequentemente, todas devem ter as suas Estratégias. O Gen Cabral Couto refere apenas, sem aprofundar, que *"estender o conceito a toda a luta, independentemente dos fins visados, corresponde a uma apropriação abusiva, a uma generalização (talvez inelutável) do termo, mas que só em sentido figurado se pode aceitar"*²¹. Consideramos que, tornar o conceito mais lato, significa adoptar o critério mais coerente. Mas, acima de tudo, significa adoptar um conceito que se aproxime do que é largamente praticado por outras áreas do conhecimento e por outras organizações.

Forças Morais vs Forças Imateriais

Para terminar esta análise crítica do conceito de Estratégia, iremos abordar brevemente a questão das forças por ela empregues. Quando, no conceito, são referidas as forças morais e

²¹ Cabral Couto, Op Cit, p.199.



materiais quer-se com isso dizer que "*a Estratégia preocupa-se com... todos os tipos de forças*"²². Mas na realidade, nem todas as forças estão representadas quando se refere as forças morais e materiais. Ou seja, nem todas as forças não materiais, são morais. Para além das forças morais, existem outras forças não materiais, muito próprias da actualidade, como os fluxos financeiros, a informação ou aquelas que circulam no ciberespaço. Os fluxos financeiros não devem ser confundidos com os recursos financeiros, que estão incluídos nas forças materiais. Todos nós conhecemos o poder da bolsa de Nova York, capaz de provocar uma crise mundial sem gastar um centavo. Mesmo as forças morais, só muito forçosamente poderão incluir a capacidade intelectual, a organização do Estado ou a qualidade da sua política externa, entre outros. O Gen Cabral Couto, quando analisa o potencial estratégico, associa a estas forças as designações de tangíveis e intangíveis. Na realidade, consideramos este princípio mais correcto porque não corre o risco de ignorar qualquer tipo de força. Deste modo, consideramos que a designação mais correcta deva ser "forças materiais e imateriais".

g. Proposta de Conceito

Neste momento encontramos-nos em situação de concluir a análise crítica ao conceito de referência e propor uma definição que consideramos mais actual para o conceito de Estratégia. Concluimos que os sujeitos da Estratégia são as organizações (e os indivíduos que nelas se apoiam), em termos gerais. Concluimos também que a Estratégia é empregue quando os objectivos dessa organização sofrem ou podem vir a sofrer algum tipo de ameaça. Concluimos ainda que, a supressão dessa ameaça (o objecto da Estratégia) se faz com recurso ao emprego ou ameaça de emprego das forças, em relações de conflito ou de competição (ou mesmo em situações em que não existe qualquer tipo de relação). Em ambos os casos as forças podem ser utilizadas nas suas vertentes da prevenção, preparação para, ou condução dessas relações. Finalmente, que as forças podem ser materiais ou imateriais. Temos assim uma nova trilogia: "*objectivo - ameaça - conflito/competição*" em que o último vértice tem uma tripla dimensão, "*prevenção - preparação - condução*".

Assim, Estratégia será "**a ciência e a arte de desenvolver e administrar as forças materiais e imateriais de uma organização, a fim de prevenir ou anular ameaças, reais ou potenciais, aos seus objectivos**".

²² Cabral Couto, Op Cit, p.202.



CAP 2 - CULTURA - ideias e costumes

**"Até hoje, não existiu povo algum sem Cultura,
sem Civilização e sem Deus".**

W. Schmidt (etnólogo)²³

Neste capítulo pretendemos, inicialmente, definir o que é a Cultura; determinar as suas características; delimitar o universo de acção cultural que pretendemos analisar (nos capítulos seguintes) e identificar como a Cultura se pode revelar e divulgar. Posteriormente, iremos identificar como a Cultura está relacionada com a Estratégia do Estado.

Definição e Caracterização

Relativamente ao conceito de Cultura, podemos encontrar várias definições. Numa perspectiva centrada no indivíduo, pode ser entendida como a *"totalidade complexa que compreende os conhecimentos, as crenças, as artes, as leis, a moral, os costumes e todo e qualquer outro hábito, ou capacidade, adquirido pelo homem enquanto membro da sociedade"* (Edward Tylor, 1871). Numa perspectiva centrada na sociedade, pode ser o *"conjunto das ideias e das práticas que têm em comum a função de atribuir significado e identidade a actores sociais e que combinam elementos cognitivos, expressivos e de avaliação"* (Robert J. Holton) ou *"a bússola de uma sociedade, sem a qual os seus membros não saberiam nem de onde vinham nem como se deviam comportar"* (Jean-Pierre Warnier, 1999). Por fim, expressando um conceito nacional, segundo um dicionário da Língua Portuguesa²⁴, Cultura é definida como *"a maneira colectiva de pensar e sentir; conjunto de costumes, de instituições e de obras que constituem a herança social de uma comunidade ou grupo de comunidades; conjunto de acções do meio que asseguram a integração dos indivíduos numa colectividade"*.

Porem, a complexidade do conceito de Cultura não permite que fique completamente caracterizado numa simples frase. De facto, as definições acima transcritas referem apenas algumas das características, complementando-se entre si. No entanto, podemos identificar desde já, algumas ideias base que caracterizam a Cultura.

Diz respeito a um conjunto de ideias e costumes (forma de pensar, sentir e fazer).

²³ Citado in Manuel Antunes, "A Religião e a Nação" in Nação e Defesa nº1, IDN, Lisboa, Jul 76, p. 9.

²⁴ Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora, 5ª edição, 1977.



O conjunto dessas ideias e costumes condicionam o comportamento dos indivíduos que os possuem.

É criado um sentimento de identidade entre indivíduos que partilham a mesma forma de pensar e agir (a mesma Cultura) e de distinção para com os outros indivíduos.

Esta identidade constitui-se como o "cimento" integrador das comunidades/sociedades.

As ideias e costumes são adquiridos pelo indivíduo no seio da sociedade.

No entanto, existem ainda algumas outras características, muito úteis para a completa compreensão do fenómeno cultural. Para a sua identificação baseámo-nos na mais recente obra de Jean-Pierre Warnier²⁵.

Todas as Culturas são localizadas. Ou seja, todas as Culturas estão ligadas a uma determinada sociedade, histórica e geograficamente bem situada. Sendo a sua localização normalmente circunscrita geograficamente, existem porém situações em que ela se reveste de uma maior abrangência, como é o caso das diásporas. No entanto, independentemente da característica mais ou menos global de qualquer Cultura, é sempre possível identificar o seu núcleo de origem. Ou melhor, é sempre possível identificar a origem de determinada acção de divulgação cultural.

A Cultura é uma característica universal. *"Não existe nenhuma sociedade no mundo que não possua a sua própria Cultura"*. Isto significa que a Cultura é um factor sempre presente no relacionamento entre povos, sociedades ou comunidades.

Como já referido, a Cultura está na origem dos fenómenos de identidade. *"A identificação individual e colectiva pela Cultura tem como corolário a produção de uma alteridade em relação aos grupos cuja Cultura é diferente. O contacto intercomunitário suscita as reacções mais diversas: idealização do outro, atracção pelo exótico,...mas também a incompreensão, a rejeição que podem desembocar na xenofobia e na humilhação"*. Ou seja, o contacto entre Culturas tanto pode dar origem a relações de cooperação como de conflito.

Os comportamentos e hábitos do indivíduo são orientados pela Cultura da sociedade onde se integra. A Cultura propõe um conjunto de valores e costumes. Estas orientações são seguidas porque dão sentido à sua existência e percurso de vida. De igual forma, respeitando as normas do grupo e tendo em conta a acção dos outros, a nossa acção torna-se legítima e compreensível. Cultura é *"um capital de hábitos incorporados que estrutura as actividades daqueles que a possuem"*. Daqui podemos concluir que quando uma sociedade divulga a sua Cultura está a introduzir os seus hábitos e comportamentos.

²⁵ Jean-Pierre Warnier, A mundialização da Cultura, Editorial Notícias, Lisboa, 2000, p.9 a 21.



A Cultura está sujeita à mudança, mas de forma lenta. A Cultura não é um conjunto de hábitos fixos. *"As línguas e as Culturas mudam porquanto são imersas nas turbulências da história". "Toda a Cultura é transmitida pelas tradições reformuladas em função do contexto histórico. No entanto, esta mudança não se faz de forma instantânea. Isto porque "para as transmitir, para as assimilar, torna-se necessário ter o seu tempo, muito tempo".* Ou seja, as mudanças culturais podem ser feitas, não em anos, mas sim em gerações.

Em conclusão, relativamente às características da Cultura, podemos dizer que:

É adquirida no seio da sociedade;

Orienta o comportamento;

É factor de identidade e de diferenciação;

Dá coesão à sociedade/comunidade;

É singular e localizada;

É uma realidade universal;

A sua evolução é lenta.

Universo Social

Vista a sua definição e características, interessa agora delimitar o universo de acção cultural que pretendemos analisar. De facto, até ao momento, falámos de Cultura de uma forma genérica e associado a qualquer realidade social. Quando o fazemos, não especificamente relacionado com um Estado ou etnia, fazemo-lo propositadamente. A Cultura, sendo um conjunto de ideias e costumes que identificam e orientam uma determinada sociedade, pode ser observada em qualquer comunidade, independentemente da sua dimensão. Podemos considerar a Cultura das Civilizações (Occidental, Islâmica, Hindu), a Cultura dos Estados, a Cultura das Nações ou etnias (quer estejam no interior de um Estado ou englobem mais do que um Estado), a Cultura das regiões, a Cultura dos grupos sociais (urbana ou agrícola), a Cultura dos grupos profissionais ou mesmo a Cultura das organizações (empresas ou instituições). Aliás, a Cultura empresarial é um conceito muito em voga hoje em dia, e que pretende identificar o trabalhador com a empresa e levá-lo a agir em conformidade com um determinado padrão de comportamento.

Existindo Cultura a todos os níveis, isto significa que nenhuma é absoluta e "estanque". Ou seja, cada Cultura tem elementos de identificação próprios, que a distingue das outras, e tem elementos comuns que criam uma identidade entre si. Por exemplo, a Cultura portuguesa distingue-se da Cultura americana, mas por outro lado, ambas têm características da Cultura ocidental. Isto acontece a todos os níveis, e mesmo quando chegamos ao nível das civilizações, também



encontramos factores de identidade entre elas. A Cultura Ocidental e Ortodoxa têm mais factores de aproximação entre si do que com a Cultura Sínica ou Japonesa²⁶.

Identificado o cenário global e tendo em conta aquilo que se pretende analisar, interessa definir em que nível nos iremos centrar. Sendo o tema deste estudo, a Cultura associada à Estratégia, interessa não apenas a Cultura de uma determinada sociedade, mas também o seu relacionamento com outras Culturas. Tal como foi referido para a Estratégia, vamos centrar-nos na Cultura do Estado e no seu relacionamento com as outras Culturas. Ao nível estratégico, este relacionamento deve ser considerado, quer com as Culturas de níveis idênticos ou mais elevados (relacionamento externo), quer com as realidades culturais existentes no interior do Estado (relacionamento interno).

Formas de Cultura

Até este momento caracterizámos a Cultura e localizámo-nos num determinado nível. Estamos agora em condições de identificar de que forma se revela a Cultura a esse nível. Como vimos, a Cultura é constituída por características comportamentais centradas no indivíduo e de carácter não material. Mas se estas características determinam identidades, que se podem distinguir umas das outras, de alguma forma estas se revelam ou materializam. De facto, quando associamos uma língua a uma Cultura estamos a identificar uma forma de essa Cultura se revelar e se distinguir das outras. Quando identificamos um monumento como sendo património cultural, estamos a falar de uma forma de materialização da Cultura de um povo. De um modo geral, podemos dizer que uma forma de Cultura é uma prática que deriva da própria Cultura e que a distingue de qualquer outra. As formas da Cultura são inúmeras e variam conforme o nível social a que nos referimos.

Vejamos, ao nível do Estado, quais as formas que a Cultura pode tomar, mesmo correndo o risco de ignorar alguma. Temos as formas associadas ao passado histórico, normalmente menos mutáveis, como a língua e a religião. Temos ainda as formas associadas às práticas sociais, mais susceptíveis de "evoluir", como a arquitectura, a culinária, a forma de vestir, o mobiliário, a organização social ou a organização do tempo (eventos populares e tradições). Existem ainda formas de Cultura, que tendo a sua origem no grupo anterior, ganharam um aspecto comercial significativo e são designadas como Artes. Estamos naturalmente a falar da música, da literatura, do teatro ou do cinema, mas também dos programas de televisão ou do desporto. Isto não significa que as outras formas não possam ter também um carácter comercial, como a moda, a culinária ou outras associadas ao turismo, mas aquelas são as que, de forma mais ampla, são comercializadas e têm uma indústria a elas associada.

²⁶ Tendo como referência as Culturas identificadas por Samuel Huntington no seu "Choque das Civilizações".



A característica comercial destas formas de Cultura²⁷, consequência da sua utilidade lúdica ou de entretenimento, trouxeram-lhe características particulares que muito interessam ao presente estudo. Por um lado, para serem comerciais tiveram necessidade de se expandir para outros mercados, libertando-se das "amarras" locais do seu espaço cultural. Por isso, tiveram que desenvolver meios de difusão de grande potência e técnicas reprodução em série. Por outro lado, por se divulgarem em massa e por exigências comerciais, acabaram por se descaracterizar e perder a sua identidade cultural. Por exemplo, enquanto é possível identificar a carga cultural de uma música folclórica e identificar a sua origem, já é mais difícil fazê-lo relativamente a qualquer outra música comercial. É claro que existe sempre o outro ponto de vista que nos diz que essa perda de identidade cultural não foi resultante de deixar de existir conteúdo cultural, mas porque a divulgação foi de tal forma bem sucedida que esse conteúdo foi interiorizado nos hábitos das outras Culturas, tornando-se universal. No entanto, temos que admitir que no cinema, na literatura ou na música, nem tudo tem um conteúdo cultural. Um documentário da vida animal, um livro de ficção científica ou uma música "new age"²⁸, dificilmente terão um conteúdo cultural. De qualquer forma, a característica particularmente interessante destas formas de Cultura, é a sua capacidade, intencional ou não, de divulgação de ideias e costumes, e de poder ser utilizada no âmbito das relações externas dos Estados.

²⁷ Indústrias culturais, conforme Jean-Pierre Warnier.

²⁸ Música de relaxe e introspecção.



CAP 3 - ESTRATÉGIA E CULTURA - potencial estratégico

Nesta fase, em que já dominamos os conceitos de Estratégia e Cultura, e temos uma percepção da sua envolvência, é o momento de começarmos a interrelacionar estes dois conceitos. No âmbito da Estratégia (sendo uma forma de, com meios, atingir fins) a Cultura pode ter três "papéis":

Pode constituir-se como uma força geradora ou estruturante de outras forças, que por sua vez serão empregues para atingir objectivos estratégicos. Neste caso, estamos perante uma Estratégia Cultural genética ou estrutural.

Pode constituir-se, ela própria, como uma força para atingir um objectivo estratégico, qualquer que seja o tipo de objectivo. Neste caso, estamos perante uma Estratégia Cultural operacional.

Pode constituir-se como o próprio objectivo estratégico, a ser atingido por qualquer outra Estratégia. Neste caso, não temos Estratégia Cultural, uma vez que as ferramentas utilizada para atingir o objectivo, não são culturais.

Mas, de momento, ainda nenhum destes conceitos está fundamentado e por isso não tem existência "legal". É exactamente essa fundamentação que iremos procurar. No presente capítulo pretendemos verificar se a Cultura pode ser considerada como um elemento do potencial estratégico²⁹. Ou seja, se a Cultura pode gerar, estruturar, ou constituir-se como uma força, utilizável pela Estratégia para atingir os respectivos objectivos. Para tal fundamentação iremos abordar, de forma breve, seis autores estrangeiros e, mais demoradamente, dois autores portugueses: General Cabral Couto e Professor Políbio Valente de Almeida.

Vejamos então os autores estrangeiros que identificam, entre outros, alguns factores de potencial estratégico que estão intimamente associados à Cultura³⁰.

Steinmetz (1929) identifica as qualidades morais e a unidade e coesão nacionais.

Guido Fischer (1939) identifica, no seu factor político, o nível cultural.

Spykman (1942) identifica o espírito nacional.

Morgenthau (1949) identifica o carácter nacional e o moral nacional.

Raymond Aron (1949) identifica, no seu factor capacidade de acção colectiva, o patriotismo e a coesão da população.

²⁹ O Gen Cabral Couto define "Potencial Estratégico" como o conjunto de forças de qualquer natureza, ... , que um Estado pode utilizar em apoio da sua Estratégia. Op Cit, p.241.

³⁰ Cabral Couto, Op Cit, p.255 e 256. Políbio de Almeida, O Poder do Pequeno Estado, ISCSP, Lisboa, 1990, p.300. Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica, IAEM, 1999, p.16.



Ray Cline (1977), na sua fórmula, identifica o factor vontade nacional, do qual a integração cultural vale 25%.

Nem todos estes factores são totalmente culturais. Alguns, como o patriotismo ou a coesão nacionais, não são da exclusiva "responsabilidade" da Cultura. Mas esta, como vimos anteriormente, tem uma grande influência nesses factores.

Analisemos agora os factores identificados pelo Gen Cabral Couto³¹ e que, como refere, são aqueles que "*no IAEM, se tem vindo a adoptar*". Os aspectos culturais são frequentemente referidos em diversos factores e sub-factores do potencial estratégico. Na caracterização do factor humano é feita referência aos grupos religiosos e linguísticos, assim como às características de patriotismo, crenças e motivações. No factor histórico, é feita referência às relações culturais no âmbito das relações externas. No factor político-administrativo, é feita referência às influências externas na dinâmica política, por parte de organizações culturais ou religiosas. Ainda neste factor, é feita referência a directrizes da política externa em áreas de acção cultural e acordos culturais. Todas estas referências demonstram bem da importância da Cultura na Estratégia e só por si seriam suficientemente reveladoras da sua importância estratégica. No entanto é, naturalmente, no factor sócio-cultural que esta influência é mais evidente. Quatro sub-factores fazem referência a aspectos culturais e dois deles são-lhe inteiramente dedicados. Quanto à educação, é referida a influência das associações culturais. É identificado o sub-factor comunicação social, que é um veículo extremamente importante de Cultura, identificando as suas capacidades e o grau de penetração dos congéneres estrangeiros. No sub-factor religião é identificada a sua influência política e nos valores da sociedade. Finalmente, aquele que consideramos o mais relevante, o sub-factor comportamento/atitude da população, que bem poderia ser apelidado, simplesmente, de "Cultura". Neste sub-factor é referido grande parte daquilo que caracteriza a Cultura, conforme definimos no capítulo anterior. Refere as características de carácter e mentalidade do povo; os costumes e tradições, a individualidade cultural; a projecção cultural; a atitude em relação ao estrangeiro ou as influências culturais externas, apenas para citar alguns exemplos. De todos os aspectos culturais designados, nem todos influenciam da mesma forma o potencial estratégico. Alguns têm "apenas" um papel de influência na criação de outro tipo de forças, como é o caso das motivações do povo e do patriotismo que têm forte influência no potencial militar. Outros indiciam eles próprios uma força cultural a utilizar pela Estratégia, como por exemplo, as relações culturais históricas ou a projecção cultural. Este é um aspecto a explorar mais adiante.

³¹ Cabral Couto, Op Cit, p.257 a 281.



O professor Políbio Valente de Almeida dá um realce significativo à Cultura, como geratriz do poder³². Segundo este autor, as geratrizes estruturais do poder são a geografia e as componentes sociais: *"As componentes sociais apresentam duas vertentes principais: a população e a Cultura"*. A determinação do valor da Cultura para o Poder do Estado não é feita de uma forma quantitativa, mas sim qualitativa. Assim, *"há as que tendem a privilegiar os valores materiais e de competição, enquanto outras dão preferência a padrões espirituais e de cooperação"*. Isto demonstra que a Cultura é ela própria um factor influenciador da forma como pode ser usado o poder: no âmbito da Estratégia ou apenas no âmbito da Política. *"Entender os padrões culturais que dinamizam um povo e os valores que lhe dão sentido, significa poder explicar as instituições e, através delas, o poder, ... o poder não pode nunca explicar-se e medir-se sem Cultura ... Por isso, a Cultura não é só a matriz mais estrutural do poder: é poder por si própria"*. Estas duas ideias - as Culturas que privilegiam a competição e a Cultura ser ela própria poder - coloca-nos no campo que anteriormente identificámos como da Estratégia Cultural.

Particularizando o carácter nacional, que *"não é mais do que a sua (da Cultura) extensão"*, esta apresenta um papel influenciador relativamente ao valor das outras geratrizes de poder. Do carácter nacional depende a percepção que o seu povo tem do seu poder. Desta depende a forma como o aplica e em que é que o aplica. *"Aquilo que a Nação pode ou faz depende daquilo que o seu Povo pode ou deseja"*. A percepção de um povo relativamente ao seu poder é constituída por *"imagens ou estereótipos nacionais que podem ser seguidos pelas chefias e cidadãos comuns, tanto no plano interno como no plano externo. No primeiro caso, influenciam a condução da política nacional; no segundo caso podem modificar as suas relações com certos Estados em particular"*. Associada a esta percepção está a noção de um poder subjectivo e consequentemente uma diferença relativamente ao valor absoluto. Isto faz com que o poder de um Estado possa variar, sem que o seu valor absoluto sofra alguma alteração, em circunstâncias em que o carácter nacional seja atingido. *"A imagem pode ser modificada através de uma planificação estratégica de actuações através dos meios de comunicação. É virtualmente possível a qualquer país difundir imagens de si próprio de acordo com as suas conveniências e interesses. ... Por tudo isto, o carácter nacional é, em princípio, uma componente estável do poder, mas pode em circunstâncias muito específicas e declaradas, perder transitoriamente essa qualidade"*.

Do pensamento do professor Políbio de Almeida podemos reter duas ideias:

A Cultura é ela própria poder, uma vez que influencia as outras geratrizes de poder e a forma como elas são aplicadas.

³² Políbio de Almeida, O Poder do Pequeno Estado, ISCSP, Lisboa, 1990, p.179 a 203.



O Carácter Nacional pode ser influenciado ou condicionado, alterando assim a forma como o povo e o poder político aplica o seu poder.

Daqui podemos concluir que, no âmbito da Estratégia, se quisermos preservar o nosso poder ou influenciar a forma como alguém aplica o seu, "basta" para isso actuar sobre a sua Cultura, em geral, e no seu carácter nacional, em particular (esta questão será analisada em detalhe, em capítulo próprio).



CAP 4 - ESTRATÉGIA CULTURAL- síntese conclusiva

No presente capítulo, pretendemos fazer um resumo das ideias apresentadas até este momento e seguir uma linha de raciocínio que nos leve à conclusão de que, pelo menos no campo conceptual, é possível existir uma Estratégia Cultural. Ou seja, que as forças baseadas na Cultura se constituem como um potencial teórico³³ passível de ser utilizado na prossecução de objectivos estratégicos. Partindo desta base, tentaremos, na segunda parte, demonstrar que esse potencial teórico representa realmente de um potencial efectivo³⁴.

No primeiro capítulo, concluímos que a evolução dos conceitos é um acto natural e necessário, por forma a acompanhar a evolução da realidade que se pretende representar. Que o conceito de Estratégia considerado como referencial no IAEM parece apresentar alguma desactualização, como consequência da evolução do SI, durante a última década. Este conceito baseia-se na trilogia "*objectivo político - oposição hostil de unidade política - coacção*". Feita uma análise do conceito, definimos um novo referencial que é caracterizado pela trilogia: "*objectivo - ameaça - conflito/competição*", em que o último vértice tem uma tripla dimensão, "*prevenção - preparação - condução*". Assim, definimos Estratégia como **"a ciência e a arte de desenvolver e administrar as forças materiais e imateriais de uma organização, a fim de prevenir ou anular ameaças, reais ou potenciais, aos seus objectivos"**.

No segundo capítulo, fizemos uma análise da definição e características da Cultura, que foi identificada como:

O conjunto de ideias e costumes comuns (forma de pensar, sentir e fazer) dos indivíduos de uma comunidade/sociedade.

O conjunto de características comuns, identifica os indivíduos entre si (sentimento de identidade) e distingue-os dos outros;

Constitui-se como o "cimento" integrador das comunidades/sociedades;

É orientadora do comportamento dos indivíduos que a partilham;

É adquirida pelo indivíduo no seio da sociedade;

É singular e localizada;

É uma realidade universal;

A sua evolução é lenta.

³³ Potencial teórico é o conjunto das forças imediatamente disponíveis e das latentes. Cabral Couto, Op Cit, p.253.

³⁴ Potencial efectivo é a parte das forças disponíveis que são, na realidade, empregadas com fins estratégicos.



Identificámos também de que forma a Cultura se pode revelar. Cultura são ideias e costumes. No entanto, revela-se de forma diversa e bem definida. A Cultura das nações desenvolve-se ao longo da sua história e pode manifestar-se através de:

- Formas mais estáveis e menos influenciáveis, como a Língua, a Religião ou a estrutura social;
- Formas mais susceptíveis de "evoluir", como a Culinária, a Moda, a Arquitectura, o Mobiliário, a ou a ocupação do tempo (eventos e tradições);
- Formas que, pelas suas características comerciais, ganharam uma capacidade de produção em massa e de divulgação global, de ideias e costumes. Estas formas têm a sua origem nos grupos anteriores e são, a Música, a Literatura, o Cinema, a Televisão ou o Desporto, só para referir as mais significativas.

No terceiro capítulo, iniciámos a aproximação do conceito de Cultura ao universo da Estratégia. Temos Estratégia Cultural Genética, quando a Cultura contribui para a geração de forças que possam ser utilizadas pela Estratégia. Temos Estratégia Cultural Operacional, quando a Cultura se constitui como força empregue para atingir objectivos estratégicos (culturais ou não). No entanto, não temos Estratégia Cultural quando é empregue qualquer das outras forças para atingir objectivos culturais, mesmo que sejam objectivos estratégicos.

Para identificar a existência destas forças culturais, analisámos os factores de potencial estratégico de vários autores, em particular os do General Cabral Couto e as geratrizes do poder do Professor Políbio Valente de Almeida. Em todos eles, foi substancialmente identificada a importância da intervenção dos factores culturais no potencial do Estado, assim como a sua constituição como força efectiva, passível de ser utilizada pela Estratégia. O professor Políbio chega mesmo a referir que "*Cultura é ela própria poder*". A Cultura enquadra-se, pelo menos, no potencial teórico do Estado. Podemos assim concluir que é possível a existência de uma Estratégia Cultural.

Estratégia Cultural poderia ser, naturalmente, definida como **"a ciência e a arte de desenvolver e administrar as forças culturais de uma organização, a fim de prevenir ou anular ameaças, reais ou potenciais, aos seus objectivos"**. Nos próximos capítulos pretendemos demonstrar que a Estratégia Cultural é realmente praticada e caracterizar as suas formas de actuação.



CAP 5 - O NOVO SISTEMA INTERNACIONAL

"If a state can make its power legitimate in the perception of others and establish international institutions that encourage them to channel or limit their activities, it may not need to expend as many of its costly traditional economic or military resources"

Joseph Nye³⁵

h. Caracterização

Durante o período da Guerra Fria, o Sistema Internacional (SI) era dominado pela oposição entre as duas superpotências que se dividiam entre paixões ideológicas e pelo jogo dos equilíbrios estratégicos. Com a dissolução da União Soviética terminou a velha ordem e iniciou-se um novo período, marcado por uma profunda mudança da conjuntura político-estratégica. Num sistema em busca de um novo equilíbrio, a força das tensões, entre as tendências de globalização e de fragmentação, são geradoras de um clima de turbulência e imprevisibilidade, associado a ameaças de natureza múltipla. Dissolvido o "cimento" da ideologia, a Nova Ordem não seguiu uma tendência de fragmentação ou de aglutinação. Assistimos à unificação das Alemanhas ou ao aparecimento da CPLP, mas também à fragmentação da Checoslováquia e da Jugoslávia. A força que se substitui às ideologias é a força da identidade cultural.

Os novos desenvolvimentos e descobertas científicas, as tecnologias de informação e o crescimento económico mundial, aceleraram os transportes e comunicações, diminuindo a importância da distância geográfica e aumentando o ritmo da globalização. A capacidade de intervenção dos Estados, que antes estava limitada à sua proximidade regional (com excepção das grandes potências), passou agora a estar alargado a uma área mais vasta, porventura total. Esta consequência tem inevitáveis implicações nos comportamentos políticos e nas posturas estratégicas dos Estados. Por um lado, o Estado aumenta o seu espaço de intervenção e, consequentemente, o volume e multiplicidade dos seus interesses. Por outro, é sujeito a um maior "assédio" por parte de um maior número de actores (estatais e não estatais), na busca dos seus próprios interesses.

O reflexo mais visível da globalização, está patente nos fenómenos de transnacionalidade que atravessam as sociedades, conferindo uma transparência cada vez maior às fronteiras físicas dos

³⁵ Joseph Nye, Jr., *Bound to Lead: the changing nature of American power*, Basic Books, New York, 1990.



Estados, dando lugar a um novo conceito de fronteira, que engloba todo o espaço de interesse e de intervenção do Estado³⁶.

Como resultado da globalização, o Mundo é mais interdependente e as consequências das mudanças políticas, sociais, económicas, militares, científicas, tecnológicas, ambientais e de saúde pública estão mais interrelacionadas. *"Pode-se realçar o carácter assimétrico das suas origens (da interdependência) e das suas consequências: foram os interesses do Norte que o impulsionaram criando novas relações de dependência para os restantes países. Por outro lado, pode invocar-se as relações de reciprocidade que gera: os diferentes actores, povos e regiões dependem uns dos outros como nunca antes"*³⁷. Sendo o factor económico preponderante no processo de globalização, a consequência natural será o aumento da interdependência económica.

O fenómeno da globalização foi registado primeiramente, pelo barómetro do enfraquecimento do Estado. Simultaneamente causa e consequência da globalização, temos as políticas de liberalização económica. Causa, porque foi o dinamismo da iniciativa privada, na busca de novos mercados e de rentabilidade económica, que levou a este processo de globalização. Consequência, porque a globalização proporciona oportunidades e condições a novas iniciativas. Simultaneamente, impõe as suas regras, reduzindo o papel apoiante e regulador do Estado. Os governos ficam, deste modo, "reduzidos" ao papel de garante da estabilidade das condições macro-económicas, promoção de oportunidades de negócio e apoio das actividades de investigação e desenvolvimento³⁸.

*"Numa geração anterior, a política social baseava-se na crença de que as nações podiam controlar as riquezas; agora abre-se uma divisão entre Estado e economia"*³⁹. Os movimentos financeiros electrónicos são livres de restrições territoriais. Esta mudança afectou o Estado, que assim perde soberania. Deixou de ser óbvia a conotação das empresas com uma determinada nacionalidade, uma vez que o capital não tem domicílio e encontra-se além do controlo nacional. As alavancas da política económica deixaram de ter eficácia. Mas para além da perda de controlo das empresas, o Estado também perde controlo sobre a circulação de bens económicos e financeiros. O Estado fraco deixou de exercer a sua função de equilibrador entre o consumo e a produção. O controlo das importações e exportações ou a estimulação do mercado interno está hoje fora do alcance da maioria dos Estados. Os mercados financeiros globais pressionam os Estados e impõem as suas leis e preceitos. Qualquer intervenção do Estado na vida económica, sofre as retaliações do

³⁶ Ministério da Defesa Nacional, Livro Branco da Defesa Nacional 2001 in www.mdn.gov.pt/publicações.htm, p. 4.

³⁷ George Ross, "A nova diplomacia" in *Le Monde Diplomatique*, edição portuguesa, Agosto 2000. George Ross é director do centro de estudos europeus da universidade de Harvard, Estados Unidos.

³⁸ U.S. Department of State, Strategic Plan, Set 2000, p.8.

³⁹ Richard Sennet, "Something in the city: The spectre of uselessness and the search for a place in the world", *Times Literary Supplement*, 22 Set 95, p. 13.



mercado mundial. O abandono de barreiras ao livre mercado e movimento de capitais é condição necessária para receber assistência económica dos bancos mundiais ou do FMI. *“No cabaré da globalização, o Estado passa por um strip-tease e no final do espectáculo é deixado apenas com as necessidades básicas”*⁴⁰.

Outra característica do actual Sistema Internacional, é a crescente importância da opinião pública nas decisões do Estado. Esta característica é resultado da conjugação de dois factores. Por um lado, a contínua expansão internacional da democracia. Por outro, o poder de divulgação e de influência dos órgãos de comunicação social (OCS). Em sistemas democráticos, a fonte de poder são os eleitores. Apesar de as práticas democráticas variarem de Estado para Estado, conforme as influências e interesses que se fazem sentir, as grandes opções nacionais são determinadas pela opinião dos cidadãos. Por exemplo, o nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros admite que as decisões associadas às questões de Timor e do Kosovo tiveram por base a grande popularidade da primeira e a impopularidade da segunda⁴¹. A opinião pública é tanto mais importante, quanto mais influentes forem os OCS. São estes que fazem chegar aos lares, as matérias acerca das quais os cidadãos podem tomar uma atitude e como fazê-lo. Os OCS são responsáveis por uma mudança na hierarquia de valores da população e, consequentemente, nos comportamentos individuais e da sociedade. Essa mudança repercute-se numa sociedade civil mais afirmativa e exigente, impondo aos governos e às instituições um novo tipo de atitudes e de relacionamento, mais responsável, mais participativo e mais transparente. Ou seja, o Estado perde liberdade de acção perante a opinião pública.

Em consequência de todo este fenómeno, *“a auto-suficiência militar, económica e cultural do Estado, sua própria auto-sustentação, deixou de ser uma perspectiva viável... os Estados tiveram que buscar alianças e entregar voluntariamente pedaços cada vez maiores da sua soberania.”*⁴². *“A ideia de segurança cooperativa foi-se afirmando progressivamente, reflectindo-se, não só na consolidação, alargamento e aprofundamento das alianças multinacionais de defesa... como na criação de componentes de política externa e de defesa comum em outras organizações... Deste modo, o tradicional conceito de defesa autónoma... evoluiu, em termos de prioridade relativa, para o de defesa colectiva, no quadro das alianças de defesa estabelecidas”*⁴³. O facto de as instituições internacionais terem assumido um crescente protagonismo, abriu novas oportunidades para o desenvolvimento da cooperação e para o diálogo entre os Estados. A cooperação multilateral é cada

⁴⁰ Zygmunt Bauman, *Globalização: as consequências humanas*, Jorge Zahar editor, Rio de Janeiro, 1999, p. 74. O autor é professor emérito de sociologia das Universidades de Leeds e Varsóvia.

⁴¹ Declarações feitas pelo Secretário-Geral, em 5 Dez 2001, por ocasião da visita do CEM 00/02 ao MNE.

⁴² Zygmunt Bauman, *Op Cit*, p. 71-72

⁴³ Ministério da Defesa Nacional, *Op Cit*, p. Web 4.



vez mais possível e efectiva na prevenção de crises, resolução de problemas, incremento de confiança e desenvolvimento de interesses comuns. *"As organizações internacionais, designadamente a ONU, a OSCE e a UE, têm vindo a adoptar conceitos de segurança que comportam as vertentes de desenvolvimento económico sustentado, da democracia, do respeito pelos direitos humanos, da gestão da mudança sem necessidade de recorrer à violência, da gestão global dos assuntos de natureza ambiental, da limitação dos armamentos de destruição maciça, da contenção dos fluxos migratórios clandestinos e do combate ao crime organizado conduzido à escala regional e global"*⁴⁴.

Integrando-se os Estados em organizações internacionais e cedendo sucessivas parcelas da sua soberania, estas aumentam correspondentemente o seu protagonismo e poder de intervenção. Tal como no Estado, as organizações recorrem ao quadro legislativo para regular as relações entre os Estados membros. Criando no SI condições idênticas às existentes na sociedade nacional (um direito internacional comum, tribunais internacionais, meios de coacção e comunhão de valores), reúnem-se as condições para passar, progressivamente, do direito da força para a força do direito⁴⁵. Assim, o direito internacional tem tido um papel crescente na resolução dos diferendos no interior das organizações. Tal como as relações de cooperação, também as relações de acomodação ganham maior relevo.

Em suma, o Sistema Internacional caracteriza-se por ser global e interdependente, seguindo as orientações do Mercado e da Cultura. O Estado viu as suas fronteiras tornarem-se mais permeáveis mas mais afastadas. Cedeu soberania às leis do mercado e às organizações internacionais mas recebeu o poder das relações de cooperação e do direito internacional. O restante "capital" que ainda detém, está "depositado" nas mentes da opinião pública, sendo "movimentado" pelos OCS.

i. Ameaças e Riscos

Sendo os Estados interdependentes e as suas relações praticadas a nível global, podemos deduzir que também as ameaças se tornaram globais. Ou seja, por ver aumentadas as suas potencialidades de intervenção, o Estado multiplicou os seus interesses, quer em número, em tipo ou em dispersão geográfica. Se a persecução desses interesses está dependente de outros Estados e os outros Estados dependem de si, então, estão igualmente multiplicadas as possibilidades de ameaça. Se a isto adicionarmos o facto de o Estado ter visto aumentadas as suas vulnerabilidades, pela transferência de soberania para outros poderes e instituições, podemos concluir que as ameaças e riscos assumem hoje um carácter transnacional, multifacetado e imprevisível.

⁴⁴ Ministério da Defesa Nacional, Op Cit, p. Web 6.

⁴⁵ Cabral Couto, Apontamentos de Estratégia, vol. 1, IAEM, Lisboa, 1988, p.68.



Terrorismo; tráfico de droga; tráfico de armas; crime organizado; proliferação de armas de destruição maciça; carência de manutenção de material nuclear, biológico e químico; acesso a materiais (não necessariamente armas) de elevado poder de destruição; uso indevido das novas tecnologias. Este é o tipo de ameaças frequentemente descrito em documentos ou discutido em *fora*, no sentido de se constituir como suporte para a adopção de estratégias. No entanto, a sua característica desterritorializada vem aumentar ainda mais a transnacionalidade e imprevisibilidade, uma vez que não possibilita a identificação da origem da ameaça ou o momento em que ela se poderá vir a revelar. O agente da ameaça, por pouco poder que empregue, é sempre eficaz, porque tem a iniciativa do seu lado.

Perante a evidência da incapacidade de fazer face a tal volume e variedade de possíveis ameaças, duas acções devem ser tomadas. Por um lado, é necessário reduzir os riscos, colmatando as vulnerabilidades correspondentes, por forma a limitar os seus efeitos quando se vierem a revelar. Por outro, torna-se necessário adoptar uma estratégia de prevenção. Assim, tem vindo a ser adoptado um conceito alargado de segurança, em que deixam de ser perseguidos *"objectivos unicamente centrados nos interesses vitais associados com a defesa do território e da soberania dos Estados, mostrando-se agora mais exigente em termos de uma filosofia preventiva e de uma visão global da evolução dos focos de insegurança internacional e das crises que daí advêm, procurando preveni-las ou obstar ao seu agravamento, através da coordenação das políticas sectoriais, impondo aos instrumentos de força maior versatilidade para actuação em domínios que até ao presente não constituíam preocupação dos Estados"*⁴⁶.

Até agora apenas foram referidas ameaças à Segurança. No entanto, para além da Segurança, o Estado tem outros objectivos, como o Progresso e Bem-Estar. Quando falamos de Progresso, falamos necessariamente de Economia e Finanças. Na sua função de interventor macro-económico, o Estado define os seus objectivos no sentido de garantir o progresso e bem-estar dos seus cidadãos. Neste sentido, sendo os mercados globais, mantém uma concorrência permanente com outros Estados, organizações ou empresas, surgindo, também aqui, as ameaças aos seus interesses. As ameaças ao progresso são as crises financeiras, o encerramento de mercados ou a própria concorrência comercial. Para além das ameaças económicas, existem ainda outras ameaças, que podemos identificar como ameaças ao bem-estar, e que são as alterações ambientais globais, os fluxos desregulados de populações, a SIDA ou outras doenças letais altamente contagiosas.

Quando falamos de mercados económicos ou financeiros e na luta pelos interesses, preferimos falar de concorrência e de relações de competição, em vez de adversários e relações de conflito. Na realidade não existe um conflito entre as partes, uma vez que o objecto da acção não é



o concorrente económico mas sim o consumidor. Ou seja, o objectivo não visa eliminar a concorrência mas sim conquistar o mercado. Quando falamos de ameaças, também aqui devemos fazer um reparo. Ameaça é entendida como o produto de uma capacidade por uma intenção. Na realidade, nem sempre existe uma intenção. Quando um empresário japonês coloca no mercado um novo electrodoméstico, não tem intenção ou pode nem imaginar que pode estar a pôr em causa centenas de empregos num país do outro lado do Mundo. Em alguns casos de ameaças ambientais nem existe intenção de todo, existe antes uma falta de intenção; um desconhecimento ou negligência. Mas não é por falta de intenção de uma parte que a sua acção deixa de ser uma ameaça para os interesses da outra. Este raciocínio já tinha sido feito quando analisámos o conceito de Estratégia. Na realidade, também para o conceito de ameaça interessa assumir uma postura mais abrangente. Deste modo, entendemos que, quando falamos de ameaças, estas devem ser consideradas como "os obstáculos ou resistências aos interesses da Organização".

Em suma, como consequência da globalização, as ameaças tornaram-se transnacionais, multidisciplinares e imprevisíveis. Para fazer face a estas ameaças, o Estado deve actuar de forma preventiva, reduzindo as suas vulnerabilidades. Não menos importantes que as ameaças à segurança, existe um vasto leque de ameaças ao Progresso e Bem-Estar. A resolução destas ameaças enquadra-se no âmbito das Relações de Competição e, em casos extremos, em relações de conflito. As características particulares destas ameaças levam-nos a alargar o seu conceito a "obstáculos e resistências aos interesses do Estado".

j. Origem dos Conflitos

Neste sub-capítulo vamos fazer uma breve análise da influência do factor cultural no fenómeno conflitual das Relações Internacionais.

Existem várias perspectivas (escolas) para analisar as origens dos conflitos, na sua vertente mais bélica, que é a guerra. Dentro da escola biológica, Thomas Hobbes refere que o homem é um ser cujo comportamento depende essencialmente das paixões e que a sua agressividade é desencadeada pelo medo. Políbio de Almeida refere, de forma semelhante, que as diferenças culturais levam a um entendimento pouco claro dos padrões de comportamento mútuos e consequente fonte de receios e desconfianças, que tem estado na origem da maioria dos conflitos.

A escola psicológica refere, entre outros, que a agressividade resulta da acumulação de frustrações durante o processo de sociabilização e que posteriormente é descarregada num "bode expiatório". A teoria das percepções refere que a causa de alguns conflitos reside nos estereótipos criados nos indivíduos por um processo de influência sociabilizante, como o sistema de educação

⁴⁶ Ministério da Defesa Nacional, Op Cit, p. Web 4.



ou os "mass média". Sabendo que a Cultura está intimamente associada ao processo de sociabilização, então podemos supor que esta pode ter um papel determinante na posterior postura conflitual. É a Cultura que nos referencia o bem e o mal, ou o amigo e o inimigo.

Na escola sociológica, Morgenthau refere que a fonte de conflitos está na incapacidade de intervenção coerciva do SI, criando um ambiente de anarquia. Como vimos anteriormente, esta situação tem evoluído e o SI tem reunido uma significativa capacidade económica, militar e diplomática para impor o direito internacional. Isto leva-nos a supor que, de futuro, o Estado irá recorrer ao maior poder que detém - a opinião pública e a sua Cultura - para atingir os seus objectivos. Da mesma escola, Raymond Aron refere que *"o comportamento conflituoso de um Estado não pode ser exclusivamente explicado pela luta pelo poder. Existem outros factores, nomeadamente de ordem ideológica e sócio-cultural, que tem uma importância considerável nesse comportamento... o grau de conflitualidade de um sistema depende da sua maior ou menor heterogeneidade"*⁴⁷.

Particularizando o caso da religião, que é uma das formas como a Cultura se pode revelar, aquela constitui-se como um factor de influência e decisão política e um factor de motivação das populações. Assim aconteceu com as Cruzadas, com a Guerra dos Trinta Anos (entre católicos e protestantes) ou com a Guerra do Golfo, e acontece com a Jihad, a Irlanda do Norte, os Balcãs e agora o Afeganistão. Tanto por parte do Iraque como no Afeganistão, houve uma acção de apelo, baseada na religião, no sentido de obter o apoio dos seus "irmãos de fé". *"A Estratégia continuará decerto a recorrer à grande capacidade de mobilização da religião para atingir os seus objectivos"*⁴⁸.

Mas esta análise sobre o papel da Cultura na origem dos conflitos não poderia ficar completa sem a apresentação das teorias de Samuel Huntington. *"O conflito entre civilizações será a última fase na evolução do conflito no mundo moderno. Durante um século e meio, após a emergência do moderno sistema internacional, com a paz de Westefália, os conflitos do mundo moderno ocorreram maioritariamente entre príncipes... Neste processo criaram os Estados-Nação, mas com a Revolução Francesa as principais linhas de conflito começaram a verificar-se mais entre nações do que entre príncipes. Em 1793 R. R. Palmer dizia que "as guerras entre reis acabaram; começaram as guerras entre povos"... Depois, com o resultado da revolução russa e da reacção contra ela, o conflito das nações conduziu ao conflito das ideologias, primeiro entre o comunismo, o nazi-fascismo e a democracia liberal... durante a guerra fria, este conflito foi corporizado na luta*

⁴⁷ Mariz Fernandes, Maj Gen, "Religião e Estratégia" in Religiões Segurança e Defesa (seminário), IAEM e Atena, Lisboa, 1999, p.31-51.

⁴⁸ Idem.



entre as duas superpotências, cada uma delas com as suas identidades definidas em termos das respectivas ideologias... A minha hipótese é a de que a fonte fundamental de conflito neste novo mundo não seja prevalentemente ideológica ou predominantemente económica. As grandes divisões existentes na humanidade e as fontes dominantes de conflito serão culturais... O choque de civilizações dominará a política global. As guerras civilizacionais serão as batalhas do futuro"⁴⁹.

Huntington explica ainda porque haverá choques de civilizações. Primeiro, porque as civilizações se distinguem umas das outras pela Cultura e que pessoas de civilizações diferentes têm pontos de vista diferentes. As diferenças não significam necessariamente conflito. No entanto, ao longo da história, têm gerado os conflitos mais prolongados e mais violentos. Segundo, porque a globalização proporciona interacções crescentes entre as civilizações. Esta intensificação "forçada" do relacionamento evidencia as diferenças e suscita animosidades. Terceiro, porque se verifica, a nível mundial, um retorno à religiosidade. Quarto, porque está a ocorrer um fenómeno de "intoxicação" Ocidental e consequente retorno às origens, entre as civilizações não ocidentais. Quinto, porque as características e as diferenças culturais são menos mutáveis e menos comprometidas do que as políticas e económicas. Por fim, porque os blocos económicos se têm constituído no interior da mesma civilização. Em consequência, tem-se verificado um regionalismo económico que reforçará a consciência civilizacional. Organizações como a UE, NAFTA ou Mercosul têm-se desenvolvido naturalmente, no entanto, o Japão tem tido dificuldade em criar uma organização comparável. Isto porque, constituindo-se como uma civilização própria, as diferenças culturais com os outros países asiáticos inibe, ou talvez exclua, a integração económica regional.

De tudo o que foi dito, existem duas conclusões essenciais. A primeira conclusão prende-se com razões endógenas (próprias da natureza humana). O Homem reage ao desconhecido e àquilo que não compreende, com desconfiança e receio. O "desconhecido" é causa de insegurança e é considerado como potencial ameaça, devendo por isso ser anulado. Assim acontece quando os povos são "forçados" a conviver sem que haja um conhecimento prévio entre as partes. A segunda conclusão prende-se com razões exógenas (próprias do ambiente envolvente). As civilizações e as suas fronteiras sempre existiram. O que é que mudou para serem "promovidas" a fonte fundamental dos conflitos do futuro? A resposta está na inevitabilidade da globalização, nas suas consequências e no ritmo acelerado e multifacetado que impõe às relações entre povos. A sua acção de convergência e homogeneização dos modos de vida criam uma tendência de Cultura universal. No

⁴⁹ Samuel Huntington et als, O choque das civilizações? (o debate sobre a tese de Samuel Huntington), Gradiva, Lisboa, 1999, p.7-32. Esta obra reproduz o texto original do artigo de Huntington na Foreign Affairs do Verão de 93.

Huntington é director do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade de Harvard e este artigo é um produto de um projecto do seu Instituto sobre "the changing security environment and American national interests".



entanto, a Cultura é o resultado de séculos de vivência em comum e não é apenas em alguns anos que se homogeneízam valores. Esta convergência acelerada (choque) provoca rejeições e reacções de identificação (conforme descrito na primeira conclusão). Ou seja, não é apenas a distância cultural que está na origem dos conflitos mas sim a sua aproximação forçada e brusca. No choque de Culturas, a causa evitável dos conflitos não são as Culturas, mas sim o choque.

k. Limitações ao Emprego das Estratégias Clássicas

Antes do fim da “guerra fria” o mundo era menos errático ou volúvel. O Estado detinha o direito legítimo e os recursos suficientes para impor a ordem num determinado espaço territorial. Ordenar era sinónimo de estabelecer um Estado soberano, optar por um modelo de ordem e garantir o monopólio dos meios de coacção. Max Weber definiu o Estado como o agente que reivindica o monopólio dos meios de coacção e do uso deles em seu território soberano. O Estado baseava a sua soberania em três pilares: o militar; o económico e o cultural. *“Uma eficiente capacidade ordenadora era impensável a menos que apoiada na capacidade de defender com eficiência o território contra os desafios de outros modelos de ordem; na capacidade de fazer o balanço da Nationalökonomie e de reunir recursos culturais suficientes para sustentar a identidade e distinção do Estado”*⁵⁰.

Com o novo Sistema Internacional esta realidade foi alterada, limitando as potencialidades das formas de coacção do Estado. Em consequência da globalização e da democratização, o ambiente internacional tornou-se mais exigente. O poder do binómio opinião pública/OCS, a liberalização dos mercados e a transferência de soberania para as OI, reduziram o poder do Estado. Assim, as ameaças tornaram-se multidisciplinares e imprevisíveis. Por sua vez, muitas destas são imateriais, de pequena intensidade e enquadradas em relações de competição, o que as torna “imunes” às estratégias clássicas.

A globalização, como vimos, leva a uma expansão geográfica e disciplinar dos interesses do Estado e à crescente interdependência com os outros actores. Isto obriga a uma capacidade estratégica mais volumosa, mais polivalente (eficaz com qualquer tipo de ameaça) e com capacidade de projecção (actuar em qualquer parte do Mundo).

Por outro lado, a democratização e correspondente poder de opinião pública internacional, implica que as estratégias tenham que ter capacidade para actuar sobre a população e não apenas sobre os governos ou organizações.

⁵⁰ Zygmunt Bauman, Op cit., p. 69



A opinião pública interna e os OCS retiram liberdade de acção ao Estado. A população não tem uma visão completa e abrangente das condicionantes em jogo, e por isso não tem capacidade de analisar as opções do governo numa perspectiva global e de longo prazo. A opinião pública é, normalmente, mediática e emocional. Deste modo, as opções estratégicas do Estado vêm-se na contingência de ter que optar pelo populismo, em detrimento do racionalismo. Estratégias que envolvam o risco da vida humana, situações de conflito declarado ou avultadas fatias orçamentais, dificilmente são aceites. Os próprios EUA vêm-se na contingência de ter que transmitir uma postura não arrogante, evitando a utilização dos meios de coacção e explorando outras formas de poder.

A liberalização económica leva à transferência de parte dos sectores estratégicos do Estado para a iniciativa privada. A forte competição económica leva a que as empresas dificilmente cedam a imperativos estratégicos. A conjugação destas duas realidades têm como consequência a redução da capacidade de intervenção estratégica do Estado numa das áreas com maior potencial, que é a economia.

O peso das organizações internacionais, elas próprias sensíveis à opinião pública mundial, e a validade do direito internacional, constituem-se também como um forte limitador da liberdade de acção dos Estados. Uma intervenção estratégica declarada deve ser legitimada pela organização internacional apropriada.

Quanto às limitações provocadas pelas características das ameaças, como vimos anteriormente, a sua imprevisibilidade e desterritorialidade levam a que as estratégias de coacção se tornem menos eficazes do que as estratégias de prevenção. *"Todas as ameaças à paz são essencialmente psicológicas; elas tornam-se militares apenas se não tiverem sido atempadamente identificadas. A detecção oportuna permitirá que a ameaça seja inicialmente sujeita a acções políticas e psicológicas"*⁵¹. As características imateriais, competitivas (enquadradas em relações de competição) ou a reduzida intensidade de algumas ameaças, inibem a utilização de estratégias que impliquem o emprego da força material ou de posturas conflituais declaradas, como por exemplo, a força militar ou as sanções económicas.

Particularizemos para cada uma das estratégias gerais: A Estratégia Militar apresenta grandes limitações porque a sua actividade é socialmente penalizante, dispendiosa, não eficaz para a maioria das ameaças contemporâneas, dependente da legitimação internacional e o seu potencial sofre o atrito da distância. Por ser socialmente penalizante - pelo menos em termos ocidentais - o serviço militar obrigatório tem sido abolido e substituído pelo voluntariado, com a consequente redução de efectivos e aumento da despesa. Este aumento da despesa é reforçado pela necessidade de tornar as

⁵¹ John Leech, "War Without Dead: The Silent Strategies" in Strategic Review, U.S. Strategic Institute, Boston, Primavera 2000, p.23.



forças projectáveis e de as equipar com materiais tecnologicamente desenvolvidos. O valor da vida humana leva a que o seu emprego se faça apenas com a garantia de uma reduzida taxa de baixas, tanto militares como colaterais.

A Estratégia Económica apresenta crescentes possibilidades, uma vez que pode actuar no interior dos Estados; tem grande liberdade de acção; a sua acção pode ser dissimulada e não ser considerada hostil; é flexível em termos do potencial que emprega; tem capacidade global e pode ser empregue preventivamente, entre outros. No entanto, o Estado que tenha optado pela liberalização pode ver a sua capacidade de intervenção reduzida e a sua fronteira económica fragilizada.

A Estratégia Política, e em particular a Estratégia diplomática, tem igualmente grandes potencialidades, uma vez que tem grande liberdade de acção; capacidade de projecção e actuação global; pouco dispendiosa, o que lhe permite uma actuação múltipla, e pode actuar preventivamente. No entanto, o seu poder negocial depende do poder das outras estratégias. Se o poder militar e económico for reduzido ou, perante determinada ameaça, existirem limitações ao seu emprego, então a Estratégia Diplomática tem que recorrer a outros factores do potencial estratégico do Estado.

A Estratégia Psicológica tem todas as vantagens referidas anteriormente, no entanto apresenta um grande inconveniente que praticamente inviabiliza a sua actuação fora do âmbito de um conflito declarado. Este inconveniente é o facto de a sua utilização não ser tolerável pela opinião pública interna ou internacional. Dada a sua capacidade de dissimulação e o difícil controlo, é considerada uma actividade eticamente condenável. O risco de a sua utilização poder vir a ser detectada, leva a que seja evitada. No entanto, o uso das suas técnicas de forma declarada e transparente, e utilizando valores considerados legítimos, pode ser admitido.

Perante as limitações contemporâneas das estratégias clássicas, principalmente das estratégias que se apoiam em factores materiais e financeiros, surge um novo tipo de actuação estratégica que se baseia no chamado *soft power*. Este conceito foi criado por Joseph Nye e refere que *"soft power é a capacidade de atingir os nossos objectivos através da persuasão em vez da coacção. A sua actuação baseia-se em convencer os outros a seguir ou a concordar com determinadas normas ou instituições por forma a produzir um comportamento desejado. Soft power pode-se basear no apelo às nossas próprias ideias ou orientar as actividades dos outros no sentido de condicionar as suas preferências. Se um Estado puder tornar o seu poder legítimo, aos olhos dos outros, e puder estabelecer instituições internacionais que os levem a condicionar ou limitar as suas próprias actividades, pode não vir a ser necessário utilizar os tradicionais e dispendiosos recursos*



económicos e militares"⁵². A Estratégia de segurança nacional dos EUA, produzida pela administração Bush em 1991, refere: "*A nossa influência será progressivamente determinada, mais pela qualidade das nossas ideias, valores e liderança... do que pelo domínio das nossas capacidades militares*"⁵³.

Soft power apela mais ao conhecimento e informação do que ao poder militar. Os elementos chave do *soft power* são a influência, atracção e persuasão e não a capacidade de projecção da força militar. Cultura e valores são igualmente instrumentos vitais para o exercício do *soft power*, uma vez que determinam em larga medida a posição e influência do Estado na comunidade internacional. *Soft power* está também directamente relacionado com o grau de coesão interna do Estado. Uma sociedade ou organização que tenha divisões internas terá menos eficácia na utilização do *soft power*, uma vez que não transmite uma imagem de credibilidade a nível mundial.

O desenvolvimento de sistema internacionais de governação e os acordos internacionais, tornam o exercício do *soft power* mais relevante do que as formas coercivas do Estado. Muitos dos assuntos tratados neste tipo de *fora* estão directamente relacionados com a Cultura e valores - a grande matéria prima do *soft power*. Neste contexto, países defensores de valores de maior significado universal dispõem de grande poder de influência no Sistema Internacional. No entanto, *soft power* não é utilizado exclusivamente pelo Estado. Outros actores possuem *soft power*. Alguns até, como a Paramount Pictures ou a Disney Corporation, podem ser consideradas como superpotências do *soft power*. Deste modo, *soft power* está significativamente mais disperso no SI do que o poder militar e para um dado actor pode variar conforme a situação.

As tecnologias de informação representam um importante meio de exercício do *soft power*. Se Cultura, imagem e conhecimento são elementos do *soft power*, então as redes de comunicações são o primeiro vector para a sua transmissão. Isto faz com que o uso apropriado dos *mass media* e do ciberespaço seja considerado como um importante elemento de influência da política externa. Isto sugere-nos que uma conjunção entre Cultura, diplomacia e informação estratégica, terá crescente importância na condução da futura política externa⁵⁴.

Soft power é internacionalmente mais aceitável, mais económico e pode-se apoiar na estrutura diplomática ou de cooperação militar. Deste modo, as designadas pequenas e médias potências ganham uma preponderância significativa. Para Portugal, o emprego da Cultura como *soft power* representa a exploração do seu maior potencial.

⁵² Joseph Nye, *Bond to lead: the changing nature of American power*, Basic Books, Nova York, 1990. O autor é director da Kennedy School of Government da Universidade de Harvard e ex-assistente do secretário da defesa dos EUA.

⁵³ The White House, *National Security Strategy of the United States*, Washington: GPO, Agt 91, p.14.

⁵⁴ Government of Canada, "New instruments of influence in World Affairs" (research report 3) in <http://policyresearch.schoolnet.ca/keydocs/global2/vol2rap3-e.htm>, 31 Agt 99.



CAP 6 - ESTRATÉGIA CULTURAL INTERNA

"Numa época de tecnologia avançada, o maior perigo para as ideias, para a Cultura e para o espírito, poderá vir mais de um inimigo de rosto sorridente que de um adversário inspirando o terror e o ódio"

Aldous Huxley (1931)

a. Generalidades

No presente capítulo, feito um enquadramento do SI, vamos iniciar a caracterização da hipótese de Estratégia Cultural, levantada na primeira parte. Antes de mais interessa esclarecer um aspecto particular. Este estudo enquadra-se no nível académico e pretende concluir apenas sobre a existência de uma Estratégia Cultural. Não sendo um estudo político, não pretendemos ajuizar sobre a legitimidade ou correcção de determinadas opções estratégicas tomadas pelos Estados. Ilustraremos a nossa teoria com exemplos de opções fascistas, nacionalistas, comunistas, racistas, xenófobas ou fundamentalistas com a mesma naturalidade como falaremos de cooperação, intercâmbio ou encontro de Culturas.

Das múltiplas formas que a Estratégia Cultural pode tomar, optámos por uma divisão em dois blocos, tomando como critério o seu universo de actuação. Dado que, como anteriormente referido, nos pretendemos situar no nível da Estratégia do Estado, tomaremos uma vertente interna e outra externa. A Estratégia Cultural Interna actua sobre os cidadãos do próprio Estado e a Estratégia Cultural Externa actua no âmbito das Relações Internacionais.

Na vertente interna, que passaremos a tratar, pretendemos analisar a forma segundo a qual o Estado pode utilizar os factores culturais, junto do universo dos seus cidadãos, para fazer face a qualquer tipo de ameaças (internas ou externas) que o impeçam de atingir os seus objectivos.

b. Objectivos Políticos

Comecemos com um pequeno exemplo. No dia seguinte aos atentados de 11 de Setembro, em Nova York e Washington, uma ideia forte foi veiculada pelos OCS. Era uma mensagem de coesão e unidade nacional, acompanhada por imagens dos locais sinistrados, onde sempre existia a bandeira dos Estados Unidos, declaradamente colocada na ponta de uma viga retorcida ou no telhado do Pentágono. Essa coesão estava a ser ameaçada e era essencial para apoiar futuras acções do Estado.



Temos aqui um exemplo recente da utilização dos valores nacionais (com forte conteúdo cultural) no sentido de unir a população em volta de uma causa.

Este é um exemplo da aplicação da Estratégia Cultural como forma de reacção a uma ameaça efectiva. No entanto, o que é mais frequente é que a sua actuação seja feita de forma preventiva ou como preparação (melhoria das potencialidades e redução das vulnerabilidades), antes que a ameaça se revele. Vejamos então, quais os factores intervenientes no processo que se inicia na definição dos objectivos políticos e culmina com a decisão de aplicar uma determinada Estratégia Cultural Interna, numa perspectiva preventiva ou de preparação.

O Estado recorre às forças de que dispõe para atingir os seus objectivos. O Poder do Estado resulta da sua capacidade de aplicar determinadas potencialidades sobre um objectivo específico. Quando o Estado apresenta vulnerabilidades, no processo de consecução dos seus objectivos, está a assumir riscos. O risco implica uma possibilidade, maior ou menor, de uma ameaça actuar sobre as suas vulnerabilidades e contrariar ou impedir que atinja o seu objectivo. Identificado o risco, estando ou não identificada a ameaça, o Estado pode tomar duas opções de âmbito Estratégico. Pode prosseguir o seu objectivo e, caso a ameaça se venha a revelar, utiliza as suas forças para a anular. Pode ainda, antes ou durante a tentativa de consecução do objectivo, reduzir as suas vulnerabilidades (os riscos), por forma a desincentivar que a ameaça se materialize (prevenção) ou a reduzir os efeitos da sua acção (preparação). Vamos centrar-nos nesta opção, identificando os riscos relativamente aos quais a Estratégia Cultural interna pode actuar e como conseguiu-lo.

c. Riscos e Estratégias

Vamos analisar três características associadas à população que, não estando desenvolvidas, se constituem como uma vulnerabilidade, representando um risco. O desenvolvimento das suas potencialidades e anulação das vulnerabilidades constitui-se assim como um objectivo estratégico.

"Todos os factores determinantes para a economia e para a política deviam ser levados em conta no cálculo dos factores de risco e na adopção de estratégias de segurança - e, entre esses factores, a Cultura e a Religião"⁵⁵.

Coesão e Unidade Nacional

O peso da opinião pública tem ganho uma maior importância na tomada de decisão dos governos. Este facto deve-se a três razões:

O desenvolvimento dos sistemas democráticos, em que o Poder está nas "mãos" do eleitor.



Os OCS, que divulgam e realçam os acontecimentos, dando ao cidadão a possibilidade e a vontade de ter uma postura activa.

A Globalização, porque debilita a soberania do Estado, ou seja, a sua forma tradicional de exercício do Poder e leva a que este procure outras formas de Poder.

*"Aquilo que a Nação pode ou faz depende daquilo que o seu Povo pode ou deseja"*⁵⁶. Se um governo democrático não tem, pelo menos, o apoio dos seus cidadãos não deve prosseguir a sua acção, e se o faz, sujeita-se a ser penalizado eleitoralmente. Assim, uma condição essencial para o governo poder prosseguir a sua política e atingir os objectivos definidos, é garantir a coesão e o apoio da sua população.

Mas a coesão e unidade nacional são "perseguidas" ainda por outro motivo, para além do apoio da população às opções do governo. Também é importante para garantir a integridade do Estado. Ou seja, garantir que o Estado se mantém uno e indivisível. Esta situação é particularmente sensível nos Estados que contêm várias nações (a grande maioria) ou nos Estados jovens que ainda não desenvolveram um sentido de unidade (como é o caso dos Estados africanos⁵⁷). A não existência de um sentimento de unidade nacional neste tipo de Estados, proporciona o surgimento de determinado tipo de ameaças que mais adiante caracterizaremos.

A coesão e unidade nacional constituem-se assim como objectivos intermédios do Estado para poder atingir os seus objectivos finais. Objectivos esses que têm carácter estratégico, dado que a não existência de unidade nacional é passível de ser explorada por uma ameaça.

Existem várias formas de o Estado atingir este objectivo intermédio. Através da intervenção social, reduzindo a desintegração social ou as injustiças sociais. Pode ainda, recorrer a causas nacionais, como são os grandes eventos de projecção internacional (desportivo, científico, político⁵⁸). Outra forma, que nos interessa particularmente, é através do desenvolvimento dos valores culturais.

Os valores culturais, como vimos no capítulo 2, são o "cimento" da sociedade; o seu factor de coesão. Ou seja, se um Estado pretende manter a sua população coesa e desenvolver um sentimento

⁵⁵ Constantin Von Barloewen, "A Cultura como factor da Realpolitik" in Le Monde Diplomatique, Edição portuguesa, Nov 2001, p.20 e 21. O autor é professor de antropologia na Universidade de Karlsruhe, Alemanha.

⁵⁶ Políbio de Almeida, O Poder do Pequeno Estado, ISCSP, Lisboa, 1990, p.193.

⁵⁷ As apelidadas fronteiras artificiais africanas não são a única razão para a falta de identidade nacional da maioria dos seus países. Sejam quais forem as fronteiras criadas em África sempre existirá multiétnicidade dentro de cada Estado. O que acontece é que, em consequência do subdesenvolvimento social, existe falta de capacidade dos governos em desenvolver esse sentimento nacional, de forma a esbater as características de cada etnia. Portugal é um exemplo típico de aglutinação de várias etnias de bárbaros, mouros e locais, que unidos em volta de um projecto comum se constituíram como uma nação coesa. Os próprios EUA têm na sua origem povos de várias Culturas e idiomas, mas que ao longo da sua história têm sabido unir e assim garantir o sentido de unidade.

⁵⁸ São disso exemplo, a organização de Olimpíadas, exposições universais, a luta de Portugal pela autodeterminação de Timor ou o esforço dos EUA para a colocação do primeiro homem na Lua.



de Unidade Nacional, por forma a garantir o seu apoio na consecução dos objectivos políticos ou para manter a sua própria integridade, deve tentar desenvolver os valores culturais dessa sociedade.

Identidade Nacional

O desenvolvimento dos valores culturais está associada a uma outra característica, também de grande importância para os Objectivos Permanentes do Estado. Estamos a falar da identidade nacional e do sentimento de independência. Como vimos, existe um sentimento de identidade entre indivíduos que partilham a mesma forma de pensar e agir (Cultura) e de distinção para com os outros indivíduos. No ponto anterior analisámos a relação Estado-População e População-População. Aqui, analisamos a relação População-Estrangeiro. De facto, um país (ou região) pode ter um profundo sentimento de unidade e a sua população apoiar completamente o seu governo (regional), mas não se sentirem particularmente motivados para manterem (lutarem por) uma independência, podendo optar por integrar uma federação (manterem-se integrados num Estado). *"A Nação só existe se o seu povo pensar e sentir de forma própria..., isto é, só existe se tiver hábitos, atitudes e projectos que a distingam das restantes"*⁵⁹.

Os extractos que a seguir se apresentam consolidam aquilo que foi dito. O vector cultural *"constitui o elemento aglutinador do todo social, conferindo-lhe a identidade que legitima a constituição da sociedade em unidade politicamente organizada, que exige, detém e exerce o poder nacional"*⁶⁰. *"Durante dois séculos, a economia, a política e a ideologia, promoveram a identificação dos indivíduos enquanto cidadãos de nações, em territórios onde os Estados modernos criam e aplicam regras... A identificação com a comunidade abstracta da nação desempenhou um papel central na constituição das sociedades e das individualidades modernas e está intimamente relacionada com os direitos e responsabilidades da cidadania, bem como com o sentimento colectivo de inclusão e de exclusão que deles dependem... as democracias, ou pelo menos o pequeno número delas que conhecemos ao longo da história, baseiam-se na correspondência entre aquilo que os cidadãos esperam do seu governo e um profundo sentimento de identidade nacional... A situação actual exige simultaneamente capacidade de acção dos governos e as identidades necessárias para a coesão social"*⁶¹.

Até este momento identificámos três Objectivos Estratégicos do Estado:

Coesão e Unidade Nacional, no apoio ao governo;

Coesão e Unidade Nacional, para garantir a integridade do Estado;

⁵⁹ Políbio de Almeida, Op Cit, p. 193.

⁶⁰ Victor Marques dos Santos, "Cultura e Poder" in Nação e Defesa, n.º especial (Defesa Nacional - Anos 90), vol. 1, Agosto 1990, p.168.

⁶¹ George Ross, Op Cit..



Identidade Nacional, para garantir um sentimento de independência.

Estes objectivos podem ser conseguidos com o recurso a uma Estratégia Cultural interna, entre outras, que desenvolve as características culturais.

d. Ameaças e Estratégias

Identificados os riscos associados a certos Objectivos Políticos e que podem ser reduzidos ou anulados com o recurso a uma Estratégia Cultural Interna, vamos agora identificar as possíveis ameaças que sobre esses objectivos podem incidir. A discriminação que iremos fazer das ameaças e das situações delas decorrentes, tem como objectivo analisar os riscos antes identificados e a validade da respectiva acção cultural na redução das vulnerabilidades.

Caracterizando as ameaças, existe um tipo que explora directamente as vulnerabilidades do Estado. Neste caso, a estratégia a adoptar será a de reduzir as vulnerabilidades, através do desenvolvimento da Cultura Nacional. Existe um outro tipo de ameaça, que actua sobre a Cultura, debilitando-a e criando de novo as vulnerabilidades. Digamos que é uma ameaça anti-estratégia.

Daqui se pode concluir que a Estratégia Cultural Interna não pode ser dirigida apenas para o desenvolvimento e manutenção da Cultura Nacional, junto da população, mas também para a protecção contra ameaças aculturantes, de modo a preservar o seu potencial cultural. Para além desta distinção do tipo de ameaças, podemos ainda dividi-las em ameaças de origem interna e de origem externa. Interessa referir que a discriminação das ameaças que se segue, não significa que se constituam como realidades isoladas. Elas podem surgir simultaneamente, dentro do mesmo quadro político. Vejamos então, cada uma.

Ameaças Internas

Começando pelas ameaças de origem interna e a partir da menos gravosa, temos as situações em que não existe uma identificação dos cidadãos com o governo, por este não os representar ou representar apenas uma minoria. Esta situação é frequente em Estados jovens, ainda em fase de formação ou consolidação, assim como em Estados autocráticos e em Estados em que coexistem diversas nações ou etnias. Esta falta de coesão e de identidade nacional leva à dispersão de esforços, convulsões internas frequentes, regimes opressivos e mudanças de governo de forma violenta. Sendo esta situação, consequência de uma imaturidade social, a solução passa por desenvolver uma Cultura comum a todos, que contribua para incutir um sentimento de unidade

"Em todo o mundo, os Estados são os primeiros responsáveis pelo etnocídio das suas próprias minorias... É necessário procurar as causas naqueles que exercem localmente o poder das etnias dominantes e na fragilidade dos



jovens Estados, que tentam reconstruir-se com base num nacionalismo reinventado e voluntariamente unificado"⁶².

Os Estados da África Sub-sariana são exemplo desta falta de unidade nacional, mas que ainda não optaram pela adopção de uma Estratégia Cultural. Para ilustrar o caso dos regimes autocráticos, temos o exemplo das ditaduras europeias da primeira metade do século XX. A sua Estratégia era dominada pelo exacerbar dos valores culturais próprios, a despeito dos valores dos outros povos, criando assim, um forte sentido de unidade e identidade. Como exemplo de Estados multiétnicos, temos o caso dos EUA. No período que se seguiu à independência e até à guerra civil, foi feito um grande esforço no sentido de agregar as múltiplas realidades políticas e culturais. *"A nação nascia sem nome que lhe fosse próprio, sem Cultura e sem passado que unificasse os seus membros"*⁶³. No século XX, em consequência da imigração, os EUA voltaram a ser um Estado multiétnico. Aquela que muitos consideram como uma acção de divulgação internacional da Cultura americana, através do cinema ou da música, no fundo tem como objectivo, a homogeneização da sociedade interna e a criação de um sentido de Nação.

Uma outra ameaça, resultante da falta de coesão nacional, são as acções separatistas dos movimentos independentistas. Verifica-se em Estados que contêm nações ou etnias minoritárias. Ao contrário da situação anterior, em que havia uma maioria descontente, aqui existe uma minoria descontente e uma maioria estável e dominante.

A solução passa igualmente pelo desenvolvimento nacional das características culturais comuns, podendo manter-se localmente a Cultura minoritária. No entanto, as situações que se verificam mais frequentemente são mais radicais, proibindo a prática das características culturais das minorias, tentando substituí-las pelas da maioria. *"Nos países pobres, linguisticamente fragmentados, a maioria das políticas culturais são brutalmente unificadoras"*⁶⁴. O sucesso desta tentativa de homogeneização cultural é mais difícil que na situação anterior, porque existe uma natural negação por parte da minoria.

Esta é a situação típica que se vive em Espanha, com um grande esforço de unificação em torno da língua oficial e com fortes medidas de protecção da mesma. Para ilustrar as opções radicais de tentativa de abolição da Cultura minoritária, temos o caso da China e do Tibete ou do

⁶² Jean-Pierre Warnier, A mundialização da Cultura, Editorial notícias, Lisboa, 2000, p.68. O autor é professor de etnologia e antropologia na Universidade Paris V - René Descartes.

⁶³ Élise Marienstras, "A fundação da nação americana", in Serge Cordelier, Nações e Nacionalismos, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1998. Nesta época, os EUA, para além de terem congregado um conjunto de Estados independentes anglófonos, também reuniram ex-colónias francófonas e hispânicas. Para além disto, o seu tecido social era constituído por colonos e imigrantes de diversas origens e distintas Culturas e uma grande comunidade africana oriunda dos escravos.

⁶⁴ Jean-Pierre Warnier, Op Cit, p.69.



Iraque e dos curdos. No entanto, em ambas as opções o objectivo é o mesmo, ou seja, reduzir a influência da Cultura minoritária. As políticas de protecção das minorias, parecendo moralmente correctas, são uma forma de isolar geograficamente uma Cultura e hierarquizá-la como uma Cultura menor, e consequentemente, sem direito a influenciar a Cultura maioritária.

A terceira ameaça de origem interna identificada, diz respeito à oposição entre partes do Estado. Numa situação extrema, esta ameaça, pode levar ao seu desmembramento ou à guerra civil. Ao contrário das situações anteriores, aqui não existe uma oposição para com um governo, mas a oposição entre facções equivalentes e com igual capacidade para exercer o poder.

Mais uma vez a falta de coesão nacional tem como uma das origens, a não identificação entre as partes. Uma acção de integração cultural mútua, pode amenizar e permitir a necessária estabilidade. Esta é a situação que se vive no Canadá, mas que não se manteve na Checoslováquia.

Ameaças Externas

Passando às ameaças de origem externa, começando igualmente pela situação menos crítica, temos as situações de atrito entre Estados, resultantes da competição pelos respectivos interesses, das quais podem resultar tensões, crises ou pequenas "lutas" de interesses. Estas são talvez as situações mais prováveis, mais frequentes e que podem acontecer com qualquer Estado. São disso exemplo a recente tensão de Portugal com a Indonésia, ou a tensão entre Espanha e o Canadá, provocada pela atribuição de cotas de pesca.

Nestas situações é extremamente importante a coesão e unidade nacional no apoio às acções do governo. É igualmente determinante a divulgação de uma imagem de grande coesão e unidade nacional, junto da opinião pública oponente e internacional. A posição da população portuguesa no caso de Timor é um exemplo ilustrativo deste apoio ao Estado e de demonstração ao "Mundo" da sua coesão nacional. Esta atitude foi consequência de uma grande coesão nacional, já existente, em conjugação com uma acção dos OCS, apelando ao sentimento nostálgico da nossa história e aos valores culturais comuns com Timor.

Uma segunda ameaça de origem externa, é a ameaça da subversão. A subversão actua sobre a vontade da população e explora situações de falta de identificação desta para com o governo, minorias insatisfeitas e falta de coesão nacional. Todas elas se constituem como vulnerabilidades, podendo ser reduzidas através de um esforço prévio de unificação cultural. Durante a Guerra Colonial portuguesa, a actividade subversiva inimiga explorou o descontentamento da população para com o seu regime autoritário. Por outro lado, este regime fazia um grande esforço para desenvolver os valores nacionais, criando mitos, exacerbando a história e desenvolvendo as tradições folclóricas.



Temos ainda as situações de conflito de pequena intensidade ou conflitos assimétricos, como é o caso vertente da luta contra o terrorismo. Nestas situações, para além das características anteriormente referidas, de apoio às acções do Governo, é extremamente importante a coesão da população e o sentido de unidade nacional. Nestes conflitos, que poderão também estar associados à subversão, o adversário mais fraco utiliza a manobra de lassidão. Com esta manobra, pretende prolongar o conflito por um período indefinido, com flagelações pontuais e imprevistas, actuando sobre o moral da população. A derrota do contendor, teoricamente mais forte, acontece pela perda da sua vontade de lutar. Sendo pouco aceitável a utilização de Estratégia psicológica sobre a própria população, a melhor forma de garantir a coesão da população, os sentimentos de patriotismo e a capacidade de resistir à flagelação prolongada do adversário, é garantir o reforço dos valores culturais.

Por fim, temos as situações de conflito generalizado ou de grande intensidade. A diferença em relação às anteriores reside no facto de o cidadão deixar de ser um elemento passivo, passando ele próprio a ser um elemento participante. Não se trata apenas de apoiar com os seus impostos e a sua anuência, mas também da participação física no conflito. Para uma comunidade aceitar que os seus familiares sejam mobilizados, por vezes sujeitarem-se a provações, resistir às acções psicológicas, assistir à morte dos seus familiares e ainda aplicar à sua função toda a sua eficácia, é necessário um grande sentimento patriótico, uma grande vontade colectiva de defesa, e por vezes, um forte sentimento de Identidade Nacional. Dizemos "por vezes", porque só é feito apelo ao sentimento de Identidade Nacional quando existe o risco de perda de independência. Por exemplo, a Áustria, dada à sua identificação cultural com a Alemanha, recebeu com agrado a ocupação nazi.

Este empenhamento da população no esforço de guerra pode parecer um dado adquirido, dado que estes valores culturais são desenvolvidos desde os bancos da escola, pela maioria dos Estados. No entanto, em alguns Estados africanos ou asiáticos, com estruturas sociais e culturais não consolidadas, vemos que a mobilização militar se faz à força, grande parte dos contingentes são mercenários e a deserção é encarada com grande naturalidade.

Ameaças à Cultura

Vejamos agora a ameaça que identificámos como de Anti-Estratégia Cultural Interna. Esta ameaça não explora as vulnerabilidades culturais mas tenta criá-las (não entra pela porta mas pretende abri-la), actuando directamente sobre os valores culturais do Estado. Esta é a ameaça das



"Influências Culturais Externas". Esta *"ameaça estratégica pesa sobre um dos bens mais preciosos da humanidade: o direito dos indivíduos a uma identidade cultural diferenciada"*⁶⁵.

Esta ameaça, tanto pode ser originada pelo efeito secundário de uma outra actividade (não intencionalmente dirigida à Cultura) ou por uma Estratégia Cultural propositada, de um outro Estado. Esta última situação será caracterizada quando falarmos de Estratégia Cultural Externa. Agora, vamos falar das opções da Estratégia Cultural Interna, para fazer face a esta ameaça - intencional ou não.

Esta ameaça, faz-se sentir pela contacto de conteúdos culturais estranhos com a população. *"A mundialização cultural ameaça o equilíbrio. As pessoas normais são bombardeadas com sinais vindos de todos os sentidos. O bom senso levá-las-à a não ter em conta alguns desses sinais e a traduzir outros para o dia-a-dia da sua vida local. Existe, todavia um real potencial de desmembramento das identidades"*⁶⁶.

Estas influências culturais externas, numa época marcada pela globalização, fazem-se sentir de forma particularmente intensa. *"Uma das consequências da mundialização foi fazer emergir elites a ela ligadas, mas desligadas das suas sociedades de origem... Este desprendimento leva-os a tentar manipular as Culturas locais, incluindo a sua, a vergar-se àquelas que julgam ser as lógicas da mundialização e ainda a promover os seus interesses"*⁶⁷.

Estes conteúdos podem ser veiculados de diversas formas: pelas indústrias de Cultura (cinema, literatura, programas de televisão, música, etc.); por outras indústrias como a da alimentação, vestuário ou mobiliário; por organizações religiosas no seu esforço de divulgação da fé⁶⁸; pelas comunidades de imigrantes ou pelas próprias instituições de divulgação cultural de países estrangeiros.

As indústrias de Cultura, como vimos no capítulo 2, têm um forte impacto cultural dada a sua capacidade de produção em massa e os potentes meios de divulgação de que dispõe, essenciais para se tornarem economicamente viáveis. Mais uma vez reforçamos a ideia, porque nos parece importante, de que nem todas estas actividades têm como sua principal actividade, a divulgação cultural. Por exemplo, os restaurantes chineses, mexicanos, italianos ou americanos estão orientados apenas para o lucro comercial, o que não significa que a sua actividade não tenha um impacto cultural. As indústrias de Cultura são indústrias de entretenimento orientadas para a conquista de mercado. No entanto, dado o potencial de que dispõem e se controladas pelo Estado, também

⁶⁵ Jean Tardif, "Como governar o mundo?" in Le monde diplomatique, edição portuguesa, Abril 2000.

⁶⁶ George Ross, Op Cit.

⁶⁷ George Ross, Op Cit.



podem ser utilizadas como meio de transmissão de conteúdos culturais. Este é o exemplo das televisões estatais ou do apoio financeiro à produção cultural. Já as organizações religiosas e as instituições culturais, têm uma nítida intenção de divulgação de valores. De qualquer das formas, intencional ou não, um Estado pode sempre considerar que estas influências culturais se constituem como uma ameaça.

Perante um cenário deste tipo, um Estado pode tomar duas atitudes, no âmbito da Estratégia Cultural:

Reforçar os valores culturais nacionais, de forma idêntica ao que é feito para as outras ameaças, no sentido de garantir uma solidez cultural. Esta solidez permite reduzir a eficácia da influência externa, acabando esses conteúdos culturais por ser rejeitados ou absorvidos, sem descaracterizar a Cultura nacional. No entanto, esta opção tem a particularidade de ser morosa, não responder às rápidas variações (aumentos) dos fluxos culturais e tem um limite em termos de resistência às influências. Para os Estados com uma fraca Identidade cultural ou sujeitos a um grande volume de influências - fruto da globalização - têm que ser tomadas outras opções.

Essa opção é o controlo dos fluxos culturais. Este controlo, pode ser mais ou menos apertado, podendo chegar ao ponto de negar qualquer entrada de características culturais estrangeiras. O seu objectivo é estabelecer um ponto de equilíbrio, entre os efeitos da influência externa e a capacidade de absorção interna, de forma a que não exista perda de identidade nacional.

*"Para já, em jeito de resposta, assiste-se a um renovar do populismo nos países desenvolvidos, que se reveste de formas variadas: nacionalismo, racismo, hiper-proteccionismo"*⁶⁹.

Este controlo pode ser feito a nível internacional, por acordo mútuo, como acontece relativamente ao controlo dos produtos comerciais.

"Ao contrário daqueles que gostariam de reduzir as trocas culturais a uma dimensão comercial, a batalha pelas identidades reveste-se de uma grande importância. Os bens culturais necessitam de um regime específico de trocas comerciais, fora da alçada da Organização Mundial de Comércio (OMC), adaptado aos imperativos da soberania cultural. Assim, ao lado do sistema elaborado ao longo dos últimos 40 anos para as trocas de bens e

⁶⁸ Para além das religiões clássicas, devem também ser consideradas as múltiplas seitas que têm surgido nos últimos tempos. Estas seitas têm uma forte influência na postura cultural da população, uma vez que se substituem à religião original.

⁶⁹ George Ross, Op Cit.



*serviços, sob os auspícios de uma OMC, seria criado um regime distinto adaptado à especificidade das trocas culturais. Teria em conta tanto os princípios da multifuncionalidade, como a precaução, diversidade e reciprocidade... seria conveniente criar um Conselho de Segurança cultural Mundial ou Conselho cultural Mundial... e poderia ser elaborado um regime contratual da diversidade e das trocas culturais... poderiam contribuir para controlar um pouco a mundialização, introduzindo outras considerações além das mercantis, ao mesmo tempo que um início de controlo democrático e sociocultural"*⁷⁰.

Este controlo pode ainda ser feito por cada Estado individualmente, através da regulação de entradas ou de cotas de exibição. Por exemplo, a Suíça tentou fazer um controlo da imigração, por motivos culturais. *"Na Suíça, foi submetida a plebiscito uma lei limitadora da entrada de estrangeiros, com o fundamento de que o seu número ameaçava a manutenção da identidade nacional... A lei não foi aprovada"*⁷¹. A aplicação de cotas de exibição, acontece na maioria dos países, relativamente à rádio, televisão, cinema, etc. *"Os canadianos consideram ser suficiente ter 60% dos livros, 75% da música difundida, 80% das revistas e 96% dos filmes vindos do estrangeiro, sobretudo quando a parte de leão dessas importações cabe a um único país (EUA), ele próprio pouco aberto às Culturas estrangeiras"*⁷².

Por fim, temos as estratégias de isolamento cultural, como aconteceu na União Soviética durante o período da Guerra Fria e acontece em alguns países fundamentalistas, como o Afeganistão.

*"Vivemos no tempo da politização das diferenças culturais como uma forma extrema das tendências fundamentalistas. A consciência da sua Cultura transforma-se em trampolim dos antagonismos políticos, com a exacerbada busca individual da identidade, na qual os movimentos mais radicais levam a melhor"*⁷³.

e. Instrumentos de Acção Estratégica

Identificados ao Riscos, as Ameaças e as Estratégias (essencialmente preventivas), vamos agora referir os instrumentos que a Estratégia Cultural pode utilizar, para atingir os respectivos

⁷⁰ Jean Tardif, Op Cit.

⁷¹ Adriano Moreira, "O poder cultural" in Nação e Defesa nº18, IDN, Lisboa, Fev 1981, p.48. Em 2000, uma nova tentativa de controlo de imigração, por motivos culturais, teve idêntico desfecho.

⁷² Serge Halimi, "Uma palavra a mais" in Le monde diplomatique, edição portuguesa, Maio 2000.

⁷³ Constantin Von Barloewen, Op Cit.



objectivos. Neste capítulo, os instrumentos foram, por várias vezes, referidos. Alguns, até são coincidentes com os utilizadas pela Influência Cultural Externa. Aqui, vamos fazer apenas uma discriminação sumária, com o objectivo de sistematizar todas os instrumentos utilizados pela Estratégia Cultural Interna.

Durante a análise das Ameaças, vimos que existem dois tipos de acção estratégica. Numa são utilizados conteúdos culturais para transmitir, desenvolver ou consolidar características culturais (ideias e costumes), que por sua vez garantem o objectivo de unidade e coesão nacional e de identidade nacional. Outro tipo de acção é a tomada de medidas de protecção, controlo ou dissolução de características culturais (externas ou internas) no sentido de desenvolver uma Cultura própria.

Os conteúdos culturais podem ser veiculados através da educação, na rede escolar. *"A transmissão cultural está estreitamente ligada à educação. O ensino sob todas as formas, é uma empresa de socialização dos jovens, de acesso à palavra pela mestria da linguagem e da aprendizagem dos saberes ... que liga cada criança à sociedade e às suas tradições"*⁷⁴.

Quanto à religião, como instituição de divulgação de valores por excelência, a acção do Estado tanto pode ser na perspectiva da sua utilização ou exaltação, como da sua abolição. Ao longo da História os Estados apropriaram-se do factor religioso para enformar as suas políticas de Estado⁷⁵. A viabilidade do emprego da religião como estratégia depende naturalmente da relação entre as instituições religiosas e o Estado. Será certamente mais viável em sociedades em que a instituição religiosa é o próprio poder ou onde a religião tenha um peso determinante na regulação da sociedade. São disto exemplo, alguns dos Estados islâmicos. Na revolução do Irão *"é (foi) o livro sagrado que se exhibe, cujos preceitos se lembram, para demonstrar que o ocidentalismo agrediu severamente a personalidade básica do povo. Por isso os revolucionários escutam a palavra dos chefes religiosos, e estes apelam para a Constituição Política de Medina escrita pelo Profeta... É com este texto constitucional na mão que pretendem regenerar o Estado, defender os valores de uma Cultura de matriz religiosa, salvaguardar a identidade básica do povo, e assim recuperar aquilo que pensam ser um lugar igual entre as Nações Ocidentais, contra as quais enumeram um volumoso capital de queixas"*⁷⁶. De igual forma, a eficácia desta estratégia depende da influência que a religião tem junto da população. Por exemplo, os valores da Igreja têm bastante mais influência nos países da América Latina do que em África.

⁷⁴ Jean-Pierre Warnier, Op Cit, p.63.

⁷⁵ Referido pelo professor Adriano Moreira, em 8OUT01, na estação televisiva TVI.

⁷⁶ Adriano Moreira, Op Cit.



Outra forma de aplicar a Estratégia Cultural para divulgar conteúdos culturais é através dos OCS. Estes órgãos, para além de divulgarem os produtos das indústrias de Cultura, de que falaremos em seguida, também são produtores de conteúdos culturais. A imprensa escrita e falada, em nome do direito de informar, tem acesso a todas as áreas da sociedade, e sem ferir a verdade jornalística, divulga os pontos de vista de quem domina este "4º Poder". Por exemplo, para além das permanentes mensagens culturais, a emissão do hino nacional no fim do programa televisivo é um exemplo típico da utilização da televisão pela Estratégia Cultural.

Os produtos das indústrias de Cultura, são excelentes meios de divulgação de Cultura. Estamos, naturalmente, a falar dos produzidos no próprio Estado ou com conteúdos que se identificam com a Cultura que se pretende desenvolver. Neste sentido, para além das razões comerciais, é frequente o apoio dos Estados a iniciativas culturais (cinema, música, televisão ou literatura) que contenham características culturais nacionais. É o que acontece com o apoio ao cinema na maioria dos países da Europa. Temos também, o exemplo recente das vantagens concedidas pela televisão estatal portuguesa, à publicidade da literatura em português.

Por fim, temos o caso em que o instrumento de acção estratégica é o próprio Estado, através da sua acção legislativa e executiva. Neste caso, são tomadas medidas legislativas no sentido da protecção, dissolução ou controlo de características culturais de origem interna ou externa. Estas medidas estão normalmente associadas à protecção contra a ameaça das Culturas externas, mas também podem estar relacionadas com as ameaças de Culturas internas minoritárias ou contrárias ao governo. No sentido de preservar (ou pelo menos não abolir), podem ser tomadas medidas de regulação das Culturas minoritárias, pela definição do seu espaço de intervenção e formas de divulgação admitidas. No sentido contrário, podem ser tomadas medidas de proibição e abolição de práticas culturais de minorias, no sentido da homogeneização cultural no interior do Estado. Estas medidas de proibição e abolição podem ser também relativas a características culturais da maioria, quando estas se constituem como obstáculo à acção do governo. Estas últimas são tomadas, normalmente, quando acontecem mudanças revolucionárias e/ou ideológicas no interior do Estado que obrigam à negação dos valores culturais existentes do antecedente. É disto exemplo a proibição do culto religioso em alguns regimes comunistas ou a típica imagem da destruição de livros no início das revoluções. Quanto às ameaças externas, podemos ter as medidas de atribuição de cotas de exibição de produtos das indústrias de Cultura. Finalmente, podemos ter as medidas de controlo ou negação de entradas de pessoas, organizações ou bens estrangeiros (apenas por motivos culturais).

Apesar de não se constituírem como instrumentos utilizados para aplicar a Estratégia Cultural, gostaríamos de referir três características com grande conteúdo cultural. Estas características são a



história, a língua e as características de raça/etnia. Estas características podem ser utilizadas por qualquer um dos instrumentos anteriormente referidos e a sua utilização pode ser feita no sentido de divulgar, manipular ou ignorar os seus conteúdos culturais. A história pode-se constituir como uma mais valia para o sentimento de unidade e identidade nacional. A sua divulgação pode ser feita através do ensino, do cinema ou da televisão, mas também pela preservação do património cultural, pela construção de monumentos evocativos ou por iniciativas comemorativas dos acontecimentos históricos. *"A transmissão das tradições culturais apoia-se no património herdado do passado. A fim de conservar a sua identidade, os grupos e as nações devem manter, cultivar, renovar o seu património"*⁷⁷. A língua e a etnia são factor marcantes da Cultura de um povo dada a sua presença constante. Têm a capacidade de unir ou dividir um Estado. O controlo da prática da língua é frequentemente exercido pelos Estados multi-linguísticos, utilizando o ensino e os produtos das indústrias de Cultura para o fazer. Por exemplo, em Espanha, a exaustiva "dobragem" de programas televisivos é um exemplo do esforço do seu governo, no sentido de colocar o castelhano no quotidiano da população.

⁷⁷ Jean-Pierre Warnier, Op Cit, p.63.



CAP 7 - ESTRATÉGIA CULTURAL EXTERNA

"Para se poder prever os riscos dos investimentos internacionais, seria desejável dispor de um atlas geocultural".

Constantin Von Barloewen⁷⁸

Generalidades

Enquanto que na Estratégia Cultural Interna o campo de actuação eram os próprios cidadãos, ou as ameaças que sobre eles incidiam, neste capítulo vamos "movimentar-nos" no universo das relações externas do Estado. Assim, vamos ver como é que a Cultura pode apoiar a consecução de objectivos da Política Externa do Estado (os que são ou podem vir a ser ameaçados), actuando sobre os outros Estados ou respectivos cidadãos. Embora possa parecer, esta não é uma estratégia ofensiva, uma vez que em grande parte das situações ela se destina a prevenir posturas hostis ou de repulsa de outros Estados ou Organizações. Pode-se mesmo dizer, como veremos, que se trata de uma "estratégia de paz".

Neste capítulo vamos começar por definir os interesses externos do Estado e para cada um destes interesses, analisar as ameaças sobre as quais a Cultura pode ter um papel determinante. Posteriormente será feita a caracterização dos vários tipos de acção estratégica, terminando com a descrição dos instrumentos por si empregues, tal como foi feito no capítulo anterior.

O ambiente das relações internacionais, como vimos no capítulo 5, caracteriza-se pela dinâmica da globalização e consequentemente por uma grande interdependência entre os seus actores. Isto significa que os interesses de cada Estado são afectados por um crescente número de acontecimentos internacionais, num espaço cada vez mais alargado. Ou seja, as ameaças aos interesses do Estado são múltiplas, quer no tempo quer no espaço, podendo ter origem em acções intencionais ou não intencionais e resultar em qualquer tipo de relações ou mesmo na sua ausência⁷⁹. Temos assim um quadro em que as ameaças identificadas e declaradas são apenas a ponta de um iceberg e em que o seu grande volume é constituído por ameaças indefinidas e

⁷⁸ Constantin Von Barloewen, Op Cit, Nov2001.

⁷⁹ Pode dar origem a relações de: conflito; acomodação (quando o diferendo pode ser resolvido com recurso ao direito internacional); competição e cooperação (normalmente quando estão em causa interesses económicos). Pode mesmo haver ausência de relações (como acontece relativamente a certas ameaças ambientais).



variáveis. Daqui resulta que a grande preponderância da acção estratégica nas relações externas deva ser de prevenção e de preparação.

Interesses e Ameaças

Vamos analisar as ameaças em grandes blocos, tendo por base os objectivos últimos ou teleológicos da política que são a Segurança e o Progresso e Bem-Estar.

Progresso

Começando pelo progresso, nas relações externas, este objectivo está essencialmente associado a interesses económicos do Estado, ou das empresas que ao Estado pagam os seus impostos. Estes interesses são a garantia das fontes de matérias-primas, a expansão dos mercados e o sucesso dos investimentos externos.

Uma primeira ameaça a estes interesses é o facto de não existir, em determinado Estado, um mercado de consumo para as nossas exportações. Esta ameaça não deve ser entendida no sentido da existência de uma vontade intencional mas no sentido de que representa um obstáculo ou resistência aos interesses do Estado, como vimos no capítulo 5. Esta resistência pode estar associada a questões de desenvolvimento económico ou a hábitos culturais da sua população. *"Existe uma razão causa-efeito entre a Cultura e o nível de desenvolvimento económico"*⁸⁰. Qual a influência da tradição asiático-confuciana ou da Cultura católica na taxa de poupança de Singapura (50%) e do México (9%), respectivamente? *"Trata-se de levar em consideração factores culturais primordiais: as estruturas religiosas, a representação de Deus, os mitos, os cultos ancestrais em África, a relação do Homem com a Natureza, com o sobrenatural e com a morte, a atitude em relação ao ambiente como condição para um comportamento ecológico, a relação com o tempo, com o solo e com a propriedade, o reconhecimento da Autoridade e do Poder, a aspiração ao lucro, ao crescimento e à performance, a atitude em relação a tudo o que é novo, o sentido do futuro a capacidade de formar elites, os modos de tomada de decisões... É decisivo saber se a tecnologia é compatível com a Cultura e com a Religião, se as novas tecnologias devem ser introduzidas numa América Latina impregnada de uma forte Cultura transcendental, com o seu ético do trabalho, numa Índia com a sua crença na reencarnação, que tem repercussões sobre a organização no trabalho, num Japão com a sua tradição do shintuísmo e do seu princípio do consenso na decisão, ou numa Cultura norte-americana calvinista, com a sua herança puritana do êxito material cá em baixo e a recompensa no além... Cada sistema económico tem um capital cultural que lhe é próprio"*⁸¹.

⁸⁰ Constantin Von Barloewen, Op Cit.

⁸¹ Idem, Ibidem.



Uma segunda ameaça está relacionada com a natural reacção ao desconhecido. Perante a nossa aproximação a outros povos, acompanhado do seu desconhecimento dos nossos padrões culturais, pode existir uma reacção de repulsa a tudo o que está relacionado com a nossa Cultura e, por inerência, uma repulsa aos nossos produtos ou investimentos locais. Este contacto pode ter qualquer origem, seja a proximidade geográfica, o relacionamento político, a própria actividade económica ou mesmo uma intencional acção de divulgação cultural que, como vimos, se pode constituir como uma ameaça cultural externa para o Estado receptor. O grau da ameaça é directamente proporcional à intensidade do contacto e inversamente proporcional ao entendimento e compreensão dos nossos padrões culturais.

Esta é uma ameaça muito real numa época de globalização, em que os contactos se tornam cada vez mais intensos e nem sempre são acompanhados do correspondente intercâmbio cultural. Por esta razão, muitos produtos comerciais adoptam designações locais ou universais de forma a não evidenciar a sua origem, como acontece com os produtos espanhóis em Portugal. Esta situação é particularmente evidente na relação conflituosa entre os EUA e alguns Estados islâmicos, em consequência da forte presença daqueles no Médio Oriente e o grande distanciamento cultural que impede o entendimento mútuo. *"Em alguns casos, como aconteceu com a revolução do Irão... é francamente a opressão cultural alegada que cobre as queixas que também dizem respeito à subordinação económica e política a poderes exteriores"*⁸². Nestes países o consumo de produtos americanos é uma ofensa à pátria.

Esta ameaça de repulsa, pode não ter origens puramente culturais. É o caso da postura hostil dos Estados com quem existiu uma relação de conflito e que, naturalmente, não estão abertos a um relacionamento comercial. Também aqui um intercâmbio cultural estreito, entre outras acções, poderá alterar esta posição. Exemplo disto, foi a acção dos EUA junto do Japão e dos Aliados junto da Alemanha, após a II GM, assim como a acção que os Estados ocidentais estão a fazer junto dos países do ex-Pacto de Varsóvia. Será também esta a postura que a Indonésia terá que tomar junto de Timor.

Uma terceira ameaça, são as situações de conflito interno que podem ter origem em posturas sociais e políticas de origem cultural. Estas posturas conflituais estão normalmente associadas ao não respeito de valores como os direitos do homem, de igualdade social entre raças, credos ou sexo e dos valores democráticos. As situações de conflito daí decorrentes têm naturalmente repercussões nos investimentos locais, garantia de fornecimento de matérias-primas

⁸² Adriano Moreira, Op Cit, p.47



ou dos mercados aí existentes. Exemplo disto é o caso do *apartheid* na República da África do Sul ou das ditaduras da América do Sul.

Segurança

Passemos agora aos interesses e ameaças no âmbito segurança. Nas relações externas, a segurança está associada à garantia de paz junto às nossas fronteiras e a segurança dos cidadãos nacionais onde quer que se encontrem. A origem das ameaças é idêntica às referidas anteriormente, com excepção da primeira, variando a forma como a ameaça se revela e as respectivas consequências.

(a) Relativamente às situações de intenso contacto, associado ao não entendimento das particularidades culturais, a ameaça pode ser de tal forma intensa que ultrapasse a simples repulsa dos símbolos e produtos, conforme referido anteriormente, e se transforme em actos de violência. Estes actos podem ir desde a violência junto dos cidadãos do Estado interventor, que aí residem e trabalham, até aos conflitos, mais ou menos intensos, entre os Estados.

*"A revolta contra a modernidade ocidental e instrumentalização política do conceito de identidade conduz a conflitos fundamentalistas, como na Argélia ou no Afeganistão, no Sudão, na Índia ou no Paquistão. As tendências fundamentalistas são, essencialmente, anti-modernas"*⁸³.

De igual forma, quanto às relações com os Estados ex-hostis, para além da repulsa económica, pode voltar a acontecer actos de violência. Também aqui uma acção de aproximação cultural pode trazer grandes vantagens. Para além dos exemplos referidos no caso da ameaça ao progresso, que são válidos para este caso, temos o exemplo negativo daquilo que não foi feito na Europa, após a I GM ou o que os EUA não fizeram relativamente a Cuba.

(b) As situações de conflito interno por razões de postura cultural, associado ao não respeito dos valores universais ou da democracia, além de ameaçarem o progresso ameaçam também a segurança dos cidadãos nacionais que residem e trabalham nesses Estados. Caso o conflito ocorra na nossa proximidade geográfica poderá também trazer consequências para a segurança interna.

Bem-Estar

No âmbito do Bem-Estar (individualizando-o do progresso), vamos referir as ameaças à qualidade de vida dos cidadãos nacionais e que estão relacionadas com questões de saúde, ambiente ou estrutura social, podendo sofrer interferências externas.

⁸³ Constantin Von Barloewen, Op Cit.



A prática de determinadas actividades prejudiciais ao ambiente e que podem ter consequências globais constituem-se como uma grave ameaça aos interesses dos Estados. Também aqui a Cultura pode ter um papel preponderante na alteração dos hábitos e costumes.

As questões de saúde relacionadas com a possibilidade de epidemias são também questões que preocupam os Estados.

Por fim, as situações relacionadas com o subdesenvolvimento social, como a corrupção, o não controlo de natalidade ou o apoio social deficiente, constituem-se como uma ameaça para os Estados vizinhos, uma vez que dão, normalmente, origem a movimentos migratórios não desejados.

É evidente que todas estas situações não têm como única causa as questões culturais, mas estas têm um papel mais ou menos influenciador.

Acção Estratégica

Tendo presente as ameaças aos objectivos da Política Externa do Estado, sobre as quais a Cultura pode ter um papel determinante, vamos agora ver quais os tipos de acção que a Estratégia Cultural Externa pode assumir. A acção estratégica pode ser de três tipos:

Incutir características culturais - Transmitir essas características, não necessariamente as nossas, de forma que os outros as assumam e as passem a praticar.

Divulgar modelos culturais - Dar a conhecer a nossa Cultura, ou uma imagem da forma como pretendemos que ela seja vista.

Intercâmbio cultural - Conhecimento mútuo através das características culturais e consequente aumento do grau de confiança.

Os dois primeiros têm carácter unilateral, ou seja, o receptor tem um papel passivo e por vezes inconsciente. O intercâmbio cultural tem carácter bilateral, em que ambos os intervenientes têm um papel activo naquilo que desejam transmitir e receber.

Incutir Cultura

Começamos pela acção estratégica em que se pretende incutir características culturais.

Esta acção pretende fazer face àquela que identificámos como a primeira ameaça ao objectivo Progresso (resistência ou obstáculo à existência de mercado). Está associada a objectivos comerciais e enquadra-se numa acção mais ampla de recriar no mercado de destino condições idênticas ao mercado de origem, inclusive as características do consumidor, por forma a poder escoar os seus produtos. No espaço social desse mercado de destino existem características culturais que se constituem como obstáculos ao desenvolvimento do mercado, pelo que devem ser alteradas. Esta acção pode ir desde uma vasta acção de criação de hábitos de consumo até acções específicas para um determinado produto.



*"Os grandes intervenientes ocidentais da política e da economia internacional exercem fortes pressões sobre o resto do Mundo para impor a modernização tal como a entendem... A homogeneização técnica acaba por standardizar e uniformizar todos os domínios da vida e ameaça a diversidade das Culturas resultantes da história... Particularmente visadas são as Culturas do Islão, tal como as tradicionais do Cáucaso, as Culturas ancestrais de África, ou alguns dos países da América do Sul e da Ásia"*⁸⁴. *"As zonas comerciais que se desenvolveram em França (e nos restantes países da Europa) desde há 15 anos, recriam os subúrbios americanos do pós-guerra... Essas zonas comerciais ocuparam a berma dos eixos rodoviários muito frequentados, sobrepondo a estética de Las Vegas sobre o velho esquema da avenida... Trata-se de zonas desreguladas estendidas sobre vários quilómetros, ritmadas por painéis de publicidade berrante, de grandes superfícies... As cores e os estilos arquiteturais criam uma cacofonia visual tão ostensiva como se pode encontrar nos Estados Unidos, Aqui está o verdadeiro Tchernobyl cultural"*⁸⁵.

Este tipo de acção tem sido intensificada nesta época marcada pela globalização. *"Globalization is US"* refere Thomas Friedman⁸⁶. No entanto a sua actividade remonta à época colonial, continuando algumas das ex-potências coloniais a exercer a sua acção sobre as ex-colónias.

*"Os Estados Unidos não têm o monopólio da pretensão ao universal. Muitos países - França, Grã-Bretanha, Alemanha, Espanha, Japão, Rússia - exerceram ou esforçam-se, na sua esfera de influência própria, por formas de imperialismo cultural em muitos pontos comparáveis"*⁸⁷.

*"A mundialização faz o papel de patriotismo de substituição. Numa mundialização feliz, a felicidade está na 'língua' da metrópole, vitoriosa em que do vencido é esperado poder vender-lhe tudo, poder fazer-lhe aceitar facilmente todas as decisões políticas, fazer dele um aliado dócil e submisso"*⁸⁸.

Esta acção estratégica de "Incutir Características Culturais", pretende ainda atingir outras duas ameaças, identificadas anteriormente. Uma é a ameaça ao progresso e segurança, provocada por conflitos que podem surgir em consequência do não respeito pelos direitos universais ou da

⁸⁴ Constantin Von Barloewen, Op Cit.

⁸⁵ Rick Fantasia, "Restaurantes rápidos para sociedades sem classes" in Le Monde Diplomatique, Edição portuguesa, Mai 2001, p.06. O autor é professor no Smith College, Massachussets, EUA.

⁸⁶ In International Herald Tribune, Paris, 10 Fev 97.

⁸⁷ Pierre Bourdieu e Loic Wacquant, "A nova vulgata planetária", in Le monde diplomatique, edição portuguesa, Maio 2000. Os autores são sociólogos e professores no Collège de France e na Universidade de Berkeley, Califórnia.

⁸⁸ Bernard Cassen, "A língua-dólar" in Le Monde Diplomatique, Edição portuguesa, Mai 2000, p.24.



democracia. Outra, é a ameaça ao bem-estar, provocada pelo facto de não serem seguidas determinadas acções em termos ambientais, de saúde pública ou acção social. Aqui os valores culturais são diferentes dos utilizados para os objectivos comerciais, parecendo mais legítimos. No entanto, no âmbito das relações internacionais, nunca se sabe qual é a verdadeira intenção quando se faz apelo a este tipo de "valores nobres".

*"A maior parte da mercantilização frenética actualmente em curso esconde-se sob os grandes princípios da paz, de democracia, de direitos humanos e de progresso universal. Dizem-nos mesmo que os mercados impedem as guerras"*⁸⁹.

Estes valores, considerados universais, são-no por convenção, porque na maioria dos casos não são aplicáveis às realidades sociais em que os países vivem, sejam ocidentais ou subdesenvolvidos. *"O imperialismo cultural é uma violência simbólica que se apoia numa relação de comunicação constrangida para extorquir a submissão e cuja particularidade consiste, em universalizar os particularismos ligados a uma experiência histórica singular, não os conhecendo como tal e reconhecendo-os como universais"*⁹⁰.

Divulgar Cultura

Passemos agora à segunda acção estratégica, em que se pretende divulgar padrões culturais. Nesta acção, o Estado não pretende inculcar hábitos que levem à prática de uma actividade específica mas sim dar a conhecer a sua forma colectiva de pensar, sentir e fazer, transmitindo uma imagem, simultaneamente, simpática, positiva e prestigiante.

Com a componente simpática e positiva, pretende actuar como "antídoto" ou acção preventiva dos possíveis efeitos negativos provocados pela acção de "Inculcar Cultura", referida anteriormente. Como vimos, na Estratégia Cultural Interna, perante uma Influência Cultural Externa existe uma reacção de protecção. Neste capítulo, vimos também, que uma das ameaças (ao interventor) é a reacção de repulsa ou mesmo violência, perante a insegurança de um contacto intenso, com uma Cultura desconhecida. Esta acção estratégica vem tornar transparente a Cultura de um Estado, anulando essa sensação de insegurança e consequentemente a reacção de intolerância (repulsa ou violência), por parte do outro Estado. Actua de forma preventiva, como uma espécie de guarda avançada da acção de "Inculcar Cultura" (essencialmente comercial) ou outras acções de Política Externa que se lhe seguem.

⁸⁹ George Ross, Op Cit.

⁹⁰ Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant, Op Cit..



*"Por que razão uma tão esmagadora supremacia militar, diplomática, económica e tecnológica não suscita ainda mais críticas ou resistências? Porque a América exerce, para além do mais, uma hegemonia no campo cultural e ideológico. Detém, também, o domínio do simbólico, que lhe dá acesso ao que Max Weber apelida de domínio carismático"*⁹¹.

Focalizando sobre o caso típico dos EUA, o jornalista alemão Josef Joffe refere ainda que uma das razões para que ainda não tenha existido uma tentativa de equilíbrio do poder, perante a sua hegemonia (por parte das outras potências), como a história tem evidenciado, é o seu *soft power*. *"Ao impor ao resto do Mundo categorias de percepção homólogas das suas estruturas sociais, os Estados Unidos refazem o Mundo à sua imagem: a colonização mental que se opera através da difusão destes verdadeiros falsos conceitos só pode conduzir a uma espécie de Washington consenso generalizado e mesmo espontâneo"*⁹².

Com a componente de imagem prestigiante pretende, mais do que anular a oposição, substituí-la por uma aceitação desejada. Com esta acção, o Estado pretende que o seu modelo sócio-cultural seja atractivo, constituindo-se assim como um referencial ou exemplo a seguir pelos outros Estados, podendo mesmo vir a atingir uma posição de liderança. Esta acção estratégica de "Divulgar Cultura" tem objectivos essencialmente políticos, ao contrário da acção estratégica anterior que tinha objectivos essencialmente comerciais. Utilizando novamente o exemplo dos Estados Unidos, verificamos que enquanto estes são vistos como defensores da liberdade, dos direitos humanos e da democracia, os outros Estados são levados a seguir o seu exemplo. Joseph Nye, político americano, refere que *"Os outros não nos vêem como uma ameaça mas como um desejo"*⁹³.

*"Como não fascinaria? Para seduzir os corações e os espíritos, a América dispõe de formidáveis e invejáveis trunfos. No plano político, primeiro, apresenta-se com a cara afável de uma velha democracia acolhedora, herdeira de uma revolução de alcance universal e de uma rica Cultura. O seu celebre símbolo - a Liberdade iluminando o Mundo - representa sempre, para milhares de oprimidos do planeta, uma forte mensagem de esperança e a promessa de uma vida melhor"*⁹⁴.

⁹¹ Ignacio Ramonet, "Um delicioso despotismo" in Le Monde Diplomatique, Edição portuguesa, Mai 2001, p.04

⁹² Pierre Bourdieu e Loic Wacquant, Op Cit.

⁹³ Joseph Nye, "Other countries attracted to our values - source of soft power" in [http://seattlepi-i.nwsources.com/opinion/fpolop.shtml](http://seattlepi.i.nwsources.com/opinion/fpolop.shtml) , 6 JAN 2000.

⁹⁴ Ignacio Ramonet, "A América nas cabeças" in Le Monde Diplomatique, Edição portuguesa, Mai 2001, p.01.



Os conflitos em que os EUA se envolveram, após o fim da Guerra Fria, foram feitos em nome dos princípios humanitários e contra regimes autoritários ou ditaduras mal intencionadas. *"Por todo o lado se adopta o seu modelo renovado. Os seus métodos de gestão, os seus dispositivos jurídicos, as suas técnicas comerciais, os seus conselhos em comunicação e, claro, as suas paixões, as suas estrelas e os seus mitos... cidadãos se interrogam sobre o sentido dessa reconquista. Sobre o seu poder ideológico e sobre as suas estratégias de persuasão"*⁹⁵.

No entanto esta acção estratégica apresenta dois pontos fracos. Primeiro, a imagem atractiva e prestigiante pode não ser conseguida de forma universal, uma vez que depende da perspectiva cultural do receptor. Por exemplo, nem todos são atraídos pelos valores da Cultura americana. Alguns dirigentes iranianos dizem até que para alguém entender o significado de Satanás basta ver a MTV⁹⁶. Talvez por isso, nesta acção de granjear prestígio, se verifique um esforço para utilizar valores o mais universais e consensuais possível.

Segundo, pretendendo transmitir uma imagem de prestígio, o Estado é levado a mostrar aquilo que não é, ou seja, a focalizar os aspectos vantajosos e a ignorar os aspectos inconvenientes. Quando isto acontece, pode acabar por cair em descrédito, porque defende determinados valores mas não os pratica em absoluto, como é natural exigir-se a quem é visto como modelo dessas virtudes sociais.

*"Na medida em que nós (os americanos) não conseguimos viver de acordo com os padrões que defendemos e parecemos hipócritas, assim os outros ficam menos dispostos a nos seguir... Os presidentes Eisenhower e Kennedy reconheceram, há 40 anos atrás, que a segregação racial no seu território, se constituía como um revés para a sua política externa"*⁹⁷.

Intercâmbio cultural

Passemos ao último tipo de acção estratégica, da Estratégia Cultural Externa: o Intercâmbio Cultural. Neste caso, existe uma relação bilateral que é assumida por ambos os Estados, ao contrário das acções anteriores, em que o receptor não o fazia de forma activa. Aqui, ambos os Estados podem ser emissores e receptores, podendo no entanto sê-lo com diferentes intensidades. A acção cultural enquadra-se normalmente numa acção de intercâmbio mais vasta (política, social, económica, etc.). Esta acção constitui-se como uma alternativa vantajosa relativamente à acção anterior, uma vez que faz face a parte das ameaças e não apresenta os seus inconvenientes. Isto

⁹⁵ Idem, Ibidem.

⁹⁶ Joseph Nye, Op Cit.

⁹⁷ Joseph Nye, Op Cit.



porque não transmite uma imagem que possa ser contraposta pela realidade. Esta acção estratégica, além de fazer face às ameaças identificadas, também permite desenvolver o potencial estratégico do Estado.

Um dos objectivos do Estado pode ser o de actuar preventivamente, antes de aprofundar relações com outro Estado. *"Uma lição impõe-se, antes de tudo, para o século XXI: as alianças políticas e as cooperações económicas devem ser precedidas de um diálogo entre as Culturas e religiões. Esta recomendação com vista a assegurar a paz foi já feita por analistas visionários, como Georges Dumezil e Claude Lévi-Strauss... Assim, o diálogo intercultural, ou melhor, intracultural, torna-se no problema existencial da futura Realpolitik... Um equilíbrio baseado unicamente na Estratégia militar não chegará para garantir uma paz duradoira. É também preciso um desarmamento das Culturas"*⁹⁸.

Esta acção estratégica pretende assim, evitar a ameaça de repulsa ou mesmo violência, perante a insegurança de um contacto intenso, com uma Cultura desconhecida. Esta acção estratégica vem tornar transparentes os padrões sócio-culturais e consequentemente, anular essa sensação de insegurança. Tal como a melhor alternativa para uma situação de conflito é o diálogo, também a melhor solução para reduzir o afastamento cultural é o intercâmbio cultural.

Para ilustrar a importância desta proximidade cultural, basta reflectirmos, como portugueses, por que razão aceitamos e até nos orgulhamos que um brasileiro possa ser deputado na nossa Assembleia da República, mas já vemos com maus olhos e alguma desconfiança que um espanhol ou inglês, como membro da UE, possa ser presidente de município.

*"A globalização económica e material não conduz, de modo nenhum, à união pacífica da humanidade, mas antes, a uma uniformização perigosa. A universalidade de uma Cultura não se exprime pela sua reivindicação absoluta, mas através da sua abertura ao Mundo... a tomada de consciência das diferenças culturais também pode levar à reivindicação de um diálogo intercultural como base de qualquer nova ordem política... A civilização mundial do século XXI não deve ter um carácter dogmático, mas aspirar ao diálogo"*⁹⁹.

Outro objectivo, pode ser o de anular a ameaça de repulsa de um Estado com o qual se teve uma relação de conflito, mas que se pretende reatar uma aproximação económica ou política. A essência das "estratégias silenciosas" é a de, pela pacificação das facções, conseguir conquistar a

⁹⁸ Constantin Von Barloewen, Op Cit.

⁹⁹ Idem, Ibidem.



total cooperação e amizade dos ex-inimigos, tal como aconteceu com a criação da União Europeia¹⁰⁰.

A descrição dos dois objectivos anteriores leva a supor que a acção de intercâmbio cultural consiste no estabelecimento de contacto com Culturas estranhas por forma a reduzir esse distanciamento. No entanto, também é válida no sentido de manter e aprofundar o relacionamento com Culturas com as quais já se tem uma grande proximidade. Esta é aliás a situação mais natural e mais frequente. É o que se tem verificado com o relacionamento entre ex-colonizadores e ex-colónias, ou entre países que falam a mesma língua, ou praticam a mesma religião, entre outros. A proximidade cultural não se mede apenas como existente ou não existente. Quanto maior a proximidade, mais confiança e mais vantagens um Estado pode obter do outro. Esta característica é tanto mais importante, quanto mais competitivo for o ambiente internacional em que um Estado se insere. Uma relação de proximidade cultural que não é mantida, rapidamente se torna distante comparativamente com outros Estados. É nesta perspectiva que, também nesta vertente, consideramos esta acção como sendo estratégica. Não se trata de prevenir ou fazer face a uma ameaça, mas sim contribuir para o fortalecimento do potencial estratégico do Estado. O intercâmbio cultural, conjugado com a acção política, pode levar à criação de organizações ou alianças. Este é o caso da Commonwealth, da Cimeira Ibero-Americana ou da CPLP.

Instrumentos de Acção Estratégica

Tal como foi feito para a Estratégia Cultural Interna, vamos terminar este capítulo referindo os instrumentos que a acção estratégica pode utilizar para fazer face às ameaças e atingir os objectivos estratégicos. Muitos destes instrumentos, utilizados pela Estratégia para transmitir conteúdos culturais, são idênticos aos utilizados na Estratégia Cultural Interna. No entanto, são utilizados de forma diferenciada. Existem ainda alguns instrumentos que são exclusivos desta Estratégia.

Antes de iniciar a sua descrição, seria útil esclarecer qual o tipo de entidades que pode utilizar estes instrumentos. Os instrumentos de acção estratégica podem ser utilizados por três tipos de entidades. Tratando-se de uma Estratégia do Estado, este actua directamente através da sua estrutura governativa. No entanto, o Estado pode-se apoiar em instituições públicas e privadas para o fazer. Como exemplo de instituições públicas temos algumas estações de televisão, universidades ou institutos de divulgação cultural. Como instituições privadas podemos considerar todas as relacionadas com as indústrias de Cultura ou fundações, apoiadas ou não pelo Estado.

¹⁰⁰ John Leech, *Op Cit*, p.27.



Comecemos então pelo instrumento mais poderoso na divulgação conteúdos culturais: as indústrias de Cultura. Produzindo e exportando em massa, mesmo com conteúdos culturais residuais ou não intencionais, este instrumento tem um forte poder de divulgação e influência. Divulgação, de valores e de uma imagem de prestígio do emissor. Influência, na forma de pensar e agir do receptor. As exportações da indústria de Cultura: cinema, programas de televisão, literatura, e conteúdos na Internet, são uma fonte de *soft power*¹⁰¹. Particularmente "atingidos" por estes meios, são as camadas mais jovens (desde tenra idade) que no seu processo de crescimento e amadurecimento absorvem toda a informação e modelos de comportamento. Mas estes meios, também têm um forte impacto nas "mentes formadas", principalmente porque veiculam produtos de entretenimento e, por isso, extremamente atractivos.

*"Apoiando-se no poder da informação e das tecnologias, os Estados Unidos estabelecem aquilo a que poderíamos chamar de uma opressão afável, ou um delicioso despotismo. Sobretudo quando este poder se desdobra num controlo das indústrias culturais e num domínio do nosso imaginário... inunda o Mundo com as produções de Hollywood e com telefilmes, desenhos animados, video-clips, bandas desenhadas, etc"*¹⁰².

Uma característica importante deste instrumento é que, apesar de necessitar do apoio inicial do Estado, como acontece em muitos países, tem objectivos comerciais e pode tornar-se economicamente lucrativo. Ou seja, esta actividade pode tornar-se auto-suficiente, sustentando-se a si própria. Mesmo em termos de utilização de conteúdos culturais, estes não necessitam de ser "encomendados", uma vez que são a sua matéria prima natural. Este instrumento tem aumentado significativamente o seu poder com o surgimento dos canais televisivos emitidos por satélite e mais recentemente com a popularização da Internet.

Para além das indústrias de Cultura, outros produtos comerciais como a alimentação, o vestuário, o mobiliário ou o brinquedo podem-se constituir como instrumento de divulgação de conteúdos culturais. Um brinquedo desenhado na Europa pode não ter qualquer impacto cultural no Brasil ou nos EUA, mas o mesmo já não acontece no Médio Oriente ou em África. Para além dos produtos, toda a actividade envolvente destinada a proporcionar esse comércio, tem forte impacto nos hábitos da população, como exemplificado anteriormente¹⁰³. A própria publicidade está "carregada" de mensagens culturais. O marketing dos produtos americanos é flagrante neste tipo de utilização de mensagens culturais. É o comercio do *American way of life*. *"O marketing é de tal*

¹⁰¹ Joseph Nye, Op Cit.

¹⁰² Ignacio Ramonet, "Um delicioso despotismo" in Le Monde Diplomatique, Edição portuguesa, Mai 2001, p.04

¹⁰³ Ver citação identificada pela nota 47.



forma sofisticado que aspira a vender, já não uma marca, mas uma identidade, não um sinal social, mas uma personalidade"¹⁰⁴

Outro instrumento de divulgação e intercâmbio cultural é o ensino. Vimos que este era um instrumento importante na Estratégia Cultural Interna. Neste caso, o ensino é dirigido no sentido de proporcionar formação a estudantes estrangeiros. Um estudante que se forma num país estrangeiro transporta consigo, para toda a vida, os padrões culturais desse país. De regresso à terra natal, essa referência vai ter influência no tecido social, sendo tanto maior quanto mais elevada for a sua posição social. Os EUA utilizam esta ferramenta em massa, em todas as áreas de actividade profissional (inclusive militar). *"A capacidade de atracção das universidades americanas, que recebe anualmente meio milhão de estudantes estrangeiros é uma outra fonte de soft power. A maioria fica com uma ideia mais realista e positiva dos EUA do que poderiam obter no seu país natal. Por exemplo, na altura em que a propaganda do governo Chinês condenava os EUA, um ex-estudante deste país publicava um livro, largamente difundido em Pequim, descrevendo os EUA de forma positiva"*¹⁰⁵. Portugal utiliza igualmente este instrumento, relativamente aos cidadãos dos PALOP, tanto ao nível do ensino universitário como do ensino básico e secundário.

As comunidades de emigrantes têm igualmente grande importância como forma de veicular valores culturais. Todos nós reconhecemos a influência das comunidades chinesas, italianas ou portuguesas no intercâmbio cultural diário que se verifica em vários países do Mundo. A constituição de comunidades de emigrantes é uma forma natural de fazer face à hostilidade de um ambiente cultural estranho. Pretendem assim, continuar a viver segundo os seus hábitos culturais, "sofrendo" no entanto uma progressiva influência do meio envolvente. No entanto, estas comunidades acabam também por influenciar culturalmente o ambiente em que estão inseridas, transmitindo uma imagem do seu país de origem. O papel do Estado de origem é determinante para a preservação da sua Cultura, e para a manutenção da sua influência durante o maior número de gerações. *"Os nossos compatriotas que vivem no estrangeiro, mais do que agentes económicos, são importantes agentes culturais, quer em relação às comunidades portuguesas que integram, quer em relação às sociedades de acolhimento... sabemos que é importante o papel dos portugueses na vida política de países como os EUA, a Venezuela, e a África do Sul, para não falar do Brasil. Quer como cidadãos desses Estados, quer como grupos de pressão, é iniludível a sua influência"*¹⁰⁶.

Outro instrumento utilizado pelo Estado, são as instituições de divulgação cultural. Estas instituições - Institutos ou Centros de Cultura - podem estar sediadas no país de origem e

¹⁰⁴ Ignacio Ramonet, "Um delicioso despotismo" in Le Monde Diplomatique, Edição portuguesa, Mai 2001, p.04

¹⁰⁵ Joseph Nye, Op Cit.

¹⁰⁶ Correia de Jesus, Manuel Filipe, "Comunidades portuguesas - um novo enfoque" in Nação e Defesa nº46, IDN, Lisboa, Abr-Jun 88. O autor era, na altura, Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.



desenvolver uma acção internacional de divulgação cultural. Podem ainda, estar radicadas permanentemente num país estrangeiro e, normalmente, associadas a comunidades de emigrantes e à preservação da sua Cultura. Uma das actividades mais comuns destas instituições é o ensino da língua. A língua, como vimos, é um elemento de Cultura que pode ser veiculado por qualquer instrumento. O *British Council*, a *Aliance Francaise*, o *Instituto Cervantes* ou o Instituto Camões, são exemplos de instituições de divulgação cultural, apoiadas pelos respectivos Estados, cuja actividade essencial é o ensino da língua. Outro tipo de actividades destas instituições é a divulgação de produtos culturais (literatura, teatro, etc), comemoração de efemérides relacionadas com os dois países ou mesmo a divulgação de Cultura popular e festividades próprias.

As organizações religiosas, pela divulgação de valores associados ao seu culto, têm também um papel influente no intercâmbio cultural ou relacionamento político. A religião católica teve o seu auge de evangelização durante o período colonial, divulgando a língua e os costumes ocidentais. A expansão portuguesa foi feita segundo a ideologia da evangelização de Culturas¹⁰⁷. Ainda hoje desenvolve uma intensa actividade na América do Sul e em África. Neste continente, as instituições religiosas, associadas aos Estados de origem, têm desenvolvido a sua acção no sentido do restabelecimento da paz, através da defesa de valores universais, contribuindo assim para o incremento do grau de confiança e aproximação entre os Estados. Veja-se o contributo da Comunidade de Santo Egídio para a influência que Itália passou a ter em Moçambique. Se tivermos em consideração sociedades, em que a religião tem um papel mais determinante, quase se substituindo ao Estado, como acontece com a religião Islâmica, então maior é o seu papel e a sua influência. A forte ligação entre a maioria dos Estados árabes deve-se essencialmente ao facto de serem islâmicos.

Para além dos instrumentos referidos, mais ou menos orientados pelo Estado, este pode também constituir-se em instrumento de acção estratégica. Existem acções que são executadas directamente através da acção política do Estado, ou seja, através do seu poder executivo. A componente do Estado melhor adaptada a esta acção cultural externa, é a actividade diplomática. São disso exemplo os acordos e protocolos entre Estados, no sentido da preservação das suas características culturais. Esta acção pode ser tomada por acordo bilateral ou apoiando-se em organizações internacionais que defendam a diversidade cultural, como é o caso da UNESCO. Por exemplo, Portugal tem vindo a diligenciar junto de alguns países, no sentido de incluir nos respectivos sistemas educativos, o ensino do português, tendo tido algum êxito junto da Alemanha, França, Espanha e Canadá.

¹⁰⁷ Referido pelo professor Adriano Moreira, em 8OUT01, na estação televisiva TVI.



CAP 8 - CARACTERIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

Objectivo e Conceito

No presente capítulo, pretendemos caracterizar e sistematizar a Estratégia Cultural analisada nos dois capítulos anteriores. Desta forma, iremos caracterizar sumariamente cada conceito, realçando apenas os aspectos mais relevantes, e sistematizar o seu inter-relacionamento. A forma esquemática como é apresentado este capítulo, tem como objectivo, facilitar a sua compreensão e permitir ter uma visão global de todas as variantes em presença.

Antes de iniciar a caracterização e sistematização, pretendemos recordar o conceito de Estratégia Cultural, proposto na primeira parte:

"Ciência e arte de desenvolver e administrar as forças culturais de uma organização, a fim de prevenir ou anular ameaças, reais ou potenciais, aos seus objectivos"

Estratégia Cultural Interna

Na Estratégia Cultural Interna, prevalece o tipo de acção preventiva e de preparação, face a uma eventual ameaça. A primeira, pretende reduzir as vulnerabilidades e melhorar as potencialidades, no sentido de anular a possibilidade de a ameaça se revelar. A segunda, actua de forma idêntica, mas no sentido de reduzir os efeitos da ameaça, caso ela se venha a concretizar. Por isso, para uma correcta caracterização, devemos começar por identificar o tipo de riscos que a Estratégia Cultural pode reduzir.

Os **RISCOS** identificados estão relacionados com a:

Coesão e Unidade Nacional.

Importante no apoio da população ao governo (relação população-governo) e na integridade do Estado (relação população-população).

Identidade Nacional.

Importante para o sentimento de independência (relação população-estrangeiro).

Para fazer face às ameaças que podem vir a explorar estes riscos, ou mesmo criá-los, existem dois tipos de **ACÇÃO ESTRATÉGICA CULTURAL**:

Desenvolver Cultura.

Visa transmitir, desenvolver e consolidar características culturais comuns (ideias e costumes), no sentido de reduzir os riscos identificados. Esta acção é tomada numa perspectiva preventiva e de preparação.



Controlar Cultura.

Esta acção visa tomar medidas de preservação (das minorias), controlo ou abolição de características culturais, de origem interna ou externa, no sentido de preservar uma Cultura própria. Esta acção é tomada numa perspectiva de prevenção e de condução de acções sobre a ameaça.

Vamos agora discriminar as **AMEAÇAS**, agrupadas conforme o tipo de **ACÇÃO ESTRATÉGICA** que lhes faz face, indicando a sua origem (interna ou externa) e as vulnerabilidades que cada uma pretende explorar e/ou criar.

(a) A acção estratégica "**Desenvolver Cultura**" faz face às seguintes ameaças:

1. De origem interna

- Divergências, convulsões ou revoltas, provocadas pela não identificação da população com o governo.
- Movimentos independentistas
- Tentativas de secessão

Estas ameaças exploram e aumentam as vulnerabilidades associadas à coesão e unidade nacional.

2. De origem externa

- Atrito entre Estados
- Esta ameaça explora as vulnerabilidades associadas à coesão e unidade nacional.
- Subversão.
- Conflitos de pequena intensidade (pode incluir a manobra de lassidão).

Estas ameaças criam e exploram vulnerabilidades associadas à coesão e unidade nacional.

- Conflitos de grande intensidade.

Esta ameaça cria e explora vulnerabilidades associadas à coesão e unidade nacional e à identidade nacional.

- Influência cultural externa.

Esta ameaça cria vulnerabilidades associadas à identidade nacional. A eficácia da acção estratégica "Desenvolver Cultura" relativamente a esta ameaça depende da intensidade com que esta se faz sentir, podendo ser necessário complementar com a outra acção estratégica.

(b) A acção estratégica "**Controlar Cultura**" faz face às seguintes ameaças:

De origem interna

- Movimentos independentistas.



Esta acção estratégica pode ser tomada no sentido de preservar, controlar ou abolir a Cultura de uma minoria.

De origem externa

- Influência cultural externa.

Esta ameaça pode decorrer de uma acção intencional por parte de outro Estado (Estratégia Cultural externa) ou ser um efeito secundário de uma outra acção não estratégica ou não dirigida à Cultura. Perante esta ameaça, a acção estratégica "Controlar Cultura" visa estabelecer um equilíbrio entre os efeitos da influência externa e a capacidade de absorção da Cultura nacional. Este controlo pode ser feito por acordo internacional ou ser executado unilateralmente por cada Estado. Neste caso, pode ser feito através do controlo de entradas de produtos culturais, regulação de entrada de imigrantes ou mesmo pelo completo isolamento com o exterior.

Para terminar vamos discriminar os **INSTRUMENTOS** utilizados por estas estratégias.

Educação Escolar.

Utilizada como elemento de desenvolvimento social da juventude. Este instrumento utiliza o ensino da língua, da história e da cidadania, como elementos integradores.

Religião.

O seu emprego pode ser feito quer pela sua exaltação como pela sua abolição. A possibilidade de o Estado poder utilizar as organizações religiosas na sua acção estratégica e a sua influência no tecido social, varia muito conforme a região do globo.

Indústrias de Cultura.

Apenas os produzidos internamente, apoiados ou não pelo Estado, e com conteúdos culturais.

Órgãos de Comunicação Social.

Além de ser um gerador de produtos com conteúdo cultural, a sua importância também decorre do facto de ser um vector dos produtos das indústrias de Cultura.

Acção legislativa e executiva do Estado.

Destinada à acção estratégica de "Controlar Cultura" relativamente a ameaças internas ou externas. Quanto à acção estratégica de "Desenvolver Cultura", executa uma acção indirecta de regulação dos outros instrumentos.

A língua, o património histórico e as características de raça/etnia são elementos de grande conteúdo cultural, podendo ser utilizados por qualquer um dos anteriores instrumentos. A sua utilização pode ser feita no sentido de a divulgar, exacerbar ou ignorar/proibir.



Estratégia Cultural Externa

A Estratégia Cultural Externa visa atingir objectivos estratégicos definidos pela política externa do Estado. Estes objectivos são marcados por duas realidades opostas - Globalização e Culturas. Por um lado, a globalização leva a uma intensificação das relações externas e ao aumento da interdependência entre Estados. Por outro, a interacção de Culturas leva a um "desconforto" e rejeição relativamente a interferências externas, em consequência do não entendimento dos padrões culturais alheios. Daqui resultam ameaças em todo o leque dos objectivos teleológicos do Estado - Segurança e Progresso e Bem-Estar. A Estratégia Cultural Externa é praticada tanto numa perspectiva de prevenção como de anulação dessas ameaças. A Estratégia Cultural Externa é ainda utilizada no sentido do desenvolvimento do potencial estratégico, contribuindo para o estabelecimento de relações e alianças de base cultural.

As **AMEAÇAS** que podem ser prevenidas ou anuladas pela Estratégia Cultural Externa, são as seguintes:

Repulsa aos nossos investimentos e produtos. (ameaça ao progresso).

Violência para com as nossas comunidades emigrantes ou desenvolvida no interior do nosso território. (ameaça à segurança).

As duas ameaças anteriores têm como origem um sentimento de insegurança perante o contacto com Culturas desconhecidas ou uma anterior relação de conflito. O contacto entre Culturas pode ter origem na proximidade geográfica, relacionamento político ou relacionamento económico. A reacção de repulsa/violência é directamente proporcional à intensidade do contacto e inversamente proporcional à compreensão mútua dos padrões culturais.

Postura cultural que se opõe à existência de mercado. (ameaça ao progresso)

Esta ameaça não deve ser entendida como uma oposição intencional mas sim como uma resistência a ultrapassar.

Conflito resultante do não respeito de valores universais. (ameaça à segurança e progresso).

Estes conflitos, normalmente internos ou locais, têm como origem governos que não respeitam os direitos do homem e não praticam os valores democráticos. Têm repercussões nos nossos investimentos locais ou nas trocas comerciais. Tem também consequências na segurança das nossas comunidades de emigrantes ou na segurança interna, caso o conflito ocorra na nossa proximidade geográfica.



Práticas ambientais e sociais com impacto global. (ameaça ao bem-estar)

Esta ameaça representa um conjunto de actividades desenvolvidas pelos estados com impacto prejudicial em termos regionais ou globais. Estas actividades têm por base comportamentos culturais e embora não sendo intencionais, são negligentes.

Vamos agora discriminar as **ACÇÕES ESTRATÉGICAS** e a forma como fazem face a cada uma das ameaças.

Incutir Cultura

Esta acção estratégica tem carácter unilateral e visa incutir características culturais (não necessariamente as suas), por forma a que o receptor as assuma e passe a praticar. A sua acção sobre as ameaças identificadas é a seguinte:

1. Postura cultural que se opõe à existência de mercado.

Recria no mercado de destino, condições culturais idênticas às do mercado de origem, por forma a que os seus produtos possam ser escoados. A acção pode-se destinar a alterar hábitos de consumo em geral ou criar outros que levem ao consumo de determinado tipo de produtos.

2. Conflito resultante do não respeito de valores universais.

A acção estratégica visa levar à adopção dos valores universais e democráticos, por forma a criar um clima de estabilidade e desenvolvimento.

3. Práticas ambientais e sociais com impacto global.

A acção é idêntica à anterior, no entanto os hábitos que se pretende substituir estão relacionados com práticas de saúde, controlo de natalidade ou consciência ambiental.

Divulgar Cultura

Esta acção estratégica tem carácter unilateral e visa divulgar modelos culturais. Divulgando a sua forma colectiva de pensar, sentir e fazer (real ou artificial), transmite uma imagem de confiança e simultaneamente de prestígio. Tem como inconveniente, poder cair em descrédito ou o receptor receber uma imagem oposta ao desejado. A sua acção sobre as ameaças identificadas é a seguinte:

Repulsa e/ou violência perante o contacto com a nossa Cultura ou

Anterior relação de conflito.

A acção estratégica é essencialmente preventiva, actuando antes que a reacção possa acontecer. Transmite uma imagem simpática e positiva, com vista a ganhar a confiança e prevenir ou anular o sentimento de oposição.

(Todas as ameaças identificadas)



Transmite um padrão sócio-cultural atractivo e prestigiante por forma a constituir-se como modelo e assumindo uma posição de liderança. Esta acção, além de prevenir possíveis oposições, leva a uma aceitação desejada da nossa intervenção. De forma indirecta acaba por incutir Cultura porque, sendo o padrão exemplar, é naturalmente seguido por outros.

Intercâmbio cultural

Esta acção estratégica tem carácter bilateral. Como o próprio nome indica, visa o relacionamento cultural entre estados, de modo a permitir o conhecimento mútuo e o aumento do nível de confiança. Constitui-se como uma alternativa vantajosa à anterior acção estratégica, uma vez que não apresenta os seus inconvenientes. A sua acção sobre as ameaças identificadas e no desenvolvimento do potencial estratégico é a seguinte:

1. Repulsa e/ou violência perante o contacto com a nossa Cultura ou
2. Anterior relação de conflito.

É empregue previamente, antes de qualquer outro contacto. Estabelece laços de confiança de forma a prevenir reacções de repulsa. Deste modo, permite estabelecer ou reatar contactos e conquistar a cooperação e amizade.

3. (Desenvolvimento do potencial estratégico)

Esta acção pretende manter e aprofundar os laços culturais já existentes. Garantindo maior proximidade, garante mais confiança e maior comprometimento na defesa dos interesses mútuos. Não manter uma ligação cultural existente, significa aumentar o distanciamento e perder as vantagens. O ponto mais alto deste tipo de acção é o estabelecimento de alianças ou organizações de índole cultural.

Vamos, finalmente, discriminar os **INSTRUMENTOS DE ACÇÃO ESTRATÉGICA**. Estes instrumentos podem ser utilizados na condução da Estratégia Cultural do Estado, pela sua estrutura governativa, por instituições públicas (controladas pelo Estado) ou por instituições privadas (com ou sem o apoio do Estado).

Indústrias de Cultura

Meio poderoso e auto sustentável de criação e transmissão de conteúdos culturais. Utilizado na acção estratégica de "Divulgar Cultura", na criação de uma imagem de confiança e/ou de prestígio. É utilizado também na acção estratégica de "Incutir Cultura" porque tem um grande poder de influencia sobre a forma de pensar e agir. Este poder, com grande impacto na população jovem, resulta do facto de ser agradável e explorar as emoções.



Produtos Comerciais

Produtos associados à forma de comer, vestir, brincar, etc. Inclui também as actividades associadas ao comércio destes produtos, como é o caso do *marketing*. Utilizado essencialmente para inculcar valores, mas também para divulgar uma imagem de prestígio.

Ensino

Este instrumento baseia-se na atribuição de bolsas de estudo e no acolhimento de estudantes estrangeiros nas suas escolas e universidades. Este é o instrumento que garante efeitos mais prolongados. O seus efeitos crescem exponencialmente uma vez que os formandos se transformam eles próprios em divulgadores. É utilizado por todas as formas de acção cultural.

Comunidades de Emigrantes

Exerce naturalmente uma acção de "Divulgar Cultura" pelo contacto com a sociedade onde se insere. Apoiado e associado com outros instrumentos, pode desenvolver actividades no âmbito do "Intercâmbio cultural".

Instituições de Divulgação cultural

Estas organizações estão directamente dependentes ou têm o apoio do estado. É o único instrumento que tem como actividade principal a divulgação e o intercâmbio da Cultura. As organizações sediadas em países estrangeiros estão normalmente associadas às respectivas comunidades de emigrantes. A sua actividade mais visível é o ensino da língua.

Organizações Religiosas

Utilizadas de uma forma mais ou menos intensa conforme a sua ligação ao Estado. No entanto, mesmo de forma independente, são sempre um meio de "Inculcar Cultura", no que diz respeito aos valores universais e sociais - ameaça (d) e (e). É também empregue no sentido do intercâmbio cultural, uma vez que o facto de se praticar uma religião comum, pode funcionar como factor aglutinador de vontades.

Estado e Organizações Internacionais

O papel directo do Estado verifica-se nas situações de intercâmbio cultural, através da sua vertente diplomática. No entanto, a sua acção pode ser acompanhada por outros instrumentos. As organizações internacionais de defesa da diversidade cultural têm igualmente um importante papel de regulação e apoio aos estados.



CONCLUSÕES

ESTRATÉGIA CULTURAL - ESTRATÉGIA DE PAZ

No início deste trabalho propusemo-nos determinar de que forma as características culturais influenciam e integram a estratégia total do Estado. Desta forma, pretendíamos caracterizar uma realidade observada no campo das Relações Internacionais.

Durante a investigação, o objecto de estudo evoluiu da simples influência dos factores culturais para a sua constituição como uma forma de Estratégia. Durante a análise desta Estratégia Cultural, procurámos provar da sua necessidade, possibilidade e existência real. No fim, chegámos às seguintes conclusões:

No actual Sistema Internacional, o Estado tem necessidade de encontrar novas formas de poder e novos métodos para atingir os seus objectivos estratégicos.

Com a evolução do Sistema Internacional assistiu-se à transformação das fontes de poder e a sua transferência entre actores. A globalização levou ao desenvolvimento do poder económico mas simultaneamente à sua transferência do Estado para empresas privadas e transnacionais. Com o aumento da interdependência, o Estado transferiu parte do seu poder político para organizações regionais ou internacionais. A crescente democratização dos Estados e as capacidades dos meios de comunicação, levaram a um aumento do poder da opinião pública. O fim da confrontação Leste-Oeste, associado à pressão da economia e da opinião pública levaram a uma redução do poder militar do Estado. Ou seja, o Estado vê reduzido o seu poder e a liberdade de acção para o empregar.

Nesta época marcada pela globalização, o Sistema Internacional é mais aberto e o espaço de interesse do Estado ganha maior dimensão. Em consequência, aumenta o número de ameaças e transformam-se as suas características. A maioria das actuais ameaças ao Estado caracterizam-se por serem transnacionais, multidisciplinares, imprevisíveis, desterritorializadas, imateriais, de pequena intensidade e dirigidas ao progresso e bem-estar. Ou seja, as estratégias coercivas do Estado perdem eficácia perante este tipo de ameaças.

Perante este cenário, o Estado vê-se na necessidade de encontrar novas formas de poder e novos métodos para atingir os seus objectivos estratégicos.



Uma alternativa às estratégias coercivas, pode ser uma Estratégia Cultural preventiva.

Uma das medidas a adoptar pelo Estado é a de privilegiar o tipo de estratégia preventiva e de preparação, reduzindo assim os riscos e diminuindo a possibilidade de a ameaça se vir a revelar. A segunda medida é a de substituir o poder da força pelo "poder do comportamento". Esta medida não apresenta uma inovação significativa, mas sim um aumento da sua importância, em relação aos métodos coercivos. Durante a Guerra Fria assistiu-se, de ambas as partes, a uma luta ideológica pela "conquista das almas". As ideologias perderam significado, mas outros valores, orientadores dos comportamentos, continuam a existir.

Esta medida enquadra-se numa acção mais ampla, de adaptação à sociedade internacional, do modelo da sociedade nacional. Esta sociedade, caracteriza-se por possuir um poder legislativo, judicial e policial, que garantem a ordem e que "a força do direito impere sobre o direito da força". Na sociedade nacional, as relações de cooperação e de acomodação sobrepõem-se às de conflito. O Sistema Internacional tem vindo a evoluir neste sentido, existindo já um poder legislativo e judicial relativamente respeitado. O poder "policial", apoiado em algumas organizações internacionais, está ainda muito dependente dos interesses dos estados.

Mas existe ainda uma outra característica da sociedade nacional, que a internacional tende a adoptar. A maioria das relações entre cidadãos - no trabalho, na escola ou em família - não são regidas pelo peso da lei, mas sim pelos valores sociais. O comportamento do indivíduo é condicionado pelo instinto (Id) e pelos valores adquiridos na sociedade (Ego). Este conjunto de ideias e costumes (forma de pensar, sentir e fazer), adquiridos pelo indivíduo no seio da sociedade e que condiciona o seu comportamento, é a Cultura.

No Sistema Internacional, as estratégias clássicas pretendem coagir o adversário a aceitar os nossos pontos de vista, através de uma exploração das possibilidades conferidas pela força. Estas estratégias apenas actuam sobre o Id. Na sociedade nacional, e em particular nas organizações, o comportamento quotidiano dos seus elementos é "incutido" pela sua cultura organizacional e pela liderança das chefias. Quanto mais fortes forem estas duas características menor é a necessidade de recorrer a factores coercivos (que não deixam de existir). Este é o modelo que o Sistema Internacional pretende adoptar, por forma a reduzir o ambiente conflitual.

Em vez de coagir o adversário a aceitar os nossos pontos de vista, é preferível persuadi-lo a concordar com os nossas ideias e valores ou orientar as actividades no sentido de condicionar as suas preferências. Deste modo, é possível evitar a utilização dos tradicionais e dispendiosos recursos económicos e militares. Isto é chamado de *softpower*. Sendo os valores de uma sociedade determinados pela sua Cultura, então, uma alternativa às estratégias coercivas clássicas pode ser uma Estratégia Cultural preventiva.



A adopção de uma Estratégia Cultural é a solução para a prevenção de conflitos que têm como origem a intolerância cultural.

A adopção de uma Estratégia Cultural preventiva toma uma importância redobrada, tendo em conta que as diferenças culturais entre povos são uma das fontes de conflitos mais frequentes. O contacto entre povos, em que os códigos culturais não são mutuamente entendidos, provoca sentimentos de receio e insegurança. Perante o desconhecido, a outra Cultura pode ser entendida como uma ameaça, daqui resultando comportamentos de intolerância.

Esta realidade é empolada pela inevitabilidade da globalização e pelo ritmo acelerado que impõe às relações entre povos. A facilidade de transportes e comunicações leva à expansão sucessiva dos interesses, colocando em contacto intensivo e frequente Culturas até então desconhecidas. Esta convergência acelerada (choque) provoca rejeições e reacções de identificação. Não é apenas a distância cultural que está na origem dos conflitos mas sim a sua aproximação forçada e brusca. No choque de Culturas, a causa evitável dos conflitos não são as Culturas, mas sim o choque.

Perante este cenário, torna-se necessário prevenir este tipo de reacções de intolerância e conflito. Se a causa da reacção é o desconhecimento dos códigos culturais, então a melhor forma de anular o sentimento de insegurança é dar a conhecer mutuamente as suas formas de pensar, sentir e fazer. Isto é feito através de um intercâmbio cultural. Podemos considerar esta acção como parte de uma Estratégia Cultural preventiva, dado que utiliza meios culturais e visa anular possíveis ameaças, por forma a atingir os objectivos estratégicos.

Existe uma Estratégia Cultural Interna

Esta Estratégia actua no interior do Estado, sobre os seus cidadãos e sobre as influências Culturais externas. Sobre os cidadãos, no sentido de desenvolver as características Culturais nacionais. Sobre as influências Culturais externas, no sentido de reduzir os seus efeitos sobre a Cultura nacional.

O desenvolvimento dos valores de Coesão Nacional e de Identidade Nacional, é determinante para fazer face às ameaças à integridade do Estado e à independência nacional, respectivamente. Estes valores, estão directamente associados à Cultura de um povo. Deste modo, criando e desenvolvendo uma Cultura própria, o Estado aumenta as suas potencialidades e reduz as suas vulnerabilidades, relativamente àqueles valores. Esta Estratégia Cultural Interna, adopta uma acção preventiva e de preparação no sentido de anular a possibilidade de uma ameaça se revelar e no sentido de reduzir os seus efeitos, caso ela se venha a concretizar.



Por outro lado, o Estado é sujeito a influências Culturais externas, que desempenham o papel contrário ao referido anteriormente. Ou seja, transforma ou dissolve as características Culturais próprias, reduzindo as potencialidades e aumentando as vulnerabilidades. Neste caso, a acção estratégica é tomada no sentido de controlar esta ameaça, reduzindo os seus efeitos, e garantindo a preservação do seu potencial Cultural.

Nesta acção, o Estado utiliza os seguintes instrumentos: A educação escolar; a religião; as indústrias de Cultura; os órgãos de comunicação social e a sua própria acção legislativa e executiva.

Existe uma Estratégia Cultural Externa

Esta estratégia visa atingir objectivos definidos pela política externa do Estado, assim como aumentar o seu potencial estratégico. No actual Sistema Internacional, globalizado e interdependente, as ameaças aos objectivos do Estado são os obstáculos à consecução dos seus interesses externos e as acções dos outros actores que actuam negativamente no seu interior. Os obstáculos e acções dos outros actores que são condicionados por comportamentos Culturais, podem ser resolvidos com recurso a uma Estratégia Cultural.

A Estratégia Cultural pode ser desenvolvida no sentido de divulgar o nosso modelo Cultural. Esta acção é essencialmente preventiva e visa transmitir uma imagem não hostil, por forma a evitar a reacção de insegurança, no contacto com a nossa Cultura. Visa igualmente transmitir um padrão sócio-cultural atractivo e prestigiante por forma a constituir-se como modelo, assumindo o Estado uma posição de liderança. Esta acção, além de prevenir possíveis oposições, leva a uma aceitação desejada da nossa intervenção

A Estratégia Cultural pode ainda ser desenvolvida no sentido de incutir características Culturais, por forma a que o receptor as passe a praticar. Esta acção é tomada quando se pretende substituir valores que impeçam o desenvolvimento dos mercados; quando se pretende incutir valores universais e democráticos que garantam a estabilidade desses mercados e quando se pretende anular determinados hábitos (ambientais ou sociais) que possam ameaçar o bem-estar da população.

Por fim, esta estratégia pode ser desenvolvida segundo a forma de "Intercâmbio Cultural". Esta acção visa, através dos factores Culturais, desenvolver o conhecimento mútuo e aumentar o nível de confiança. Deste modo, é igualmente evitada a reacção de insegurança, no contacto com a nossa Cultura. Mas o grande objectivo desta acção é o aumento do potencial estratégico, proporcionado pelo estabelecimento de laços de confiança com outros Estados, podendo levar ao estabelecimento de alianças ou organizações de base Cultural.



Os instrumentos utilizados por esta Estratégia Cultural Externa são: as Indústrias de Cultura; certos Produtos Comerciais; o Ensino (bolsas de estudo); as Comunidades de Emigrantes; Instituições de Divulgação Cultural; Organizações Religiosas e o próprio Estado e Organizações Internacionais ligadas à Cultura.

Os conceitos doutrinários relativos à Estratégia devem sofrer uma evolução, no sentido de melhor reflectirem a realidade do actual Sistema Internacional.

No nosso estudo começámos por analisar as questões doutrinárias, passando depois à análise da realidade. Nestas conclusões, tendo o cenário real em mente, podemos avaliar de melhor forma, sobre a necessidade de fazer evoluir os conceitos doutrinários.

No primeiro capítulo, relativamente ao conceito de "Estratégia", concluímos que:

Os sujeitos da Estratégia são as organizações, em termos gerais, e não apenas as Unidades Políticas.

Uma organização recorre à Estratégia quando pretende atingir objectivos que sofrem ou podem vir a sofrer algum tipo de ameaça, e não apenas quando recorre à coacção.

A actuação sobre essa ameaça é feita no âmbito de relações de conflito ou de competição, podendo as forças ser utilizadas nas suas vertentes da prevenção, preparação para, ou condução.

Finalmente, que as forças podem ser materiais ou imateriais.

Quanto ao conceito de "Ameaça", esta deve ser entendida como uma resistência ou antagonismo a ultrapassar e não apenas como uma vontade hostil e intencional. Pode mesmo existir ameaça sem haver relação directa entre os agentes envolvidos.

Quanto ao conceito de "relação de competição", este deve ser entendido como uma variação das relações de conflito. Tem como característica comum o facto de em ambas as situações os actores disputarem objectivos divergentes. No entanto, apresenta substanciais diferenças. As relações de conflito estão normalmente associadas a objectivos vitais ou importantes; esses objectivos são divergentes e exclusivos (opostos) e normalmente existe uma oposição intencional e hostil. Nas relações de competição, os objectivos em causa são secundários; esses objectivos são divergentes mas não exclusivos (concorrentes) e existe uma oposição não hostil ou mesmo inconsciente.

Em substituição da trilogia vigente "*objectivo político - oposição hostil de unidade política - coacção*", temos uma nova trilogia: "*objectivo - ameaça - conflito/competição*" em que o último vértice tem uma tripla dimensão, "*prevenção - preparação - condução*". Assim, podemos concluir



que Estratégia será "a ciência e a arte de desenvolver e administrar as forças materiais e imateriais de uma organização, a fim de prevenir ou anular ameaças, reais ou potenciais, aos seus objectivos".

Deste modo, Estratégia Cultural pode ser entendida como "a ciência e a arte de desenvolver e administrar as forças Culturais de uma organização, a fim de prevenir ou anular ameaças, reais ou potenciais, aos seus objectivos"

Estratégia Cultural - Estratégia de Paz.

Como última conclusão, gostaríamos de referir que a Estratégia Cultural continua a ser orientada para a consecução dos interesses do Estado, que estão ou podem vir a estar ameaçados. No entanto, pretende atingir os seus objectivos pela utilização do *softpower*, em substituição da coacção. Actuando de forma preventiva, evita que as ameaças se revelem e que as estratégias coercivas tenham que ser empregues. Na medida em que a Estratégia Cultural substitui a coacção, pode ser considerada como uma Estratégia de Paz.



PROPOSTAS

As propostas, a seguir apresentadas, são de âmbito puramente conceptual e académico. São dirigidas ao Departamento de Ensino do Instituto de Altos Estudos Militares e, em particular, à sua Secção de Ensino de Estratégia, no sentido de que:

Seja estudado, adoptado e leccionado um conceito de Estratégia mais alargado e melhor adaptado ao actual Sistema Internacional.

Seja aceite e adoptado o conceito de Estratégia Cultural.

Seja analisada a possibilidade de esta se constituir como uma das Estratégias Gerais.

Sejam estudadas as suas características e potencialidades.



COMPILAÇÃO DE RESUMOS

1.a. Em conclusão, podemos dizer que a evolução dos conceitos é um facto natural e desejável, uma vez que estes só são válidos se representarem uma realidade actual. Que quando um conceito não se coaduna com o conceito de outras entidades/instituições, pode ser sintoma de desactualização ou restrição de um deles. Finalmente, que as mudanças verificadas na ultima década no SI, justificam a revisão e actualização do conceito de estratégia de referência no IAEM.

1.b. Neste momento encontramos-nos em situação de concluir a análise feita e propor uma definição mais actual para o conceito de estratégia. Concluimos que os sujeitos da estratégia são as organizações, em termos gerais. Concluimos também que a estratégia é empregue quando os objectivos dessa organização sofrem ou podem vir a sofrer algum tipo de ameaça. Concluimos ainda que, a resolução dessa ameaça (o objecto da estratégia) se faz com recurso ao emprego ou ameaça de emprego das forças, em relações de conflito ou de competição, podendo em ambos os casos as forças ser utilizadas nas suas vertentes da prevenção, preparação para, ou condução. Finalmente, que as forças podem ser materiais ou imateriais. Temos assim uma nova trilogia: "*objectivo - ameaça - conflito/competição*" em que o ultimo vértice tem uma tripla dimensão, "*prevenção - preparação - condução*".

Assim, estratégia será **"a ciência e a arte de desenvolver e administrar as forças materiais e imateriais de uma organização, a fim de prevenir ou anular ameaças, reais ou potenciais, aos seus objectivos"**.

2.a. Primeiro, diz respeito a um conjunto de ideias e costumes (forma de pensar, sentir e fazer). Segundo, que o conjunto dessas ideias e costumes condicionam o comportamento dos indivíduos que os possuem. Terceiro, que é criado um sentimento de identidade entre indivíduos que partilham a mesma forma de pensar e agir (a mesma cultura) e de distinção para com os outros indivíduos. Quarto, que esta identidade se constitui como o "cimento" integrador das comunidades/sociedades. Finalmente, que as ideias e costumes são adquiridos pelo indivíduo no seio da sociedade.

Em conclusão, relativamente às características da cultura, podemos dizer que: É adquirida no seio da sociedade; orienta o comportamento; é factor de identidade e de diferenciação; dá coesão à sociedade/comunidade; é singular e localizada; é uma realidade universal; a sua evolução é lenta.

2.b. A cultura, sendo um conjunto de ideias e costumes que identificam e orientam uma determinada comunidade, pode ser observada em qualquer comunidade independentemente da sua dimensão. Cada cultura tem elementos de identificação próprios, que a distingue das outras, e tem



elementos comuns que criam uma identidade entre si. Tal como foi referido para a estratégia, vamos centrar-nos na cultura do Estado e no seu relacionamento com as outras culturas.

2.b. uma forma de cultura é uma prática que deriva da cultura e que a distingue de qualquer outra cultura.

2.c. Temos as formas associadas ao passado histórico, normalmente são menos mutáveis, como a língua e a religião. Temos ainda as formas associadas às práticas sociais, mais susceptíveis de "evoluir", como a culinária, a forma de vestir, a arquitectura, o mobiliário, a organização social ou a organização do tempo (eventos populares e tradições). Existem ainda as formas de cultura, que tendo a sua origem no grupo anterior, ganharam um aspecto comercial e são identificadas como as artes. Estamos naturalmente a falar de artes como a música, a literatura, o teatro ou o cinema, mas também dos programas de televisão ou do desporto.

3. (potencial estratégico)

4. Conclusão de que, pelo menos no campo conceptual, é possível existir uma Estratégia Cultural. Ou seja, que as forças baseadas na cultura se constituem como um potencial teórico¹ passível de ser utilizado na prossecução de objectivos estratégicos. Partindo desta base, será possível, nos capítulos seguintes, analisar e demonstrar que esse potencial teórico se trata realmente de um potencial efectivo².

Podemos assim concluir que é possível a existência de uma Estratégia Cultural

Estratégia Cultural poderia ser, naturalmente, definida como **"a ciência e a arte de desenvolver e administrar as forças culturais de uma organização, a fim de prevenir ou anular ameaças, reais ou potenciais, aos seus objectivos"**.

5.a. Em suma, o Sistema Internacional caracteriza-se por ser global e interdependente, seguindo as orientações do mercado e da cultura. O Estado viu as suas fronteiras tornarem-se mais permeáveis mas mais afastadas. Cedeu soberania às leis do mercado e às organizações internacionais mas recebeu o poder das relações de cooperação e do direito internacional. O restante "capital" que ainda detém, está "depositado" nas mentes da opinião pública, sendo "movimentado" pelos OCS.

5.b. Em suma, como consequência da globalização, as ameaças tornaram-se transnacionais, multidisciplinares e imprevisíveis. Para fazer face a estas ameaças, o Estado deve actuar de forma preventiva e reduzindo os seus riscos. Não menos importantes que as ameaças à segurança, existe um vasto leque de ameaças ao progresso e bem-estar. A resolução destas ameaças enquadra-se no

¹ Potencial teórico é o conjunto das forças imediatamente disponíveis e das latentes. Op Cit (2) p.253.

² Potencial efectivo é a parte das forças disponíveis que são, na realidade, empregadas com fins estratégicos.



âmbito das relações de competição. As características particulares destas ameaças levam-nos a alargar o seu conceito a "obstáculos e resistências aos interesses do Estado".

5.c. De tudo o que foi dito, existem duas conclusões essenciais. A primeira conclusão prende-se com razões endógenas (próprias da natureza do humana). O Homem reage ao desconhecido e àquilo que não compreende, com desconfiança e receio. O "desconhecido" é causa de insegurança e é considerado como potencial ameaça, devendo por isso ser anulado. Assim acontece quando os povos são "forçados" a conviver sem que haja um conhecimento prévio entre as partes. A segunda conclusão prende-se com razões exógenas (próprias do ambiente envolvente). As civilizações e as suas fronteiras sempre existiram. O que é que mudou para serem "promovidas" a fonte fundamental dos conflitos do futuro? A resposta está na inevitabilidade da globalização, nas suas consequências e no ritmo acelerado e multifacetado que impõe às relações entre povos. A sua acção de convergência e homogeneização dos modos de vida criam uma tendência de cultura universal. No entanto, a cultura é o resultado de séculos de vivência em comum e não é apenas em alguns anos que se homogeneízam valores. Esta convergência acelerada (choque) provoca rejeições e reacções de identificação (conforme descrito na primeira conclusão). Ou seja, não é apenas a distância cultural que está na origem dos conflitos mas sim a sua aproximação forçada e brusca. No choque de culturas, a causa evitável dos conflitos não são as culturas, mas sim o choque.

5.d.



Enquanto os conflitos se limitavam ao espaço estritamente local sem interferir com terceiros, eram simplesmente considerados como naturais formas de resolução de diferendos. Os Estados vizinhos limitavam-se a uma observação atenta, apenas intervindo em caso de existirem alianças.

Quando a dimensão e consequências dos conflitos se alargaram ao âmbito regional, tanto por razão da capacidade militar colocada no terreno como das interdependências existentes, começaram a surgir as iniciativas colectivas para a sua prevenção. Cada Estado tinha como área de interesse o espaço regional em que se integrava dado que com maior ou menor intensidade os seus interesses estariam em causa, acabando sempre por ser envolvido no conflito. Estas iniciativas foram expressas na forma de tratados colectivos e organizações supranacionais. Foi o que aconteceu no pós 1ª e 2ª Guerra Mundial com a Sociedade das Nações e Nações Unidas, respectivamente (ver tratados anteriores Políbio "congresso de Viena" p.17).

Tendo-se constituído como superpotências, os EUA e a URSS passaram a ter interesses e capacidade de intervenção em todos os continentes. Estes Estados foram os primeiros a sentir que podiam e deviam controlar (regular ou suprimir) os conflitos a nível mundial no sentido de salvaguardar os seus interesses. Se muitos dos conflitos se constituíam como palco da confrontação bipolar, o facto é que muitos outros ficaram "congelados" durante a guerra fria, simplesmente porque não interessavam às superpotências. As formas de prevenção desses conflitos era variada, extravasando o campo da pura coacção, passando pela diplomacia, desenvolvimento económico, doutrinação ideológica ou intervenção cultural. Mesmo os objectivos das superpotências eram atingidos muito mais por vias não coercivas do que por estas, sendo os conflitos apenas uma "ponta do iceberg" da confrontação global.

Com o desaparecimento da URSS e terminada a confrontação bipolar, os EUA aplicam o princípio de "espaço abandonado é espaço ocupado" vendo alargada a sua área de intervenção e consequentemente o numero de conflitos a controlar.

"A independência soberana dos estados e a ausência de uma autoridade superior dão às relações entre estados um carácter peculiar de anarquia. Em consequência, os conflitos tendem a ser frequentes, não existindo poder superior que force a sua resolução."¹

¹ Cabral Couto, Apontamentos de Estratégia, vol. 1, Lisboa, IAEM, 1988, p.68.



Na realidade, os objectivos definidos pelos EUA já não são atingidos por relações de conflito, ganhando preponderância a prevenção das ameaças que interferem com os seus interesses, surgindo o conceito de OAP e CRO.

Ou seja, os EUA ganham parceiros para a sua acção a nível mundial, que com a intervenção da ONU fica perfeitamente legitimada. No entanto ganha também opositores que, independentemente dos meios utilizados (softpower ou hardpower), tem idêntica capacidade de intervenção.

Às estratégias gerais interessa a **conduta da acção** e não o alvo que se pretende atingir. Se utilizo a força militar para atingir um objectivo económico estou a praticar estratégia militar; se utilizo a diplomacia para atingir um objectivo cultural (p. ex: coesão nacional) estou a praticar estratégia diplomática; se utilizo a cultura para atingir um objectivo económico estou a praticar estratégia cultural. Existem, naturalmente, objectivos que podem ser atingidos por meios idênticos - económicos por económicos, militares por militares ou culturais por culturais. Só a estratégia psicológica é que tem sempre objectivos de âmbito diferente.

Com o fim da II GM, em Julho de 1991², o Sistema Internacional mudou substancialmente. Os atentados de 11 de Setembro de 2001 vieram confirmar essa mudança.

"hard power" é exercido através de sanções económicas ou pela força militar. Quando existe um conflito de interesses com outros Estados, é possível garantir os nossos objectivos sem ter que despender demasiados meios em técnicas coercivas. No entanto, ambas as dimensões do poder são importantes e os melhores resultados são conseguidos através da sua conjugação. Uma das fontes de "Soft power" são os nossos valores³.

"Até agora subestimada pela *Realpolitik*, a história cultural é verificada como indispensável para compreender as verdadeiras lógicas do pensamento e de acção de uma sociedade e da sua economia - o movimento interno"⁴.

"Conseguir uma política económica de desenvolvimento a longo prazo supõe agarrar os parâmetros culturais dominantes e deles deduzir elementos de planificação

² Data da dissolução do Pacto de Varsóvia.

³ Joseph Nye, "Other countries attracted to our values - source of soft power" in <http://seattlepi.com/opinion/fpolop.shtml>, 6 JAN 2000. O autor é director da Kennedy School of Government da Universidade de Harvard e ex-assistente do secretário da defesa dos EUA.



operacionais... Só as análises direccionadas para o ambiente cultural podem assegurar o sucesso de um projecto de desenvolvimento económico. Trata-se de compreender as diferentes culturas através dos valores que lhe são próprios"⁵.

Para David Rothkopf⁶ o declínio das diferenças culturais é um factor de progresso da civilização. Distingue aquilo que apelida de "elementos subversivos" da cultura (as religiões, as línguas, as crenças políticas e ideológicas) daquelas que é conveniente promover (alimentação, férias, rituais e música). Na sua perspectiva, o idioma inglês encontrou o seu lugar, o da língua única da comunicação planetária. "Se o Mundo se dirige para uma língua comum, que essa língua seja o inglês".

⁴ Constantin Von Barloewen, "A cultura como factor da Realpolitik".

⁵ Constantin Von Barloewen, "A cultura como factor da Realpolitik".

⁶ "In praise of cultural imperialism?" in Foreign Policy, Nova York, Verão 97. O autor era, na época, director geral do escritório de advogados Kissinger Associates, após ter servido na primeira administração Clinton.



FRASES

"Não existe uma noção de estratégia geral adaptada aos domínios económico, diplomático, psicológico, **etc.** Todavia, é nestes domínios que a estratégia é praticada no dia-a-dia, sem se saber ... não se tira dela todo o partido que seria possível, se a acção assentasse em concepções mais sistematizadas, resultantes de um método de raciocínio mais perfeitamente estabelecido".

General Beaufre¹

"If a state can make its power legitimate in the perception of others and establish international institutions that encourage them to channel or limit their activities, it may not need to expend as many of its costly traditional economic or military resources"

Joseph Nye²

"Numa época de tecnologia avançada, o maior perigo para as ideias, para a cultura e para o espírito, poderá vir mais de um inimigo de rosto sorridente que de um adversário inspirando o terror e o ódio"

Aldous Huxley (1931)

"Tornado mestre dos símbolos, o império americano apresenta-se agora perante nós com a sedutora aparência dos encantadores de sempre. Este novo hipnotizador entra por arrombamento no nosso pensamento, onde agraça ideias que não são nossas. Já não procura obter a nossa submissão pela força, mas pelo encanto, não por ordem, mas por nosso próprio consentimento. Não pela ameaça da punição mas apostando na nossa sede de prazer.

Ignacio Ramonet³

¹ Citado in Cabral Couto, Elementos de Estratégia, IAEM, Lisboa, 1988, p.229.

² Joseph Nye, Jr., Bound to Lead: the changing nature of American power, Basic Books, New York, 1990.

³ Em "Um delicioso despotismo" in Le Monde Diplomatique, Edição portuguesa, Mai 2001, p.04.



"Para se poder prever os riscos dos investimentos internacionais, seria desejável dispor de um atlas geocultural"⁴.

“Caminhante; não há caminho. O caminho faz-se ao andar”

António Machado, poeta

⁴ Constantin Von Barloewen, "A cultura como factor da Realpolitik" in Le Monde Diplomatique, Edição portuguesa, Nov2001, p.20 e 21.O autor é professor de antropologia na Universidade de Karlsruhe, Alemanha.



FONTES E BIBLIOGRAFIA

a. Referências Bibliográficas

Parte I

CABRAL COUTO, Elementos de Estratégia, vol. 1, IAEM, Lisboa, 1988.

Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica, ME 71-00-08, IAEM, Set 99.

JEAN-PIERRE WARNIER, A mundialização da cultura, Editorial Notícias, Lisboa, 2000.

POLÍBIO DE ALMEIDA, O Poder do Pequeno Estado, ISCSP, Lisboa, 1990.

VON CLAUSEWITZ, Da Guerra, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1997.

Parte II

ADRIANO MOREIRA, "O poder cultural", in Nação e Defesa, nº18, IDN, Lisboa, Fev 1981, p. 43-51

BERNARD CASSEN, "A língua-dólar", in Le Monde Diplomatique, Edição portuguesa, Mai 2000, p. 24.

CABRAL COUTO, Elementos de Estratégia, vol. 1, IAEM, Lisboa, 1988.

CONSTANTIN VON BARLOEWEN, "A cultura como factor da Realpolitik", in Le Monde Diplomatique, Edição portuguesa, Nov 2001, p.20-21.

CORREIA DE JESUS, Manuel Filipe, "Comunidades portuguesas - um novo enfoque", in Nação e Defesa nº46, IDN, Lisboa, Abr-Jun 88.

ÉLISE MARIENSTRAS, "A fundação da nação americana", in Serge Cordelier, Nações e Nacionalismos, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1998, p. 146.

GEORGE ROSS, "A nova diplomacia", in Le monde diplomatique, edição portuguesa, Agosto 2000.

Government of Canada, "New instruments of influence in World Affairs" (research report 3), in <http://policyresearch.schoolnet.ca/keydocs/global2/vol2rap3-e.htm>, 31 Agt 99.

IGNACIO RAMONET, "A América nas cabeças", in Le Monde Diplomatique, Edição portuguesa, Mai 2001, p. 1.

IGNACIO RAMONET, "Um delicioso despotismo", in Le Monde Diplomatique, Edição portuguesa, Mai 2001, p. 4.



- JEAN-JACQUES KOURLIANDSKY, "Os Espaços Culturais", in Pascal Boniface, Atlas das Relações Internacionais, Plátano, Lisboa, Set 99, p. 60.
- JEAN-PIERRE WARNIER, A mundialização da cultura, Editorial Notícias, Lisboa, 2000.
- JEAN TARDIF, "Como governar o mundo?", in Le monde diplomatique, edição portuguesa, Abril 2000, p. 24.
- JOHN LEECH, "War Without Death: The Silent Strategies", in Strategic Review, U.S. Strategic Institute, Boston, Primavera 2000, p. 19-27.
- JOSEPH NYE, Bond to lead: the changing nature of American power, Basic Books, Nova York, 1990.
- JOSEPH NYE, "Other countries attracted to our values - source of soft power", in <http://seattlep-i.nwsource.com/opinion/fpolop.shtml> , 6 JAN 2000.
- MARIZ FERNANDES, Maj Gen, "Religião e Estratégia", in Religiões Segurança e Defesa (seminário), IAEM e Atena, Lisboa, 1999, p. 31.
- MARQUES DOS SANTOS, Victor, "Cultura e Poder", in Nação e Defesa, n.º especial (Defesa Nacional - Anos 90), vol. 1, Agosto 1990, p. 168-178.
- Ministério da Defesa Nacional, Livro Branco da Defesa Nacional 2001, in www.mdn.gov.pt/publicações.htm.
- PETER STILWELL, "A religião, factor de conflito e potencial de paz", in Nação e Defesa n.º75, IDN, Lisboa, Julho 95.
- PIERRE BOURDIEU e LOIC WACQUANT, "A nova vulgata planetária", in Le monde diplomatique, edição portuguesa, Maio 2000, p. 5.
- POLÍBIO DE ALMEIDA, O Poder do Pequeno Estado, ISCSP, Lisboa, 1990.
- RICHARD SENNET, "Something in the city: The spectre of uselessness and the search for a place in the world", in Times Literary Supplement, 22 Set 95.
- RICK FANTASIA, "Restaurantes rápidos para sociedades sem classes", in Le Monde Diplomatique, Edição portuguesa, Mai 2001, p. 6.
- SAMUEL HUNTINGTON et als, O choque das civilizações? (o debate sobre a tese de Samuel Huntington), Gradiva, Lisboa, 1999.
- SERGE HALIMI, "Uma palavra a mais", in Le monde diplomatique, edição portuguesa, Maio 2000, p. 9.
- The White House, National Security Strategy of the United States, Washington: GPO, Agt 91.
- U.S. Department of State, Strategic Plan, Set 2000.
- ZYGMUNT BAUMAN, Globalização: as consequências humanas, Jorge Zahar editor, Rio de Janeiro, 1999.



b. Bibliografia Complementar

- AAVV, Religiões Segurança e Defesa (seminário), IAEM e Atena, Lisboa, 1999.
- AAVV, Dinâmicas e tendências: cultura (conjunto de artigos), in JANUS 99-2000 anuário de relações exteriores, Público e UAL, Lisboa, Set 99, p. 178-2128.
- ADRIANO MOREIRA, "Estratégia e Áreas Culturais", in Nação e Defesa, nº14, IDN, Fev 1980, p. 77-90.
- FRANCOIS THUAL, "A geopolítica das Religiões", in Pascal Boniface, Atlas das Relações Internacionais, Plátano, Lisboa, Set 99, p. 62.
- MARQUES GUEDES, Armando, "As guerras culturais, a soberania e a globalização: o choque das civilizações revisitado", in Boletim, nº51, IAEM, Abr 2000, p. 165-184.
- SAMUEL HUNTINGTON, O Choque das Civilizações, e a mudança na ordem mundial, Gradiva, Lisboa, 1999.
- SERGE CORDELIER, Nações e Nacionalismos, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1998.
- SILVA VIDEIRA, Carlos (Maj Art^a), A Crise dos Fundamentos da Estratégia, TII CEM 95-97, Mai 96.

7 2357 CULTURAL
8 10257 POLITICS
* 9 26 CULTURAL POLITICS

Record 5 of 26 - Int'l Pol. Sci. Abs. 1989-2/98

AU: MURPHY-Patrick-D

TI: Television and cultural politics in Mexico: some notes on Televisa, the state, and transnational culture.

SO: Howard Journal of Communications 6 (4), Dec. 95: 250-261.

AB: The Mexican state's recent adoption of neoliberal policies has accentuated the mass media's role in the construction of Mexico's national culture. The focus of this article is the shift of the locus of ideological influences from a function of the state to the domain of the culture industries. Specifically, the article examines how the private television conglomerate Televisa's power and prestige have grown while a shifting marketplace, rapid technological change, and political discord have caused the government largely to abandon its role as caretaker of Mexican culture identity. As the government has become increasingly unstable, Televisa - privately owned, largely free of government control, and adept at negotiating the global market - has emerged as one of the more stable institutions in Mexico and as the unlikely, but central, force in defining national culture. These political and economic processes have converged to reshape the contours of national culture, and frame possibilities for the reinterpretation of, and reinvestment in, identity. [R]

Record 11 of 26 - Int'l Pol. Sci. Abs. 1989-2/98

AU: TAYLOR-Andrew

TI: How political is the [UK] Arts Council?

SO: Political Quarterly 66 (2), Apr.-June 95: 184-196.

AB: The politics of cultural governance in Britain are undergoing considerable change. The policy network which has underpinned public support for the arts since 1946 is being undermined by developments at the center (notably, the creation of the Department of National Heritage) and at sub-national level (with the emergence of the Regional Arts Boards and the increasing interest of local authorities in cultural politics). The main loser in this process has been the Arts Council, whose role in cultural politics is increasingly unclear. This article explores the pressures acting on the Arts Council and suggests possible changes in the processes of cultural governance in Britain. It concludes that the Arts Council is in need of fundamental reform. [A]

Record 12 of 26 - Int'l Pol. Sci. Abs. 1989-2/98

AU: ROUSE-Roger

TI: Thinking through transnationalism: notes on the cultural politics of class relations in the contemporary United States.

SO: Public Culture 7 (2), Winter 95: 353-402.

AB: Numerous scholars have sought to capture the specificity of contemporary conditions by arguing that the power of nation-states is increasingly being threatened by transnational arrangements. A transnational perspective is certainly important but it is necessary to supplement the current focus on politics and culture with an equal emphasis on exploitation. Analysis of the US since the mid-1960s suggests that multinational processes of capital accumulation have been steadily reorganized along transnational lines. This has helped the ruling classes economically but posed significant problems regarding the maintenance of their cultural hegemony. In such circumstances, the images and narratives that different segments of the ruling classes are currently disseminating through the media can be read as improvisatory attempts to refortify their privilege and power, especially by reshaping people's attitudes and practices as citizens, workers and consumers. [A]

Record 13 of 26 - Int'l Pol. Sci. Abs. 1989-2/98

AU: MORUZZI-Norma-Claire

TI: A problem with headscarves: contemporary complexities of political and social identity.

SO: Political Theory 22 (4), Nov. 94: 653-672.

AB: In the fall of 1989, three young North African immigrant women students in a French public secondary school insisted on wearing headscarves in class. In France, secularism in the schools is national policy, and the women's insistence on keeping their heads covered in the classroom was interpreted as a religious challenge to academic regulations. In Anna Elisabetta Galeotti's discussion of the original incident ["Citizenship and equality. The place for toleration", *ibid.* 21 (4), Nov. 93: 585-605; Abstr. 44.2453], her analysis only further perpetuates the political alienation of the immigrant students as "other", in a dichotomy of self and other. Her liberal argument for toleration replicates the same exaggerated structure of opposition evident in the original French debate. The affair of the headscarves is a very French example of conflicted cultural politics, but the issues deployed in it are much more problematic in contemporary world politics. A simplistic reliance on philosophical or national truisms is not enough to amalgamate competing cultural identities within national political identity. [Followed by Anna Elisabetta GALEOTTI, "A problem with theory: a rejoinder to Moruzzi", pp. 673-677, and the author's response, pp. 678-679]

Record 14 of 26 - Int'l Pol. Sci. Abs. 1989-2/98

AU: HANCHARD-Michael

TI: Black Cinderella? Race and the public sphere in Brazil.

SO: Public Culture 7 (1), Fall 94: 165-185.

AB: The conceptualization of the public sphere by Jurgen Habermas is utilized as a basis for the examination of the role of racial difference in structuring racial inequality in Brazilian civil society, both in contemporary racial politics and in Brazil's political history of the 19th c. Brazilian racial politics underscores the process of racialization that occurs in public spheres both inside and outside the West, and problematizes the universalist character of Habermas' public sphere and its attendant citizens. Non-white Brazilians, even non-white elites, are subject to varying forms of race-related violence and discrimination. Afro-Brazilians, in response, have created alternative micro-public spheres which emphasize Afro-Brazilian solidarity and racial identification, and Afro-Brazilian cultural politics as a distinct feature of Brazilian national identity. [A] [See Abstr. 4215]

Record 17 of 26 - Int'l Pol. Sci. Abs. 1989-2/98

AU: MERELMAN-Richard-M

TI: Racial conflict and cultural politics in the United States.

SO: Journal of Politics 56 (1), Feb. 94: 1-20.

AB: Recent instances of cultural conflict in the US are part of a single, historically distinctive trend likely to intensify in the future. Recent cultural conflict springs in part from growing competition for cultural capital between dominant and subordinate racial groups. This article analyzes this conflict, treating its chief symbolic expression - "multi-culturalism" - as a form of subordinate resistance to dominant group power. This article concludes that the uncertain outcome of cultural conflict reveals the absence currently of white ideological hegemony in American society. [R]

Record 20 of 26 - Int'l Pol. Sci. Abs. 1989-2/98

AU: NORTON-Robert

TI: Ethno-nationalism and the constitutive powers of cultural politics: a comparative study of Sri Lanka and Fiji.

SO: Journal of Asian and African Studies 28 (3-4), July-Oct. 93: 180-197.

AB: A discussion of Sinhalese ethno-nationalism in Sri Lanka and indigenous Fijian ethno-nationalism in the Pacific island state of Fiji shows how the volatility of ethnic conflict can be affected by the particular manner in which collective identities are constituted. A distinction is drawn between a reconstructive process aggressively focused against "the other", and the routine living of identity in established social relations and cultural practices. The Sinhalese ethno-nationalism which gave rise to violent conflict with the Tamils has been characterized by a rivalrous volatility in the political uses of culture that derives from deep disjunctions in social and cultural experience under colonial rule. This profound dissonance of social and cultural milieux had no parallel in Fiji. Conflict between indigenous Fijians and immigrant Indians, though strongly based in economic and socio-cultural differences, has not been intensified by acquiring a function in the reconstruction of identities previously suppressed. Manipulation of ideals and symbols by Fijian leaders to secure popular support has tended to reaffirm established frames of routine social and political life within Fijian groups, rather than being an innovative assertion of distinctiveness in opposition to "the other". [R]

Record 24 of 26 - Int'l Pol. Sci. Abs. 1989-2/98

AU: LEEGE-David-C; WELCH-Michael-R

TI: Religious roots of political orientations: variations among American Catholic parishioners.

SO: Journal of Politics 51 (1), Feb. 89: 137-162.

AB: Social scientists have formulated several theories or prototheories to account for party identification, political ideology, and issue positions of Americans and, by extension, of American Catholics. These include ethnic assimilation and communalism, social class, regional political culture, political generations, and recently gender. At the same time, some scholars have argued that religious values profoundly affect these political variables. But their measures have never been convincing or their findings strong. This paper formulates a new measure of foundational religious beliefs and, controlling for measures of other theoretically relevant variables, estimates the impact of such belief on political variables. Data are drawn from the 2,667 registered Catholic parishioners included in the Notre Dame Study of Catholic Parish Life. The overall model appears modestly powerful, but individual findings are of interest. Interpreting results through theories of partisanship, this paper argues that the traditional measure of partisanship resonates to social structural characteristics of Catholics but that newer theories of partisanship may be better predicted by a measure of foundational religious beliefs. Political ideology and many "cultural politics" issues are responsive to foundational religious beliefs. Positions on more traditional public policy concerns - for example, defense spending, equal opportunity - are better predicted by demographic variables, but even these issues respond to religious values. [R]

16 2438 CULTURE
17 2566 STRATEGIC
* 18 17 CULTURE STRATEGIC

Record 3 of 17 - Int'l Pol. Sci. Abs. 1989-2/98

AU: CARIM-Xavier

TI: Critical and postmodern readings of strategic culture and Southern African security in the 1990s.

SO: Politikon 22 (2), Dec. 95: 53-71.

AB: Traditional approaches to the study of international relations have been premised on the realist world view wherein the turbulence and complexity of global life are funnelled into a caricatured narrative based on rigid interpretations of state sovereignty and international anarchy. In its place, this essay proposes a more reflexivist and critical (postmodernist) approach which, it is argued, provides a more nuanced account of the ambiguities and paradoxes of contemporary global politics. It is within this alternative world view that this essay locates the concept of strategic culture. Strategic culture refers to a nation's traditional attitudes and behavior with respect to the threat and use of force. If the concept is employed as a heuristic device, it promises to reveal the strategic disposition of the various countries in the region with regard to peace, conflict, force and the prospects for regional conflict-resolution. In so doing, it can help discover whether or not the region shares any common foundation, norms, expectations or - more broadly - culture which can be the basis of regional peace and cooperation. In a tentative manner, the essay discusses the practical implications of strategic culture for future security relations in Southern Africa. [R]

Record 5 of 17 - Int'l Pol. Sci. Abs. 1989-2/98

AU: JOHNSTON-Alastair-Iain

TI: Thinking about strategic culture.

SO: International Security 19 (4), Spring 95: 32-64.

AB: Generalizations based on cultural and historical factors about the USSR and US societies of the recent past provided the intellectual justification for the refinement of nuclear and military strategies in US foreign policy and defense circles. The USSR military was said to exhibit a preference for preemptive and offensive uses of force which were rooted in Russian history, while the US exhibited a tendency towards a sporadic, messianic and crusading demonstration of force endemic in its own formation. This analysis of the superpowers' predispositions has been examined under the category of "strategic culture". A review of the literature from the Cold War onward would indicate that the dominant approach to strategic culture is undermined and overdetermined in its theory analysis and methodology. [See Abstr. 2646]

Record 13 of 17 - Int'l Pol. Sci. Abs. 1989-2/98

AU: TANHAM-George

TI: Indian strategic culture.

SO: Washington Quarterly 15 (1), Winter 92: 129-142.

AB: In today's world environment it is important to understand India's strategic thought and behavior. India is a complex and diverse nation without a tradition of strategic thinking. Most modern strategies have been developed by post-independence leaders and were derived from their personal perceptions of the world. Strategy has also been adopted from the British and has evolved as a reaction to situations confronting India. Indians in Delhi today agree that India has no strategy and no government institutions exist to make it, and that Indians do not think strategically, but they agree it is time to do so. Four factors have been isolated which seem to influence Indian strategic behavior today: geography, culture, discovering India's history, and the British Raj. [A] [See Abstr. 3107]

AU: KLEIN-Bradley-S

TI: Hegemony and strategic culture: American power projection and alliance defence politics.

SO: Review of International Studies 14 (2), Apr. 88: 133-148.

AB: The Gramscian conception of hegemony is relevant to studying the American-sponsored postwar strategy of deterrence. A particularly American orientation towards international violence, a strategic culture of "power projection", has achieved cultural hegemony and enabled the US state to legitimize a broad range of overseas military commitments. In the postwar world this strategic culture was exported to the civil societies of the Allies in the form of extended deterrence and an accompanying culture that was reinforced through NATO. With the gradual waning of American dominance globally of late, there has arisen a variety of tensions within the Alliance. These can be explained in terms of strategies both within the hegemonic order and against that order in the form of a counter-hegemonic peace movement holding out the promise of a post-strategic culture. [A]

AU: GEORGIADOU-Vassiliki

TI: Greek Orthodoxy and the politics of [Balkan] nationalism.

SO: International Journal of Politics, Culture and Society 9 (2), Winter 95: 295-315.

AB: The religious element in Balkan nationalism has historical roots; it stems from the particular nature of the Ottoman conquest (the disintegration of Byzantium and the fall of Constantinople in 1453), which contributed to the rise of the Orthodox church as a "supra-national" and concurrently "political" institution more or less on par with the state. As a theocracy, the Ottoman Empire did not permit the survival of purely political institutions. Nevertheless it granted the Orthodox church religious hegemony over the Empire's Christian population as well as the prerogatives of education and, to a degree, the dispensation of justice. The resurgence of Orthodoxy in the Balkans following the collapse of communism, and the increased role of the church, show that relations between the secular and religious are latent and renegotiable. In Greece, the possibility of the Greek Orthodoxy being used for political ends is reinforced as its symbolism permeates national politics.

AU: MICHNIK-Adam

TI: Market, religion and nationalism: fundamentalisms in the new European order.

SO: International Journal of Politics, Culture and Society 8 (4), Summer 95: 525-542.

AB: A fusion of different ideas - religious/political, national/cultural, and market/authoritarian - has created a politically new quality which explodes with a shock to Europe's borders. Borders are breaking up and falling apart. The people of the democratic opposition are slowly discovering deeper meanings in their oft-proclaimed slogans. Those who had announced democracy for everyone must now stand up against demands to outlaw communist or fascist groupings and must defend the very journals whose editors have for decades fought the democratic opposition. Those who defend the principle of a nation's right to self-determination must also ask themselves the question: what are the limits of such self-determination?

AU: KLEIN-Alan-M

TI: Culture, politics, and baseball in the Dominican Republic.

SO: Latin American Perspectives 22 (3), Summer 95: 111-130.

AB: This study examines the cultural-political role of baseball in the Dominican Republic, a country famous for its players. The sport is examined in a cultural dependency model modified by resistance theory; so that the relationship between major league baseball and Dominican baseball is revealed to be nothing less than that between a multinational and a developing nation. The two-year study chronicles the ways in which US professional teams offer a model of upward mobility that offers a few an opportunity to escape their poverty, while systematically removing talent and underdeveloping the sport. While the hegemonizing influences of the sport heavily favor the US, Dominican baseball is shown to foster unique forms of resistance that can act as models for other cultural and political interactions with North Americans. [A] [See Abstr. 3726]

AU: MENENDEZ-ALARCON-Antonio-V

TI: National identities confronting European integration.

SO: International Journal of Politics, Culture and Society 8 (4), Summer 95: 543-562.

AB: Based on in-depth interviews and document analysis, including the Eurobarometer public opinion surveys (N: 9,500+) conducted each spring and fall in the 12 countries of the EU, this article examines the relationships between cultural identification and the process of European integration. It shows that people's cultural attachments to Europe as a common social organization are still very limited and reflect a concern for the defense of a national cultural identity among the population of the countries members of the EU. This research contributes to our understanding of the European integration by addressing aspects that have barely been studied before. It also contributes to the theory of cultural identity by suggesting a dynamic paradigm that articulates the irrationalities and discontinuities of everyday life with the process of cultural identity formation. [A]

AU: SAJOO-Amy-B

TI: The Islamic ethos and the spirit of humanism.

SO: International Journal of Politics, Culture and Society 8 (4), Summer 95: 579-596.

AB: The contemporary unfolding of an old dialectic between orthodox and innovative impulses in Islam bears directly on the prospects for civil society and democratization in Muslim-majority states. Radical political trends have seized global attention and fed a vogue in Western theories of impending civilizational conflict. Less conspicuous is a counter-trend that prizes tolerance, diversity and the sanctity of the individual, and whose pursuit by activists, intellectuals - even politicians - from Morocco to Indonesia merits closer attention. Ironically, the drive for fundamental reform in law, political organization and attitudes toward science and technology taps a humanist ethos that pervades Muslim history, and finds succor in "progressive" readings of scripture. Its engagement with pluralism and modernity invokes a synthesis both "Islamic" and inclusive, in the process belying facile stereotypes. [A]

AU: FOSTER-Edward

TI: "An interesting idea...": The grand Mediterranean design.

SO: RUSI and Brassey's Defence Yearbook 1992: 115-128.

AB: Europe is increasingly turning its attention to the Maghreb, where underdevelopment, a demographic explosion and rising religious intolerance are threatening to spill north. Italy and Spain have sponsored a Conference on Security and Cooperation in the Mediterranean (CSCM). Participation would require acceptance of a package of minimum principles. These include respect for the territorial integrity of states and the inviolability of their borders; economic solidarity with less affluent countries; rejection of the use of force to settle disputes; a halt to the arms race, particularly regarding weapons of mass destruction and tolerance and dialogue in the spheres of politics, culture and religion. Regional peace negotiation and security structures were to be encouraged, and were not to be regarded as mutually exclusive to the CSCM process.

AU: SEKULIC-Dusko

TI: Nationalism versus democracy [in Yugoslavia]: legacies of Marxism.

SO: International Journal of Politics, Culture and Society 6 (1), Fall 92: 113-132.

AB: The breaking up of communism as a unified ideology and the force for keeping the state together produced a situation where there was no common denominator among new regimes that replaced the old, except nationalism. And this nationalism without its reformist elements, which were erased in the counterrevolution of 1971, could produce only the confrontation of everyone against everyone. The whole history of the communist period, and the history of the CP, can be described in terms of using nationalism to achieve the political goals of communism on one side, and a fight against traditional nationalism on the other. The forthcoming period will be characterized by a conflict over the "liberalization" of traditional nationalism and traditional orthodox elements of nationalism. This will be reflected in the conflict between Serbia and Croatia. [First of two articles on "Ethno-national conflicts in post communist Europe: the case of Yugoslavia". See also Abstr. 5597]

AU: HUGHEY-Michael-W

TI: Americanism and its discontents: protestantism, nativism, and political heresy in America.

SO: International Journal of Politics, Culture and Society 5 (4), Summer 92: 533-553.

AB: The American political creed is the product of the fusion of Protestant religious values involving the puritan ideal of a covenant constituted by an elect few chosen by God, and republican ideals of liberty, equality and popular sovereignty. The vagueness of the republican ideal explains the fear of internal enemies that has periodically swept through American society. Since 1830 this has taken the form of nativist reactions against Catholics, Mormons, Freemasons, Jews and communists all of whom appeared to threaten America's ideals. Late 19th c. ideas of Social Darwinism added non-white races to the list of threats to the white Protestant groups charged with defending the nation's political institutions. The Cold War provided a new enemy for nativist fears. The collapse of the "Evil Empire" again raises the issue of what Americanism really is.

AU: VOGEL-Jerome

TI: Culture, politics, and national identity in Cote d'Ivoire.

SO: Social Research 58 (2), Summer 91: 439-456.

AB: Cultural policy in the Ivory Coast is regarded as an essential and legitimate tool of nation-building and political integration of diverse ethnic identities. An examination of the colonial period is important for understanding postindependence policy, which aimed to replace ethnic loyalty with national identity. The Ivorian government has used the country's relative economic prosperity, the symbolism personified in President Houphouet, national sports and music to promote national unity. Ivorians have the possibility of identifying with many different groups. The objective of the government has been to channel their primary affiliation to the nation through the use of cultural policy. It has been successful with respect to the urban elite, though a more extensive survey is needed to compare with rural Ivorians. [See Abstr. 2406]

AU: NEWSOME-Yvonne-D

TI: International issues and domestic ethnic relations: African Americans, American Jews, and the Israel-South Africa debate.

SO: International Journal of Politics, Culture and Society 5 (1), Fall 91: 19-48.

AB: An historical and contemporary analysis of how homeland events influence relations between ethnic groups in third countries demonstrates that Israel-African relations do affect political, economic and ideological relations between African Americans and American Jews. These findings show that ethnic relation theory must extend beyond domestic dynamics to incorporate international sources of tension. Given the increasing diversity of the US ethnic population, more studies are needed to determine how often and why international issues influence interethnic dynamics. [See Abstr. 1742]

AU: THOMAS-SLAYTER-Barbara-P

TI: Class, ethnicity, and the Kenyan state: community mobilization in the context of global politics.

SO: International Journal of Politics, Culture and Society 4 (3), Spring 91: 301-322.

AB: Some observers have suggested that the marginalization of Sub-Saharan Africa in the 1980s has been relentless, and that Africa's real hope may lie with the mobilization of rural communities in grass-roots efforts. Today in Kenya, the paradigm relevant to an analysis of community mobilization is beginning to shift. Harambee (the mobilization of local communities in self-help development efforts) continues to engender valuable political space. However as a form of community mobilization it is increasingly marginalized by larger political forces. Slowly emerging are more clearly defined class interests intertwined with ethnic, regional, religious and other factors around which people choose to coalesce. For Kenya, and for many other African countries, this condition is likely to exist for some time to come.

AU: OTTOLENGHI-Franco

TI: Guerra, politica, cultura: la mutazione degli anni novanta (War, politics, culture: the changes of the 1990s/Guerre, politique, culture: la mutation des annees 1990).

SO: Critica marxista 29 (3), mai-juin 91: 117-137.

AB: La guerre du Golfe a renouvele les controverses entre bellicistes, partisans du droit de la guerre, droit d'intervention au Koweit, et pacifistes, promoteurs du droit de la paix. Les modeles ethico-politiques de la gauche, fondees sur la bipolarite des relations internationales, sont caducs. Il y a maintenant une dissemination de la souverainete dans les rapports internationaux, qui devrait determiner un reequilibrage regional decentralisateur.

AU: SREBERNY-MOHAMMADI-Annabelle

TI: Small media for a big revolution: Iran.

SO: International Journal of Politics, Culture and Society 3 (3), Spring 90: 341-371.

AB: Modernity and tradition are not static polar opposites, but rather traditionalism in Iran can be seen as a creative ideological response to state repression, cultural invasion and the erosion of clerical power. Examining the communicative dynamics of the Iranian Revolution helps to explain the massive, low-level, popular mobilization that brought down the Pahlavi regime. State mass media were undermined by both secular and religious oppositions, although it was the latter's politicization of traditional culture, manipulation of religious rhetoric, and extension of the religious network through electronic small media that really built the mass movement. [A] [See Abstr. 2740]

AU: NAGPAUL-Hans

TI: Secularism in India: unresolved conflicts and persistent problems.

SO: International Journal of Politics, Culture and Society 2 (2), Winter 88: 201-216.

AB: While secularism is not formally defined, the constitution does set up India as a secular state, which emphasizes separation of church and state; freedom of individual and collective religion; and promotion of integration and national loyalties. This conception, different from the one usually practiced in Western societies, is a reformist brand of secularism. Within this framework, laws have been enacted to reform religious practices associated with social injustice, concerning child marriage polygamy, denial of property rights to women, dowry, untouchability and religious bigotry. After decades to promote planned secularism, Indian society continues to be characterized by linguistic, religious and regional conflicts.

AU: BAR-HAIM-Gabriel

TI: Eastern European youth culture: the Westernization of a social movement.

SO: International Journal of Politics, Culture and Society 2 (1), Fall 88: 45-65.

AB: The Westernization of East European youth is not a superficial fad, but seems to have all the characteristics of a grass roots social movement. It reflects deep contradictions for which Western pop culture provides only a creative, make believe solution. It is indicative both of the vital attraction of the Western world and its perceived qualities and of the disillusionment of East European youth with their own societies. It also underscores the weakness of official political ideals. It is an ongoing social movement which could have profound and perhaps even fundamental social and cultural consequences. [See Abstr. 3328]

AU: ROBERTSON-Jennifer-Furusato

TI: Japan: the culture and politics of nostalgia.

SO: International Journal of Politics, Culture and Society 1 (4), Summer 88: 494-518.

AB: Furusato is one of the most popular symbols used by Japanese politicians, city planners, and advertisers today. It literally means "old village", but its closer English equivalents are "home" and "native place". Furusato-zukuri, or "native place-making", was adopted in 1984 by the ruling Liberal Democratic Party as the affective cornerstone of domestic cultural policy. The evocation of furusato is an increasingly cogent means of simultaneously fostering we-feelings and insideness at local and national levels. The nostalgic potential, sentimental value, and apparent historicity of furusato imbue it, and whatever it is prefixed to, with authenticity and cultural relativity. Prefixed to Japan, furusato facilitates the collective "remembering" of a national community dis-membered by defeat in war and, more recently, by the uncertainties of an international economy which have rendered the "future" a political problem. [A] [First of a series of articles on "Changing social orders: politics, religion and states in four societies". See also Abstr. 1826, 2204]

AU: BALFE-Judith-Huggins

TI: Artworks as symbols in international politics.

SO: International Journal of Politics, Culture and Society 1 (2), Winter 87: 5-27.

AB: The use of artworks as symbolic carriers, as mediators of politics and as propaganda for secular and religious ideologies is well-established. Even allied states must maintain visibility in each other's museums and galleries, concert halls and theaters, to increasingly sophisticated audiences who now expect varieties of propagandistic atmospheres around visiting artworks, and take that expectation into account. Such orchestration has become more complicated and more necessary in recent years as the world's great artworks have been increasingly used in the competition between various imperialistic power and assigned role in international propaganda. [First article of a special issue on "The sociology of culture"]

ESSOR DE LA CULTURE HISPANIQUE AUX ETATS-UNIS, Authenticité Ou Nouveau Folklore?

JEAN-PIERRE TAILLEUR

La popularité de la musique, du cinéma et de la littérature hispaniques aux Etats-Unis illustre un trait marquant du multiculturalisme américain: la diversité sans le dérangement, l'exotisme sans le voyage. D'abord destinées à une population originaire d'Amérique latine accrue par les flots de l'immigration, les oeuvres d'expression espagnole n'ont trouvé un nouveau public qu'en gommant leurs particularismes afin de mieux s'adapter au seul désir de dépaysement du plus grand nombre. Dans le melting-pot américain, cette culture subsistera-t-elle autrement que sous forme de folklore?

LES hispanophones des Etats-Unis disposent de trois réseaux télévisés et de trois cent cinquante journaux et magazines, Cosmopolitan et Miami Herald en espagnol inclus. Plus de trois cents radios émettent dans cette langue, soit cinq fois plus qu'il y a vingt ans (1); certaines de ces stations sont même les premières en termes de taux d'écoute dans des métropoles comme Los Angeles ou San-Antonio. Gloria Estefan, interprète principale du groupe Miami Sound Machine, née à Cuba, caracole en tête des hit-parades, et l'acteur portoricain Raul Julia atteint des sommets aux applaudimètres. Les centres culturels hispaniques se multiplient dans les grandes villes, comme le théâtre Pregones ou le Nuyoricano Poets Café, à New-York. Et la romancière à succès Danielle Steel va bientôt être publiée en espagnol, quatre ans après le premier prix Pulitzer remporté en 1990 par un écrivain de souche cubaine, Oscar Hijuelos, pour son roman Les Mambo Kings chantent des chansons d'amour (Editions 10/18).

Pour l'Américain moyen, pourtant, cette culture venue du Sud reste marginale: une sorte de Québec hispanique sans ligne de démarcation officielle, "une culture de l'altérité (2)".

Le poids démographique des Latinos - 30 millions de personnes environ, en comptant les illégaux, sur près de 260 millions d'habitants environ (3) -, ainsi que la longue histoire de l'hispanité sur le territoire des Etats-Unis contredisent ou expliquent une réalité moins multiculturelle que ne veulent le laisser croire les bonnes consciences américaines. Les restaurants mexicains se multiplient dans les rues, certes, et, dans les supermarchés, les ventes de bouteilles de salsa ont dépassé celles de ketchup; mais, au-delà de cet attrait pour un exotisme superficiel et exploité commercialement, on

retrouve, dans ces liens ambigus entre l'Amérique profonde et le monde hispanique, le même rapport de forces que dans les discussions au GATT, l'an dernier.

L'éternel refrain du "trahir ou périr"

UN manque de cohésion et d'organisation au sein des communautés hispanophones explique en grande partie ce déséquilibre relatif (4). "Les Portoricains sont jaloux des Cubains, les Mexicains méprisent les Centraméricains, et tout les Latinos haïssent les Argentins, qui sont européens et arrogants", résume avec humour M. Louis Perego, un producteur artistique new-yorkais de parents cubain et argentin. Dans la chanson, le groupe chicano Los Lobos, de San-Antonio, devenu populaire en 1987 lors de la sortie du film *la Bamba*, passe inaperçu chez les Caribéens de la Côte est, apôtres de musique salsa ou merengue. Si aucun effort de promotion n'est fait, les programmeurs des radios et des chaînes de télévision Univision et Telemundo se concentrent presque uniquement sur de petits communs dénominateurs peu risqués, du type Julio Iglesias, au détriment d'artistes locaux plus représentatifs de la société américaine. La cinquantaine d'ensembles rockeros latinos de Los Angeles qui se produisent en permanence dans les clubs prouve qu'il existe pourtant un véritable marché. "Une génération entière de Latinos est en train de se perdre culturellement, parce qu'elle n'a pas accès à sa propre musique. A New-York, les jeunes Latinos se tournent vers les radios écoutées par les Noirs, qui passent du rhythm 'n' blues et du rap, parce que les radios hispanophones sont démodées", regrette M. Perego, dont la maison de production, Skyline Features, est spécialisée dans la musique latine.

Ne pouvant pas profiter d'un effet de masse, les interprètes hispanophones connaissent parfois des succès d'estime auprès des autres communautés, sans jamais dépasser le simple effet de mode. Le mambo et le cha-cha-cha cubain ont fait rage dans les salles de danse il y a quarante ans, tout comme la mini-révolution salsa du Panamo-New-Yorkais Ruben Blades il y a quinze ans, sans laisser de traces de leur origines. Le succès de Gloria Estefan parmi les anglophones tient surtout au passage, ou cross-over (5), de celle-ci à la musique pop américaine, suivant l'éternel refrain "English or perish" (que certains traduisent par "trahir ou périr"). L'engouement récent pour les musiques du tiers-monde, illustré par le phénomène de la world music, n'est qu'une tromperie qui permet à des David Byrne ou Paul Simon d'exploiter les richesses de la musique latine ou africaine sans que des talents comme le salsero Luis Enrique, un Nicaraguayen de Los Angeles, puissent accéder au marché grand public américain. Dans cette confusion, nos Gipsy Kings sont pris pour des Latino-Américains exotiques et inoffensifs, et profitent de la situation.

Au cinéma, même indifférence, même rouleau compresseur, bien que, depuis dix ans, une nouvelle génération d'acteurs et de réalisateurs hispanophones soit sortie de l'ombre (6). Alfonso Arrau, qui a dirigé le film mexicain *Like Water for Chocolate* (20 millions de dollars de recettes, un record) tiré du roman de Laura Esquivel, espère présenter à Hollywood des immigrants autres que les stéréotypes du bandido ou du paysan arriéré: "Les Mexicains ont progressé et avancé [depuis qu'ils sont arrivés] aux Etats-Unis, ce qui doit être reflété dans les films (7)." Mais le Cubain-Américain Leon Ichaso, qui vient de diriger *Sugar Hill*, film à gros budget sur le milieu de la drogue à Harlem, estime que sa carrière souffrirait s'il faisait des films sur sa propre communauté. Point de salut sans cross-over, pour M. Ichaso, comme pour la plupart des acteurs latinos connus du grand public: Andy Garcia, Ruben Blades (le salsero) ou bien Anthony Quinn et, bien sûr, Rita Hayworth.

L'incapacité du grand public américain à consommer, au-delà des modes, des produits culturels hispaniques authentiques est avant tout liée à l'enseignement. Seulement 3 % des lycéens américains étudient l'espagnol pendant plus de deux ans; dans une ville comme New-York, où le quart de la population est hispanique, ils sont seulement 10 %. Dans les universités, même les institutions les plus distinguées font l'impasse sur les matières liées à la culture hispanique. Ces derniers mois, les étudiants ont protesté contre les programmes jugés trop "anglocentristes", "avec des sit-in comme dans les années 60, dit Lourdes Beneria, professeur au département d'études latino-américaines de Cornell. Sur notre campus de 20 000 étudiants, seulement une vingtaine des professeurs sont hispaniques".

Les évolutions et les contradictions de ce "boom" culturel relativement ignoré par les anglophones, se retrouvent en littérature. Les lettres hispaniques n'ont cessé de démarrer depuis quatre siècles, constamment menacées par le "passage" de leurs auteurs. L'histoire a commencé avant même l'installation des anglophones dans cette partie du Nouveau Monde, mais elle est demeurée inexplorée jusqu'à ces dernières années. A la fin du seizième siècle, un des premiers Espagnols qui découvrirent le Nouveau-Mexique, Gaspar Pérez de Villagra, fut le premier écrivain des futurs Etats-Unis, avec un poème épique lié à cette expédition (8). Au siècle dernier et jusqu'à la crise des années 30, la presse et l'édition en langue espagnole se sont multipliées à New-York, en Floride et dans les Etats du Sud-Ouest. "Rien que dans une ville comme San-Antonio, au Texas, il y avait une quinzaine d'éditeurs dans les années 20", souligne M. Nicolas Kanellos, le défenseur le plus en vue de la littérature hispanique des Etats-Unis. La maison d'édition de ce New-Yorkais d'origine portoricaine, Arte Publico Press, a mis au travail une centaine d'étudiants sur un projet de longue

haleine (9) destiné à conserver, sur microfilms et CD-ROM, environ 20 000 documents témoins de la littérature hispanique depuis les temps précoloniaux jusqu'aux années 60.

Un renouveau littéraire issu des luttes sociales

IL y a trente ans, le mouvement de lutte pour les droits civiques des minorités a fait resurgir cette culture. Parfois englobée avec d'autres lettres anglophones dans la famille Western literature, elle s'est développée au-delà de la recherche initiale d'une identité ethnique, racontant la vie de modestes travailleurs immigrés, à l'instar de l'oeuvre de Tomas Rivera, considéré comme le père de la littérature chicana (10). Ce renouveau, limité aux régions du Sud-Ouest jusqu'à la fin des années 80, est également patronné par Rudolfo Anaya, écrivain originaire de l'Etat du Nouveau-Mexique: "Les "Anglos" vivent dans les hauteurs, et les Chicanos dans la vallée. Pas besoin d'aller à El Paso [en zone frontalière] pour comprendre la notion de frontière", note-t-il dans son recueil intitulé Albuquerque (tiré de l'appellation originale de la ville Albuquerque, qui a perdu un r à cause des Anglophones, qui n'arrivaient pas à le prononcer).

Une autre frontière, tout aussi taboue, fut franchie en 1972, lorsque M. Nicolas Kanellos, alors professeur d'espagnol à l'université de l'Indiana, créa l'oecuménique Revista Chicano-Riquena. Appelée aujourd'hui The Americas Review afin de mieux refléter la diversité du monde hispanique aux Etats-Unis, cette revue littéraire essaie de "sortir les auteurs hispaniques, quelles que soient leurs origines, des placards" où les milieux de l'édition les confinent (11). L'essai a été transformé à la fin des années 70, avec la création d'Arte Publico Press, devenue l'axe de la culture littéraire hispanique aux Etats-Unis. Arte Publico publie une trentaine d'oeuvres littéraires par an actuellement, dont 90 % sont en anglais. "La force de maisons comme la nôtre est de ne pas avoir les préjugés de l'establishment littéraire américain, qui pense que les Latinos ne lisent pas, ou que leurs écrivains ne traitent pas de thèmes universels. Nous savons qu'il y a un marché pour ces auteurs, en particulier à travers le quart ou le tiers de districts scolaires des grandes villes actuellement contrôlés par les hispanophones", précise M. Kanellos.

Jusqu'à la fin des années 80, personne, à part les presses universitaires et ces quelques éditeurs isolés, ne s'est intéressé aux écrivains hispaniques. Le Colombien Gabriel Garcia Marquez ou la Chilienne Isabel Allende ont réussi à susciter la curiosité du grand public américain grâce à la qualité de leurs oeuvres, et à une accroche, exotique ou révolutionnaire, qui donnait bonne conscience à une gauche libérale moins sensible aux états d'âme des Latinos résidant à l'intérieur

même des Etats-Unis. Poids démographique et provincialisme des anglophones aidant, ces succès devaient naturellement se transférer sur des auteurs latinos locaux. "Les Etats-Unis ne voient plus le monde que par leur propre quart-monde. Le public américain cultivé, sensibilisé jusqu'à l'excès par les thèmes du multiculturalisme, s'intéresse davantage aux auteurs dont l'expérience personnelle est nourrie de déracinement et de souffrances authentiques, dont les textes ont du coffre et se font l'écho du grand fracas du monde", rappelle M. Olivier Nora, responsable du Bureau du livre français pour les Etats-Unis.

Les "majors" de l'édition sont les premiers à reconnaître que, par ignorance de la culture latine, ils n'ont pas répondu à temps à cette demande du public. Flairant les occasions d'affaires, ils se sont parfois précipités sur des écrivains hispanophones médiocres, dont les échecs entretinrent les a priori négatifs à l'égard d'autres talents. Mme Martha Levin, vice-présidente chez Doubleday (12), admet en outre que "les grands éditeurs comprennent encore mal les habitudes de lecture des Latinos".

Sandra Cisneros, ancienne protégée d'Arte Publico Press, auteur de *The House on Mango Street*, est l'exemple le plus manifeste de ce renouveau littéraire. Elle écrit ses nouvelles en anglais, les parsemant d'expressions en espagnol "qui se traduisent automatiquement d'après le contexte". En 1991, en passant chez le géant Random House, "ses ventes ont décuplé par rapport aux 25 000 exemplaires qu'elle vendait à chaque parution chez Arte Publico", affirme son agent, Susan Bergholz (13). Sandra Cisneros fait partie d'un groupe officieux de femmes écrivains de culture latine, où se retrouvent, en particulier, Julia Alvarez (originaire de la République dominicaine), Luisa Valenzuela (Argentine), Elena Castanedo (Chili-Espagne) ou Ana Castillo et Denise Chavez (Nouveau-Mexique). Le succès de ces romancières pose néanmoins problème: le lecteur non hispanophone suit peu ou prou les stéréotypes de la Latina battue par son mari, confusion qui rappellent celles de la chanson ou du cinéma. Sandra Cisneros s'insurge en particulier contre une récupération par les féministes "politiquement correctes" (14): "La culture latino n'est pas plus macho [que celle des Anglo]. Nous, au moins, nous avons un mot pour cela (...). Un vagin ne suffit pas du tout pour faire de quelqu'un ma soeur: [il faut avant cela] qu'elle apprenne ma culture de la même façon que j'ai appris la sienne."

La majorité des auteurs latinos ont fait le "passage", avec des styles très divers. Peu de points communs, en effet, entre le Cubain du Bronx Oscar Hijuelos, dont les personnages sont urbains et immigrés récents, et un Rudolfo Anaya, rural et folklorique, lié à une terre que les siens occupent

depuis des siècles. Au sein même de la communauté d'écrivains chicanos, un abîme sépare la conteuse Rosaura Sanchez, qui écrit en espagnol "pour des raisons politiques", dans l'espoir qu'il y aura un jour "une zone hispanophone indépendante ou autonome dans un Etat comme la Californie (15)", et l'essayiste Richard Rodriguez. Paria parmi les intellectuels hispaniques, l'auteur de *Soif de mémoire* (*Hunger of Memory*) se nomme "la victime comique de deux cultures": après avoir commencé l'école en ne sachant parler qu'espagnol, il est devenu un ardent partisan du melting-pot par l'usage exclusif de l'anglais dans les écoles. Roberto Fernandez, Cubain de Miami de la jeune génération, est un autre "orphelin de la littérature" à l'intérieur de sa propre communauté: rejeté par les anticastristes primaires de Miami, il est contraint de se faire publier ailleurs qu'en Floride.

Absence de relais politiques

LES éditeurs multiplient désormais les publications en espagnol, des livres de cuisine aux romans de Danielle Steel, pour des raisons purement commerciales. Est-ce vraiment le signe d'une plus forte présence de la culture hispanique aux Etats-Unis? Pas au niveau de l'Amérique profonde, qui ne consomme qu'anglais ou cross-over. L'hispanité a d'autant moins de chances de s'implanter comme soupape ou comme alternative culturelle qu'aucune voix hispanique ne se fait entendre au niveau national: le charismatique Henry Cisneros, ancien maire de San-Antonio et porte-bannière le plus probable de cette communauté, refuse cette responsabilité, se contentant d'être un bon ministre du logement. Le biculturalisme est une idée illusoire qui n'a jamais fait ses preuves dans ce pays où les préoccupations culturelles passent au second plan. Le National Endowment for the Arts (NEA), mini-ministère de la culture américain, accorde des bourses aux écrivains et artistes latinos, certes, mais sans politique volontariste d'ensemble pour une culture qui reste étrangère à la grande majorité des Américains.

L'écrivain portoricain de New-York Ed Vega résume au mieux ce rapport ambigu de l'Amérique avec son "autre" culture. Dans sa critique du film et du roman *The Mambo Kings* (16), deux rares succès de couleur latine chez les anglophones, il affirme que ces deux oeuvres ne reflètent pas l'expérience de sa communauté. Les deux acteurs principaux du film sont respectivement espagnol et italien tout d'abord, comme si Hollywood avait pris un Québécois et un Mexicain dans un film sur des Français de New-York. Il reproche également à Oscar Hijuelos, l'auteur du roman, d'avoir manqué de respect pour sa propre culture (mais les jurés qui l'ont désigné pour le Pulitzer n'avaient cure de ces détails), en particulier pour avoir appelé l'une de ses héroïnes Delores. M. Vega de

résumer: "Quand ils traitent des Latinos, [les Américains] sont plus préoccupés des dollars que des Dolores."

Notes:

- (1) Time, supplément sur l'immigration, automne 1993.
- (2) "Otherness", terme utilisé par Enrique Fernandez, écrivain d'origine cubaine, et ancien rédacteur en chef de la revue Mas.
- (3) Le dernier recensement, en 1990, comptait 22,4 millions d'Hispaniques, soit 9 % des 249 millions d'habitants comptabilisés. Dans une quinzaine d'années, cette minorité aura plus de poids que la communauté noire (30 millions en 1990), atteignant même 25 % de la population totale dans cinquante ans. Nous utilisons indifféremment les termes "latino" ou "hispanophone" pour désigner cette communauté, et le mot "anglophone" pour les Américains non hispaniques (certains Latinos rejettent le mot "hispano" à cause de ses connotations coloniales).
- (4) Les Chicanos, d'origine mexicaine, constituent plus de la moitié des hispanophones, établis pour la plupart entre le Texas et la Californie, et cela sur plusieurs siècles. Le reste des Latinos est un groupe multiforme de plus de 25 subcultures, des Portoricains, Dominicains ou Colombiens de New-York aux Cubains de Floride ou du New-Jersey. Leurs accents, leurs histoires parfois antagoniques et les différences de teint de peau ne contribuent pas à les unir.
- (5) Le terme cross-over est couramment utilisé dans les conversations en espagnol.
- (6) Lire Carlos Pardo, "La mémoire insurgée des Chicanos", le Monde diplomatique, décembre 1993.
- (7) The New York Times, 30 janvier 1994.
- (8) Earl Shorris, "In Search of the Latino Writer", The New York Times, 15 juillet 1990.
- (9) The Recovery Project, financé sur dix ans par la Fondation Rockefeller, pour un coût total de 20 millions de dollars.
- (10) Tomas Rivera est décédé en 1984, quatorze ans après la publication de son oeuvre majeure, un roman intitulé *Y no se lo trago la tierra* ("Et la terre ne l'a pas avalé"), publié par Arte Publico Press.
- (11) L'industrie de l'édition américaine, qui publie 50 000 titres par an, est dominée par un oligopole de cinq "majors" qui contrôlent 80 % du marché. Pas de place, économie d'échelle oblige, pour les productions marginales.
- (12) Doubleday a publié *Like Water for Chocolate* de la Mexicaine Laura Esquivel. Lancé avec le film du même nom, ce roman est parmi les dix premiers best-sellers depuis un an.

(13) Susan Bergholz, "Anglo et Latino-Wannabe", est une des non-Latinas les plus actives dans la construction de "ponts" entre la production littéraire hispanique et le grand public. Elle reconnaît qu'elle doit beaucoup au travail de présélection effectué par des éditeurs comme M. Kanellos.

(14) Elle, août 1991.

(15) Cuentos Hispanos en los Estados Unidos, Arte Publico Press, Houston, 1993.

(16) Magazine Manhattan, 20 février 1992.

Août 1998, page 14;15

fiche documentaire: artigo Ass: Cultura, comercio internacional, economia, liberalismo, mundialização, multinacional.

VERS UNE SOCIÉTÉ UNIVERSELLE DE CONSOMMATEURS

CULTURE MCWORLD CONTRE DEMOCRATIE

BENJAMIN R. BARBER Director do centro Walt Withman para a cultura e democracia da Universidade

Rutgers(EUA).

Autor de "Democratie forte", Desclée de Brouwer, Paris, 1997 e de "Djihad versus McWorld, Mondialisation et integrisme contre la démocratie", Desclée de Brouwer, Paris, 1996.

LA culture mondiale américaine - la culture McWorld - est moins hostile qu'indifférente à la démocratie: son objectif est une société universelle de consommation qui ne serait composée ni de tribus ni de citoyens, tous mauvais clients potentiels, mais seulement de cette nouvelle race d'hommes et de femmes que sont les consommateurs. Cette nouvelle culture globalisante met hors jeu non seulement ceux qui la critiquent d'un point de vue réactionnaire, mais également ses concurrents démocratiques, qui rêvent d'une société civile internationale constituée de citoyens libres issus des cultures les plus variées.

Les colonisés et les cultures locales - parce qu'ils souhaitent minimiser le degré de leur servitude - ainsi que les colonisateurs et les marchés mondiaux - parce qu'ils souhaitent relativiser le degré de leur hégémonie - conspirent dans l'illusion de la réciprocité. Mais, dans cette réciprocité, le pouvoir véritable se situe d'un seul côté, comme lorsque le python avale le lièvre. Tel le python, McWorld se pare un instant des couleurs des cultures qu'il ingurgite: la pop music, agrémentée de rythmes latinos et reggae dans les barrios de Los Angeles; les Big Mac, servis avec de la bière française à Paris ou fabriqués avec du boeuf bulgare en Europe de l'Est; Mickey parlant français à Disneyland-Paris. Mais, au bout du compte, Music Television (MTV), McDonald's et Disneyland sont avant tout des icônes de la culture américaine, des chevaux de Troie des Etats-Unis s'immisçant dans les cultures des autres nations.

McWorld, c'est une Amérique qui se projette dans un avenir façonné par des forces économiques, technologiques et écologiques exigeant l'intégration et l'uniformisation. Un avenir rassemblant tous les pays en un vaste parc à thème mondial, entièrement mis en réseau par les technologies de l'information, les échanges commerciaux et l'industrie du spectacle. Même dans les endroits où les forces de la religion et du tribalisme s'opposent à McWorld, celui-ci fait mieux que ses adversaires. Les intégristes iraniens ont peut-être une oreille tendue vers les mollahs qui les exhortent à la guerre

sainte, mais l'autre est tournée vers Star Television, la chaîne de M. Rupert Murdoch retransmettant pour la énième fois par satellite des épisodes de "Dynastie".

En Europe, en Asie et en Amérique, les marchés ont déjà érodé les souverainetés nationales et donné naissance à une nouvelle culture: celle des banques internationales, des organisations commerciales, des lobbies transnationaux comme l'Organisation des pays exportateurs de pétrole (OPEP), des services mondiaux d'information (CNN et BBC) et des firmes multinationales. Ce sont les nouveaux souverains d'un monde où les Etats-nations ne sont plus en mesure de réguler leur propre économie, et encore moins de maîtriser les mouvements de capitaux sur les marchés planétaires.

Une "vidéologie" presque irrésistible

BIEN qu'ils ne donnent naissance ni à des intérêts communs ni à une législation commune, ces marchés exigent non seulement une monnaie commune, le dollar, mais aussi une langue commune: l'anglais. De plus, ils engendrent des comportements partout identiques, ceux d'une vie à la fois urbaine et cosmopolite. Les pilotes de ligne, les programmeurs en informatique, les réalisateurs de films, les banquiers internationaux, les célébrités du spectacle, les spécialistes de l'écologie, les pétroliers, les démographes, les comptables, avocats et athlètes constituent une nouvelle espèce d'hommes et de femmes pour lesquels la religion, la culture et l'appartenance ethnique sont des éléments marginaux: leur identité est avant tout professionnelle.

Les biens de la nouvelle culture mondiale sont autant des images que des formes matérielles, autant une esthétique qu'une gamme de produits. C'est une culture réduite à l'état de denrée, où l'habit fait le moine, où le look devient une sorte d'idéologie. Les galeries commerciales, les places "publiques" privatisées et les quartiers sans voisins des banlieues résidentielles sont les nouvelles églises de cette civilisation marchande. Les nouveaux produits sont moins des biens que des images contribuant à créer une sensibilité planétaire, véhiculée par des logos, des stars, des chansons, des marques et des jingles. Les rapports de forces deviennent forces de séduction; l'idéologie se mue en une sorte de "vidéologie" à base de sons exprimés en bits et de clips vidéo.

La vidéologie est plus floue que l'idéologie politique traditionnelle, ce qui la rend d'autant plus efficace pour insuffler les valeurs que les marchés mondiaux requièrent. Ces valeurs ne sont pas imposées par des gouvernements coercitifs ou des systèmes éducatifs autoritaires; elles sont transfusées dans la culture par de pseudo-produits culturels - films ou publicités - dont sont dérivés un ensemble de biens matériels, d'accessoires de mode et de divertissements. Le Roi Lion, Jurassic Park et Titanic ne sont pas seulement des films, mais aussi de véritables machines à commercialiser de la nourriture, de la musique, des vêtements et des jouets.

La culture américaine universelle de McWorld est presque irrésistible. Au Japon, par exemple, les burgers et les frites ont pratiquement remplacé les nouilles et les sushi; les adolescents se battent avec des expressions anglaises dont ils perçoivent à peine le sens afin de paraître cool. En France où, il y a moins de dix ans, des puristes de la culture faisaient la guerre aux dépravations du franglais, la santé économique se mesure aussi au succès de Disneyland-Paris. L'apparition soudaine de Halloween comme nouvelle fête française pour stimuler le commerce dans la période de calme plat qui précède Noël n'est que l'exemple le plus consternant de cette tendance à l'américanisation.

L'uniformisation n'est pas seule en cause. Face à la réalité persistante des rivalités tribales, du terrorisme, de l'intégrisme religieux, du fanatisme d'extrême droite et des guerres civiles, les prophéties sur la fin de l'histoire à la sauce Fukuyama (1) ont fait chou blanc. Mais si les micro-guerres persistent, l'homogénéisation produite par les marchés de McWorld réussira probablement à instaurer une macro-paix favorisant le triomphe du commerce et du consumérisme, et donnant à ceux qui maîtrisent l'information, la communication et le divertissement, le contrôle ultime sur la culture... et la destinée humaine. Ce qui signifie que les craintes d'un Paul Kennedy sur le déclin de l'Amérique (2), au prétexte du déclin de son économie traditionnelle à base de biens matériels, ne sont absolument pas fondées. Autrement plus vraisemblable est le scénario d'une nouvelle hégémonie s'appuyant sur le pouvoir de l'information et de la technologie, et non plus sur celui du volume du produit intérieur brut ou du potentiel du secteur manufacturier (lire pages 1, 18 et 19 l'article de Herbert I. Schiller).

Existe-t-il une activité intrinsèquement plus mondialisatrice que le commerce, une idéologie plus indifférente au destin des nations que le capitalisme, un défi aux frontières plus audacieux que le marché? A bien des égards, les firmes géantes jouent souvent un plus grand rôle dans les affaires internationales que les nations ou les ethnies. Nous les appelons "multinationales", mais les qualificatifs de "postnationales" ou d' "antinationales" seraient plus appropriés. Elles rejettent toute idée de frontières ou de provincialismes, qui les brideraient dans le temps ou dans l'espace. "Sur la planète Reebok, claironne la campagne du fabricant de chaussures de sport, il n'y a pas de frontières."

Aux Etats-Unis, sur un autocollant populaire en faveur du protectionnisme, on pouvait lire: "Les vrais Américains achètent américain", et beaucoup de citoyens estiment que l'Accord de libre-échange nord-américain (Aléna) a bradé les intérêts des travailleurs. Mais quelle est la voiture la plus "américaine"? La Chevy, fabriquée au Mexique avec des pièces détachées importées d'autres pays, puis réexportée aux Etats-Unis pour des consommateurs pensant acheter américain? La Ford, fabriquée en Allemagne par de la main-d'oeuvre turque pour être exportée au Nigeria? Sur le

marché mondial, les facteurs déterminants ne sont plus ni le capital, ni le travail, ni les matières premières, mais plutôt la façon dont ces trois éléments sont manipulés par l'information, la communication et l'administration, ces véritables leviers de la nouvelle économie.

Ces leviers, plus virtuels que concrets, résistent aux réglementations physiques et territoriales des organes de contrôle gouvernementaux déjà entravés par l'idéologie de l'Etat minimal. Un grand nombre d'analystes acceptent désormais comme allant de soi le concept d'entreprise virtuelle, qui, lancé il y a quelques années par Robert Kuttner, semblait alors original. Kuttner pensait à une entreprise qui n'était plus une entité physique, avec une implantation ou une mission fixes, mais un ensemble, en perpétuel mouvement, de relations temporaires raccordées par un réseau d'ordinateurs, de téléphones et de télécopieurs.

Ainsi définie, comment la mondialisation pourrait-elle être compatible avec la conception traditionnelle de la souveraineté nationale et démocratique? Certes, les nouvelles contraintes des marchés sont invisibles, voire agréables, assorties d'une rhétorique plaisante de liberté de choix et de liberté du consommateur. "Nous vous offrons la liberté, proclame une publicité pour une chaîne de fabriques de pommes de terre cuisinées du Midwest américain, parce que nous vous donnons le choix de la sauce d'accompagnement." (!) La liberté mondiale ressemble de plus en plus au choix de la sauce d'accompagnement du seul plat disponible.

Dans les années 60, Herbert Marcuse prédisait la réduction de l'individu à une seule facette: un conformisme asservi par la technologie plutôt que par la terreur, et dans lequel la civilisation ne produirait plus qu'un "homme unidimensionnel" (3). Mais, à cette époque, l'autre versant de la dialectique de Marcuse - la capacité de contestation - dominait, et sa prophétie parut excessive. Même s'il sentait monter les tendances totalisantes, voire totalitaires, de la culture industrielle, il pressentait que des forces pourraient briser cet enfermement (lire, pages 22 et 23, l'article de Gilles Châtelet).

Aujourd'hui, la capacité du marché à assimiler différences et contestations et à brouiller toutes les oppositions idéologiques, grâce au flou entretenu entre information et spectacle, remet les craintes de Marcuse à l'ordre du jour. Le consumérisme mondial fait planer le danger d'une société dans laquelle la consommation devient l'unique activité humaine, et donc ce qui définit l'essence de l'individu. L'unidimensionnalité acquiert une réalité géospatiale palpable dans l'architecture des galeries marchandes, où les places publiques ont été remplacées par des espaces privés destinés à optimiser le commerce. Elles sont emblématiques de Privatopie, cette nouvelle ville en marge de la société du plus grand nombre - vulgaire, multiraciale et dangereuse -, qui offre un univers de calme et de sécurité placé sous haute surveillance.

Les thuriféraires du marché continuent à considérer ce type de critique comme une resucée des prophéties, à leurs yeux fumeuses, de Herbert Marcuse. Beaucoup soutiennent que la société de consommation, même si elle dégrade le goût, multiplie les possibilités de choix, créant ainsi une démocratie des consommateurs. Mais les relations qui se nouent sur le marché ne sauraient remplacer celles de la société. Le problème ne se situe pas avec le capitalisme en tant que tel, mais avec l'idée que, à lui seul, le capitalisme peut répondre à tous les besoins humains et fournir la solution à tous les problèmes. Et, de même qu'autrefois certains progressistes croyaient qu'un gouvernement paternaliste pouvait résoudre tous les problèmes, les conservateurs antiétatistes sont convaincus non seulement que l'Etat ne peut résoudre aucun problème humain, mais que le marché peut réussir partout où l'Etat a échoué.

Une désastreuse confusion s'est installée entre l'affirmation raisonnable - et largement fondée - qu'un marché régulé avec souplesse reste l'instrument le plus efficace de la productivité économique et de l'accumulation de la richesse et la prétention délirante selon laquelle un marché libre de toute réglementation serait l'unique moyen de produire et de distribuer tout ce à quoi nous tenons: des biens durables aux valeurs spirituelles, de la reproduction du capital à la justice sociale, de la rentabilité du moment présent à la préservation de l'environnement pour le prochain siècle, de Disneyland à la haute culture, du bien-être individuel au bien commun. Cette prétention conduit certains à préconiser le transfert au privé de secteurs aussi clairement publics que l'éducation, la culture, le plein emploi, la protection sociale et la survie des milieux naturels. Et pourquoi pas l'externalisation à des sociétés commerciales de la chaise électrique?

Le gouvernement que l'on démantèle en notre nom est en réalité le seul garant de nos libertés et de nos intérêts communs. Le détruire, ce n'est pas nous émanciper, mais nous faire passer sous le joug des entreprises mondiales et du matérialisme consumériste. Cette évidence a d'ailleurs été admise par des conservateurs américains tels MM. William Bennett et Patrick Buchanan. Les marchés ne sont pas là pour faire ce qui incombe aux communautés démocratiques. Ils nous permettent, en tant que consommateurs, de dire aux fabricants ce que nous voulons. Ou plutôt ils permettent aux fabricants, via la publicité et la persuasion culturelle, de nous dire ce que nous voulons. En tout cas, ils nous empêchent de dialoguer entre citoyens pour discuter des conséquences sociales de nos choix privés de consommateurs. Le consommateur peut désirer une voiture capable d'atteindre 220 km/h, mais le citoyen voter pour une limitation de la vitesse qui économisera l'essence et préservera la sécurité sur les routes.

Les marchés sont contractuels plutôt que communautaires. Ils flattent notre ego individuel, mais laissent insatisfaite notre aspiration au bien commun. Ils offrent des produits durables et des rêves éphémères, mais ne créent pas d'identité ou d'adhésion collective. C'est ainsi qu'ils ouvrent la voie à

des formes identitaires et non démocratiques, comme le tribalisme. Si nous ne pouvons garantir aux communautés démocratiques l'expression de leur besoin d'appartenance, des communautés non démocratiques rempliront le vide ainsi créé, au détriment de la liberté et de l'égalité. Les gangs prendront la place des associations de quartier; les tribus de sang celle des regroupements de volontaires.

Le marché assure à ceux qui en ont les moyens les biens qu'ils désirent, mais pas les vies auxquelles ils aspirent; la prospérité pour quelques-uns, le désespoir pour beaucoup, et la dignité pour personne. Les quelque vingt-six mille organisations non gouvernementales internationales ne sont pas de taille à lutter contre les cinq cents premières firmes multinationales de McWorld recensées par le magazine américain Fortune. Qu'est-ce que le Pentagone, comparé à Disneyland? Le Pentagone a peur de risquer la vie d'un seul soldat américain, alors que Disney a toutes les audaces: l'entreprise a fondé une "communauté" de villages résidentiels à Celebration, en Floride, a récupéré - et aseptisé - Times Square à New York, et tenté de recréer les champs de bataille de la guerre de Sécession sur les terrains "ne servant à rien" où eurent lieu les combats au siècle dernier.

La United States Information Agency (USIA) est-elle plus habile que Hollywood pour faire rayonner l'image des Etats-Unis? Que pèsent les Nations unies ou le Fonds monétaire international (FMI), confrontés à la crise financière asiatique, par rapport aux 1 500 milliards de dollars qui transitent chaque jour sur les marchés des changes?

Incapables de satisfaire les besoins des communautés démocratiques, les marchés ne savent pas davantage se réguler pour survivre. Ils sont incapables de produire les anticorps nécessaires à leur propre protection contre les virus du monopole et de la rapacité qu'ils portent en eux. Livrés à eux-mêmes, ils se "dégraissent" jusqu'à licencier effectivement non seulement leurs employés, mais aussi leurs consommateurs, qui, comme Henry Ford l'avait bien compris, ne font qu'un. Tel est bien le paradoxe de McWorld: il détruit l'assise financière des consommateurs dont il a besoin en leur vendant des produits à des prix plus compétitifs; il surproduit des biens et sous-produit de l'emploi, incapable de voir que les deux sont interdépendants.

Casser toutes les résistances

LES avocats de la privatisation prétendent que les marchés sont, par essence, démocratiques. C'est, une fois encore, confondre les choix privés du consommateur et les choix civiques du citoyen. La liberté de choisir entre vingt-sept variétés d'aspirine et celle d'opter pour un système de santé universel ne sont pas comparables. Mais la prétendue autonomie des consommateurs permet aux marchands de tenir un discours populiste: si vous n'aimez pas l'homogénéité de McWorld, n'incriminez pas ses pourvoyeurs, mais ses consommateurs.

Comme si les quelque 200 milliards de dollars dépensés aux Etats-Unis pour la publicité n'étaient là que pour le décor! Comme si les goûts des consommateurs étaient créés à partir de rien! Comme si les désirs et les besoins sur lesquels les marchés prospèrent n'étaient pas eux-mêmes engendrés et façonnés par ces mêmes marchés! Comme si ce qu'un récent essai publié dans le New Yorker a appelé la "science de l'achat" n'était pas devenue une activité lucrative pour les consultants de l'industrie de la consommation, qui enseignent aux détaillants comment disposer stratégiquement les produits et créer une ambiance propice à l'achat dans leurs magasins!

Avec la saturation des marchés traditionnels et la surproduction de biens (4), le capitalisme ne peut plus se permettre de servir seulement les besoins réels des consommateurs. Ces besoins sont créés par la promotion, le conditionnement, la publicité, la persuasion culturelle, afin d'absorber l'offre des industriels. Alors que l'ancienne économie des biens matériels visait le corps, la nouvelle économie des services immatériels prend pour cible la tête et l'esprit. "Je ne veux pas que les clients aient l'impression de déambuler dans un magasin de vêtements, explique la styliste Dona Karen, je veux qu'ils aient l'impression de se promener dans un environnement nouveau, que je les soustrais à leur existence quotidienne pour leur faire vivre une expérience qui n'a rien à voir avec les vêtements et qui exprime leur identité en tant qu'individus."

Pour créer une demande mondiale de produits américains, les besoins doivent également être fabriqués à la même échelle. Pour les grandes marques - Coca-Cola, Marlboro, Nike, Hershey, Levi's, Pepsi, Wrigley ou McDonald's -, vendre des produits américains, c'est vendre l'Amérique: sa culture populaire, sa prétendue prospérité, son imaginaire et même son âme. Le marketing porte autant sur les symboles que sur les biens, et il ne vise pas à commercialiser des produits, mais des styles de vie et des images: le citadin aisé, le cow-boy austère, les stars de Hollywood, un jardin d'Eden sans frontières, la conscience sociale, le "politiquement correct", un univers commercial envahi et souvent - de manière ironique - dominé par les images de la vie des Noirs dans les ghettos. Mais des Noirs genre rappeurs décontractés, à la Michael Jordan, plutôt que du type du marginal vivant de l'aide sociale et promis à la prison.

Les ventes de Coca-Cola ont peu d'avenir chez les buveurs de thé: en Asie, la firme d'Atlanta a déclaré la guerre à la culture indienne du thé. La tradition des longs déjeuners pris à la maison dans les pays méditerranéens fait obstacle au développement des fast-foods: les chaînes qui s'y implantent actuellement y sapent les valeurs familiales aussi sûrement que les films d'action hollywoodiens. Dans la culture du fast-food, le travail est primordial et les relations humaines secondaires, le rapide prend le pas sur le lent, et le simple l'emporte sur le complexe.

De même, des transports en commun efficaces freinent les ventes d'automobiles et portent ainsi préjudice aux industries de l'acier, du ciment, du caoutchouc et du pétrole. Le mode de vie agricole

traditionnel (lever à l'aube, travail au champ du matin au soir et coucher au crépuscule) est difficilement compatible avec la consommation télévisuelle. Les gens qui ne s'intéressent pas au sport sur le petit écran achètent peu de chaussures de tennis. La logique morale de l'austérité, qui séduit les chrétiens et musulmans authentiques ainsi que les ascètes laïques, fait obstacle à la logique économique de la consommation. Les fabricants de cigarettes doivent cibler les jeunes puisque leurs produits ont tendance à décimer leurs consommateurs plus anciens.

La plupart des nouveaux gadgets technologiques, censés nous "libérer" du bureau, nous emprisonnent en fait dans une sphère du travail en constante expansion. En guise d'autonomie, les fax, les téléphones mobiles et autres modems pour ordinateurs personnels ne nous livrent-ils pas pieds et poings liés aux tentacules électroniques du travail "partout et tout le temps"? Le baladeur, invitation à écouter de la musique au bureau ou dans son temps libre, pousse à acheter des cassettes pour vingt-quatre heures d'écoute quotidienne. Il entraîne d'autres consommations liées au jogging: cassettes et chaussures de sport. Inversement, les chaussures de sport font vendre des baladeurs et des cassettes.

Dans le McWorld de la souveraineté des marchés, les dirigeants des grandes entreprises ne sont-ils pas condamnés à être des citoyens irresponsables? Et, pour écouler tout ce qui doit être vendu, les citoyens à temps partiel doivent-ils se transformer en consommateurs à plein temps? C'est pourquoi les vieilles places et les centres-villes aux activités diversifiées sont désertés au profit de complexes commerciaux clos qui n'ont rien d'autre à offrir que du commerce. Ces complexes s'ingénient à fabriquer un homme nouveau adapté à leur obsession du profit.

Les centres commerciaux constituent les capitales et les parcs à thème de l'univers en expansion de McWorld. On n'y trouve ni théâtre de quartier, ni dispensaire pour les soins aux enfants, ni endroit d'où l'on puisse haranguer les passants, ni lieu de culte, ni mairie, ni coopérative agricole, ni école... Uniquement des séries de magasins exigeant de nous défaire de notre identité, excepté celle de consommateur, de renoncer à notre citoyenneté pour mieux goûter au plaisir solitaire de faire des emplettes.

Il existe une illusion plus ancienne et plus fondamentale que celle de l'autonomie du consommateur: celle selon laquelle les marchés sont démocratiques et même encore plus libres que les consommateurs eux-mêmes. Une concurrence capitaliste à peu près loyale n'a pourtant commencé à exister que sous l'oeil vigilant de gouvernements démocratiques pratiquant des politiques keynésiennes. Livrés à eux-mêmes, les marchés sont incapables de parvenir à ce résultat. Autant dire que, en cette période de déréglementation et de retrait de l'Etat, la vitalité des marchés concurrentiels n'a jamais été aussi gravement menacée. Surtout quand un même secteur économique

regroupe à la fois information, spectacle et télécommunications, le "télé-secteur de l'info-spectacle", où fusions et monopoles deviennent la règle (5).

Après avoir dompté Le Roi Lion et annexé Times Square, Walt Disney a racheté Capital Cities/ABC pour la somme de 19 milliards de dollars et possède l'équipe de base-ball des Anaheim Angels. La News Corporation de M. Rupert Murdoch s'est offert l'équipe des Los Angeles Dodgers pour animer son réseau et la Fox Television Network, pour concurrencer les Atlanta Braves de M. Ted Turner (vice président de Time-Warner) et les Florida Marlins de M. Wayne Huizinga (Blockbuster Video). Pourquoi posséder des réseaux de diffusion ou des chaînes câblées si l'on n'a pas de programmes à proposer?

Restera-t-il des citoyens?

LE concept au nom duquel se construit cette intégration verticale frénétique porte le nom de "synergie". Une manière de ne pas dire "monopole". A l'instar de la plupart des conglomérats de McWorld, Disney possède non seulement des studios de production, des parcs à thème, des équipes sportives, mais aussi des maisons d'édition, des stations de télévision, des journaux, des villes nouvelles... Un chef d'entreprise s'est émerveillé de la stratégie commerciale de Disney, qui, en rachetant ABC, a atteint une dimension plus que mondiale: universelle. Sur le même modèle, Paramount acquiert Simon and Schuster, qui détient Madison Square Garden et une équipe de basketball (Knicks) et de hockey (Rangers), juste avant d'être elle-même rachetée par le câblo-opérateur Viacom. Le gros poisson est mangé par plus gros que lui.

Si l'on est constructeur informatique, il faut racheter une société de logiciels. Si l'on possède des stations de télévision, il faut acquérir des catalogues de films: c'est ce qu'a fait M. Ted Turner en rachetant et en colorisant celui de la MGM; ou encore M. Bill Gates, le patron de Microsoft, qui a acheté les droits des collections de musées qui seront disponibles sur ses cédéroms.

M. Bill Gates a installé gratuitement Explorer, son outil de navigation sur la Toile, sur tous les ordinateurs livrés avec son logiciel Windows afin de mettre son concurrent Netscape hors jeu. A tel point que le département de la justice a dû sortir de sa torpeur et prendre des mesures anti-trust (lire, page 18, l'article de Philippe Rivière) (6). La News Corporation de M. Rupert Murdoch s'est servie de sa société d'édition (Harper Collins) pour étendre son empire en Chine: un contrat signé avec l'ancien gouverneur de Hongkong, M. Christopher Patten, fut annulé, le manuscrit ayant été jugé trop critique à l'égard de Pékin. Dans McWorld, la théorie du pluralisme des valeurs et de la liberté de choix est froidement démentie par la pratique.

Il fut un temps où, entre les pôles de l'Etat et ceux du marché, existait une possibilité de voie moyenne, mais vitale. C'est sur la société civile que reposa, dans les premiers temps, l'énergie démocratique et le militantisme civique américains. Une de ses grandes vertus était de partager avec

l'Etat le sens de la chose publique et le respect de l'intérêt général et du bien commun. La société civile pourrait servir de médiateur entre l'Etat et le secteur privé, entre l'identité farouchement sauvegardée d'une tribu refermée sur elle-même et celle, en voie d'extinction, du consommateur solitaire. Entre le Djihad et McWorld. Faute de trouver une troisième voie entre l'Etat et le marché, nous survivrons peut-être en tant que consommateurs, mais nous n'existerons plus comme citoyens.

Notes:

- (1) Francis Fukuyama, *La Fin de l'histoire et le Dernier homme*, Flammarion, Paris, 1992.
- (2) Paul Kennedy, *Naissance et déclin des grandes puissances*, Payot, Paris, 1989.
- (3) Herbert Marcuse, *L'Homme unidimensionnel*, Editions de Minuit, Paris, 1968.
- (4) Lire William Greider, *One World, Ready or Not: The Manic Logic of Global Capitalism*, Simon & Schuster, New York, 1997.
- (5) Cf. Frédéric Clairmont, "Ces 200 sociétés qui contrôlent le monde", et Ignacio Ramonet, "Apocalypse médias", *Le Monde diplomatique*, avril 1997.
- (6) Lire également Ralph Nader et James Love, "Microsoft, monopole du prochain siècle", *Le Monde diplomatique*, novembre 1997.

980801MD10836

Juillet 1984, page 22

fiche documentaire: Análise de livro de Armand Mattelart, Xavier Delcourt e Michelle Mattelart Ass: cultura, informação, comunicação

LA CULTURE CONTRE LA DEMOCRATIE?

IGNACIO RAMONET

Les mutations technologiques, dont on parle tant, atteignent une formidable intensité dans le domaine de l'audiovisuel: cinéma et télévision. L'arrivée des satellites de télédiffusion directe, du câble et des réseaux microinformatiques bouleversent et transforment la production et la diffusion des programmes audiovisuels. La pratique commerciale, à l'heure des films transnationaux, se trouve aussi radicalement changée; son agressivité en est décuplée. Tout cela contraint à réévaluer, après une décennie d'analyses assez manichéennes, les véritables enjeux politiques et culturels d'une mutation si forte.

C'est la tâche que se sont fixée Armand Mattelart, Xavier Delcourt et Michelle Mattelart, auteurs de cet ouvrage qui "constitue le rapport final d'une mission de recherche demandée par la ministère français de la culture". Ils analysent d'abord les déséquilibres qui marquent les flux internationaux en matière de culture, d'information et de communication. Ils décrivent ensuite les liens entretenus par la culture et l'industrie à l'heure de la restructuration et de la modernisation. Ils tentent également de définir des formes nouvelles de solidarité entre les possibles partenaires d'un espace audiovisuel, aussi bien entre le Nord et le Sud qu'entre le Sud et le Sud. Enfin, et c'est l'apport principal, ils soulignent les contradictions qu'affronte l'industrie des programmes "lorsqu'elle tente de concilier l'expression démocratique des spécificités et la conquête des marchés extérieurs". Toute cette problématique se révèle passionnante, et l'ouvrage - auquel ont collaboré de nombreux spécialistes du tiers-monde - est truffé de faits, de données et d'informations peu connus. Reste un regret: que le style, dur, aride, du rapport original n'ait pas été amélioré.

Notes:

La Découverte, coll. "Cahiers libres", Paris, 1983, pages, 69 F.

LE DIALOGUE DES CULTURES, FACTEUR D'ENRICHISSEMENT

NUCCI CHRISTIAN. *Ministro delegado do Ministro das Relações Externas, encarregado da cooperação e do desenvolvimento.*

LE dialogue entre les cultures constitue sans doute la forme la plus élaborée et la plus convaincante des relations de coopération entre Etats. Par son histoire, par la richesse de sa capacité créatrice, la France en est un des plus ardents animateurs.

En juin dernier, était inaugurée, à l'occasion de la visite officielle de M. Rajiv Gandhi, l'année de l'Inde, avec le grand Mela. C'est encore l'Inde qu'on célèbre à Avignon avec le Mahabharata, ou au Festival d'automne.

L'année prochaine, comme le président Sarney et le président de la République en sont convenus, l'initiative France-Brésil comprendra de nombreuses manifestations culturelles au-delà du traditionnel et populaire carnaval de Rio. Ce sera l'année du Brésil. Le prochain Festival d'Avignon fera aussi une place à des spectacles africains.

Les cultures du Sud aspirent à la reconnaissance. Elles constituent le creuset de toutes les mutations politiques et sociales. Elles sont, enfin, des sources de production encore inexploitées et largement confidentielles pour les industries culturelles dévoreuses de la société cathodique.

La culture noire a pourtant montré la voie. La culture française dans ses différentes composantes découvre l'Afrique ou vient s'y ressourcer, comme l'illustrent quelques exemples connus de tous: Jacques Higelin avec son orchestre de vingt-huit musiciens africains, Youssen N'Dour et Mori Kanté, Julien Clerc, qui chante avec l'Ivoirien Alpha Blondie ou sur les rythmes des tam-tams sénégalais.

Mangues, lychees, fruits de la passion, nems, riz au poisson, venus d'Afrique ou d'Asie, nous deviennent habituels, tout comme la grande diversité des restaurants exotiques parisiens. La mode elle-même se drape de boubous et de pagnes et introduit les créateurs africains dans le gotha de la haute couture.

Le Sud est parmi nous, par son rythme, par ses mélodies, par ses saveurs; par ses formes. C'était le message que la manifestation Nord-Sud 85 de la Défense, les 20 et 21 septembre, avait l'ambition de transmettre. Plus de cent mille personnes y ont participé.

De la même façon, le spectacle organisé dans le cadre du colloque sur les droits de l'homme des 30 et 31 mai dernier associait culture du Sud et liberté.

Tout cela n'est pas si nouveau, dira-t-on. Cela est vrai sans doute. La fuite rimbaldienne dans le Harare; Picasso, Braque, le cubisme et la grande révolution plastique des premières années du siècle; Joséphine Baker, la Revue nègre et la folle période des années 20; les Beatles et Ravi Shankar témoignent de ce métissage culturel dont le poète-président Léopold Sedar Senghor s'est fait l'apôtre ardent: "Assimiler et non être assimilés." Ma génération a dansé ou rêvé sur des mélodies et des rythmes venus de Harlem, de la Caraïbe ou d'Amérique du Sud.

C'est par le métissage que les cultures "enrichies de leurs différences" sortent de leur isolement frileux. Les civilisations noires de la vallée du Nil n'ont-elles pas fécondé la civilisation hellénique, mère nourricière de l'Occident?

Mais ce choc des cultures que Cheik Hamidou Kane décrit avec grande finesse dans l'Aventure ambiguë est ressenti en Afrique comme un déchirement entre le passé et le présent, entre le désespoir et l'espoir. Ces exemples empruntés à la littérature africaine moderne foisonnent. Il suffit de mentionner ces Toiles d'araignée d'Ibrahima Ly, qui, comme le rappelle Catherine Coquery-Vidrovitch dans son livre Afrique noire, content le destin tragique d'une jeune paysanne victime d'avoir voulu affirmer sa personnalité et vivre sa liberté, ou le très beau film de Désiré Ecaré, Visages de femmes.

Aujourd'hui, le développement de la communication accentue ce brassage culturel: par la prolifération des moyens d'information, par la multiplicité des voyages et du tourisme, par la présence des travailleurs migrants du Sud dans les pays du Nord et de leurs enfants dans nos écoles, par celles de nombreux étudiants qui fréquentent nos universités et aussi par le flux des coopérants qui séjournent dans le tiers-monde.

Ce phénomène qui mêle le Sud et le Nord a, bien entendu, son symétrique, et c'est par ces mêmes échanges que le Nord se mêle au Sud.

On ne dira jamais assez que le développement a une composante culturelle essentielle et que les diversités culturelles sont un facteur d'enrichissement.

Mais nous avons peut-être trop oublié qu'il convenait, pour amorcer un développement librement consenti, de rejeter tant la transposition du modèle occidental que le repli sur les traditions.

S'il faut donc prendre garde de ne pas entretenir le conservatisme, il convient aussi de ne pas sous-estimer les effets fâcheux qu'une mutation trop rapide peut entraîner. La civilisation occidentale ne détient en aucune façon les valeurs de référence. Respectueux des autres, l'Africain a soif d'égards. CETTE aspiration à la reconnaissance par la civilisation occidentale n'est pas l'apanage de l'Afrique. Elle n'est, au fond, que la manifestation d'un Bandoung culturel à retardement.

La France y est préparée. A l'heure de la décentralisation, de l'émergence des cultures régionales, notre pays a une haute idée de ce que doivent être les relations entre partenaires du Nord et du Sud.

Il paraît naturel que les peuples du Sud fondent eux-mêmes leurs nouvelles cultures, par une symbiose progressive entre les sources traditionnelles et les apports extérieurs. En un mot, la culture est toujours plus ou moins métissée.

Les jeunes du Sud le sentent et le vivent: un art de la rue est en train de naître, une musique composite rythme la vie de Poto-Poto et de Treichville, les "sapeurs" congolais. Dans leur rôle de dandies, servent de référence à de nombreux jeunes.

La politique française de coopération en matière culturelle s'est peu à peu adaptée à cette réalité.

L'action menée par nos centres culturels en Afrique, notamment, mais aussi en Asie et en Amérique latine, témoigne du souci que nous avons, depuis de nombreuses années, d'éviter tout impérialisme culturel. Loin d'être des sanctuaires de la francophonie, de la culture et de la technologie françaises, des "vitrines" en quelque sorte de l'Occident, ces centres ont su être des lieux d'échanges ouverts à nos partenaires.

Par l'appui matériel (livres, revues, équipements audiovisuel et les actions de formation à l'utilisation de ces équipements (photo-clubs, caméra-clubs, clubs de lecture, groupes musicaux, etc.), nos centres culturels s'efforcent de répondre aux aspirations de nos partenaires avides de recréer leur identité en l'enracinant, grâce aux technologies modernes, dans leurs propres valeurs spirituelles.

De la même manière, notre politique du livre et de l'édition permet, par un accord contractuel avec les Etats, de doter les bibliothèques des provinces de ces ouvrages qui sont, pour beaucoup, l'unique moyen d'ouverture sur l'extérieur. Par l'appui aux éditeurs locaux, et les soutiens apportés à des éditeurs français, les auteurs du Sud peuvent être publiés, donc lus chez eux et chez nous.

La France, depuis quatre ans, aide également à la reconstitution des archives nationales de plusieurs pays africains, affirmation de leur identité par réappropriation de leur passé.

Citons aussi l'appui au cinéma et à l'expression audiovisuelle des pays du Sud. Pendant de nombreuses années, la France a pu se féliciter d'avoir participé à l'émergence d'un cinéma africain et malgache, par le soutien aux auteurs et aux producteurs. Sembene Ousmane et Désiré Ecaré ont maintenant un renom international.

Les télévisions nationales de nombreux pays africains bénéficient d'un effort comparable.

La France s'engage donc, sans complexes, sans arrière-pensées, et avec conviction, dans la voie du soutien à la diversité et à l'identité culturelles.

Elle a ainsi, au fond, la prétention de contribuer, à la place qui est la sienne, avec la sensibilité qui lui est propre, à cette grande ambition qu'est le dialogue des cultures.

Novembre 1996, page 25

fiche documentaire: Artigo. Ass: Cultura

L'INVISIBLE "COLONISATION" JAPONAISE, Signes D'orient Dans La Vie Quotidienne

MARC BOSCHE, Professor da Escola Superior de Ciências Económicas e Sociais, Paris

MOINS agressive que l'américanisation des styles de vie, la pénétration culturelle de l'Extrême-Orient en Europe n'en est pas moins réelle. Des productions symboliques japonaises "colonisent" en douceur les sociétés occidentales. Cette influence pénètre par l'intermédiaire de produits nouveaux, d'images ainsi que de modèles industriels et de gestion. Les jeunes générations y sont particulièrement sensibles.

Le psychanalyste Carl Gustav Jung soulignait, dans son autobiographie, que le sort des colonisateurs était d'être secrètement envahis par la culture des vaincus (1). Le cas du Japon paraît confirmer cette affirmation. Occupé par l'armée américaine en 1945, ce pays ne cesse de renforcer son influence dans les sociétés occidentales, même si cela demeure souvent inaperçu.

Cette fascination passe moins par les idéologies politiques et les religions institutionnelles que par des objets. Le télécopieur, par exemple, s'est développé massivement en Asie, à l'initiative de constructeurs asiatiques. Il permet de transmettre facilement les idéogrammes chinois, et les caractères des autres langues asiatiques, sans dépendre du clavier conçu pour l'alphabet romain (2). Le télécopieur s'est répandu dans le monde entier, mais on a oublié que son traitement analogique du signe est un impératif dicté par les nécessités des langues asiatiques.

Multiplication aussi des objets portables, du discman au Caméscope en passant par les téléphones cellulaires et les micro-ordinateurs. Ces derniers doivent une bonne part de leur popularité aux efforts de la firme Toshiba dans les années 80. L'engouement pour ces machines à faible encombrement est lié à l'exiguïté des plans de travail dans les bureaux paysagés japonais. Le portable, produit par les marques transnationales, est un objet qui a modifié la manière de travailler sur écran, sans même qu'on y ait prêté attention.

On ne perçoit pas toujours la signification de ces phénomènes de prolifération. Pour les Occidentaux, la culture est souvent comprise comme un corpus d'idées et de valeurs, non comme un

flux d'objets usuels. Cette capacité d'ignorer, voire même de dénier, l'influence de l'Extrême-Orient n'est pas nouvelle.

On enseignait, il y a quelques années encore, que l'imprimerie était une invention européenne. Or l'imprimerie à caractères mobiles, en bois et en métal, était connue en Chine et en Corée dès le début du XIV^e siècle (3). On possède d'ailleurs un ouvrage coréen imprimé avec des caractères mobiles en métal datant de 1397.

Selon le sociologue Marshall Sahlins, la culture, c'est aussi cette prolifération d'objets elle-même, cette inflation de la consommation pour elle-même (4). Ceux qui contrôlent les signes de cette prolifération et qui la dotent de normes et de critères deviennent en quelque sorte les maîtres de ce jeu de signes - et peut-être aussi de ce jeu de sens. Leur socioculture devient dominante, même s'il est difficile, à l'heure des firmes transnationales, de spécifier l'origine de sa création. On peut y distinguer quelques grandes influences culturelles nationales. Et si l'omniprésence du style de vie à l'américaine dans les biens et les services qui envahissent l'Europe est réelle, on doit aussi reconnaître que des productions symboliques japonaises et asiatiques s'y mêlent.

Un autre mode de vie

CETTE mode culturelle concerne aussi les méthodes de production et de travail en groupe. La culture d'entreprise, les cercles de qualité, le zéro défaut, les flux tendus, les ateliers flexibles, le contrôle de la qualité totale, la réduction programmée des coûts ont, en effet, grandi au Japon.

On se rassure en soulignant que certains de ces concepts - les cercles de qualité, le contrôle de la qualité - avaient été formulés, voire expérimentés initialement en Occident. Il n'en reste pas moins que les nouvelles règles du jeu de la "logistique" et de la "productique" sont venues du Japon. Les ingénieurs occidentaux s'en sont emparés dans leurs usines dans les années 80. Ces concepts modèlent, par l'intermédiaire de chaque salarié, la culture des pays concernés. Travailler dans l'ambiance de la qualité totale, où chaque geste compte, où la vigilance exigée est importante, où la responsabilité devient une dimension fondamentale du travail, n'est pas neutre.

Ces méthodes se sont introduites aux Etats-Unis au début des années 80, tout particulièrement dans l'automobile, premier secteur touché par la concurrence japonaise. Succès de librairie, l'ouvrage de William Ouchi, *Theory Z*, publié en 1981 (5) au retour d'un voyage d'études au Japon, a constitué

l'un des premiers signes d'un renouvellement des modes de gestion de la production entraîné par le succès économique nippon.

En dehors du monde du travail, cette influence est perceptible aussi, en Europe, dans les centres commerciaux, à travers la diffusion d'un mode de vie "à la japonaise": les futons (canapés-lits) sont adoptés pour meubler de manière peu encombrante les chambres des jeunes. Il suffit de feuilleter un catalogue de mobilier ou de décoration intérieure pour constater que le Japon y est présent en filigrane: claustras tapissées de papier translucide en arrière-plan, bonsaïs, tables basses, etc. Les boutiques de création de mode s'inspirent également de l'esthétique japonaise. L'idée d'espaces de vente aux murs blancs et nus, où les vêtements sont suspendus à des cintres, sans autre artifice de décoration, est une idée japonaise.

Qui aurait dit, enfin, il y a vingt ans, que de jeunes Européens adopteraient le karaoké (6), cette conception si asiatique du loisir, qui permet de chanter en public, accompagné par la restitution sur disque vidéo laser de la chanson qu'il interprète?

Les plus visés par cette "colonisation" sont les enfants. Ils lisent de plus en plus de bandes dessinées japonaises, qui constituent désormais en Europe un fait de société. Cet engouement pour les mangas vient des dessins animés japonais (souvent coproduits avec les Américains), programmés plusieurs heures par jour à la télévision. Sans parler des jeux électroniques et de leur univers de compétition et de violence. L'un des acteurs majeurs sur ce marché est la firme Nintendo, une PME de Kyoto d'à peine un millier de personnes, mais qui a été en 1992 l'entreprise du Japon ayant dégagé le plus de profits. Les "game boys" sont relayés par les "playstations" Sony et les "Saturn" de Sega. Des études menées aux Etats-Unis au début des années 90 montraient que Mario, le petit personnage emblématique de la firme Nintendo, était devenu plus populaire que Mickey...

Les enfants d'Occident vivent plusieurs heures par jour dans un environnement (programmes et machines) conçu selon des critères japonais: dessins animés, jeux vidéo, bandes dessinées, baladeurs, minichaînes, magnétoscopes. Lorsqu'ils deviennent adolescents, ce sont encore des productions culturelles japonaises qui les accueillent: disques compacts du répertoire Sony Music, appareils photo numériques, Caméscopes, motos, futons, micro-ordinateurs portables, préservatifs ultrafins made in Japan, etc.

L'ancien dirigeant d'Apple, John Sculley, soulignait la conformité de ses ordinateurs avec les critères de miniaturisation venus de l'archipel du Soleil-Levant: "L'une des causes du succès éclatant du Japon réside dans la tendance à réduire les objets à leur forme la plus simple et la moins volumineuse. (...) L'approche japonaise consiste à réduire le monde pour en comprendre l'essence, l'exprimer et la manipuler. Les bonsaïs, les mini-transistors qui ont permis au Japon de pénétrer en force dans le commerce international après la guerre résultent de cette tendance à miniaturiser les choses. Dans sa philosophie, Apple a été guidée par les Japonais. Ce n'est pas un hasard si, au moment de son lancement, le Macintosh était le plus petit ordinateur de bureau jamais fabriqué (7)."

Cependant, la signification de la miniaturisation n'a pas toujours été bien assimilée par les firmes occidentales. Celle-ci a été comprise comme une simple réduction de la taille des objets usuels. Or cette démarche porte en elle autre chose. Sony commercialise depuis 1979 des magnétophones qui tiennent dans la poche. Comme l'écrit son patron, Akio Morita: "La miniaturisation, les formes ramassées ont toujours séduit les Japonais: nos coffres pouvaient s'emboîter, nos éventails se repliaient, nos tableaux s'enroulaient (8)." Dès 1952, Sony travaille à des projets de produits électroniques plus petits que ceux de la concurrence américaine. Akio Morita explique l'idée qui a conduit dans les années 50 à intégrer le transistor aux radios: "Notre objectif était évident: une radio assez petite pour tenir dans une poche de chemise, pas une radio portable, précisai-je, enthousiaste, mais une radio "pochetable" (9)." Une firme américaine, Regency, soutenue par Texas Instruments, lance la radio miniature aux Etats-Unis au début des années 50, peu avant Sony, et... l'abandonne, pensant que ce concept n'avait pas d'avenir!

Un quart de siècle après la radio miniaturisée de Sony, commercialisée avec succès en 1955, les entreprises occidentales d'électronique sont à nouveau prises de court par l'introduction du baladeur en 1979, qui séduit rapidement un vaste public. Ce quart de siècle n'aura pas suffi aux décideurs pour comprendre l'intérêt des objets "pochetables". Ils ont vu dans le baladeur une simple miniaturisation. Les Occidentaux sont ainsi passés à côté de la révolution des objets-nomades, tout en étant envahis par eux.

La démarche est chaque fois identique. Des industriels japonais détectent, en Occident, des idées intéressantes d'innovation. Ils achètent la technologie ou commandent des études à un laboratoire occidental en pointe dans le domaine visé. Ils invitent parfois des créateurs occidentaux à travailler sur des prototypes. Les équipes japonaises se familiarisent avec la nouvelle manière de concevoir la production ou le produit. Les industriels japonais fabriquent alors de nouvelles gammes d'objets qui

intègrent cette expérience. Celles-ci révolutionnent le marché. Coréens, Américains, Européens réagissent en adoptant aussi vite que possible ces innovations, qui s'imposent, en conséquence, à l'échelle mondiale. Il ne reste plus aux chercheurs en management et en ingénierie de la communauté scientifique de langue anglaise qu'à pérenniser cette évolution par leurs écrits.

Akio Morita parlait du taylorisme comme de "la plaie de l'Occident (10)". Les industriels occidentaux continuent de séparer le produit de l'effort mercatique effectué sur celui-ci. Les produits japonais sont conçus, au contraire, à partir d'une idée mercatique, en tant que services nouveaux. Ils sont pensés par rapport à leur fonction. Par exemple, l'appareil photo jetable, le "quicksnap" Fuji répond au désir occasionnel de faire des photos.

Les produits japonais innovants se vendent sans avoir besoin initialement de beaucoup de publicité. Au lieu de se fier aux études de marché, comme le font souvent les industriels occidentaux, les décideurs japonais préfèrent une information générale détaillée, actualisée, et la connaissance des êtres humains... et de leurs désirs. Les cadres des firmes occidentales, formés d'une manière abstraite (loin des ateliers), ne sont pas éduqués à voir l'idée au travail dans la matière. Du fait de leur formation sur le tas et du lien encore vivant avec leur culture traditionnelle (pour combien de temps encore?), les ingénieurs japonais savent comment concentrer l'intensité d'une idée dans une petite quantité de matière.

Grâce à ces qualités intuitives, alliées à la maîtrise des techniques d'organisation, les industriels japonais sont devenus, sans que l'on y prenne garde, les nouveaux dessinateurs des styles de vie. Ils tissent la symbolique du quotidien. Ce qui pénètre l'Occident, à la manière de la pluie qui imbibe une roche poreuse, ce sont des formes symboliques cristallisées dans des produits, des images et des modèles de gestion venus d'Extrême-Orient. Ces productions symboliques se mêlent aux cultures occidentales, pour le plus grand bénéfice des firmes transnationales.

Notes:

(1)Cf. Carl Gustav Jung, Oeuvres complètes, vol. X, p. 64.

(2) Lire Gérard Henry, "Se forger, d'urgence, une identité culturelle", Le Monde diplomatique, juillet 1996.

(3)Cf. Etiemble, L'Europe chinoise, vol. I, p. 33, Paris, Gallimard, 1988.

(4) Marshall Sahlins, Raison utilitaire et raison culturelle, 1976.

(5) William Ouchi, Theory Z: How American Business can meet Japanese Challenge, Reading, Addison-Wesley, 1981.

(6) Cf. VSD, 1er mai 1996.

(7) John Sculley (avec John A. Byrne), De Pepsi à Apple..., Paris, Grasset, 1988.

(8) Akio Morita, Made in Japan, Paris, Robert Laffont, coll. "Vécu", 1986.

(9) Ibidem.

(10) Ibidem.

INDICE

I. REFERÊNCIAS BIOGRAFICAS SOBRE A OBRA	2
II. DADOS SOBRE O AUTOR	2
III. OBJECTIVO DA OBRA	2
IV. DESENVOLVIMENTO DO TEMA CENTRAL	3
V. RESUMO DO LIVRO POR CAPÍTULOS	10
V.1. Resumo de cada capítulo	10
V.1.1. Introdução-O moderno caleidoscópio.	10
V.1.2. Capítulo I. Arte zen contra Titanic.	10
V.1.3. Capítulo II. Fragmentação cultural e sistema mundial.	11
V.1.4. Capítulo III. A revolução industrial, prelúdio à mundialização.	12
V.1.5. Capítulo IV. Panorama mundial das indústrias da cultura.	13
V.1.6. Capítulo V. As políticas culturais.	13
V.1.7. Capítulo VI. A erosão das culturas singulares.	14
V.1.8. Capítulo VII. Um aumento de criações culturais.	15
V.1.9. Conclusão. Questões de democracia.	16
V.2. Referencia a outras obras	17
V.3. Citações	17
VI. APRECIÇÃO GLOBAL DA OBRA	20
BIBLIOGRAFIA	21

I. REFERÊNCIAS BIOGRAFICAS SOBRE A OBRA

Título da obra – A Mundialização da Cultura.

Título original – La Mondialisation de la Culture.

Autor: Jean-Pierre Warnier

Tradução – Luis Filipe Sarmiento

Numero de paginas -120

Edição – 1ª edição, Março 2000, Editorial Noticias, Lisboa.

ISBN – 972-46-1082-9

Edição- 01401029

II. DADOS SOBRE O AUTOR

O autor é professor de etnologia e antropologia na universidade Paris V- René Descartes. Tem vários trabalhos publicados sobre temas africanos, nomeadamente a história económica dos Camarões, tendo-se dedicado recentemente às questões da Cultura e Globalização.

Em 1999 publicou :

Construire la Culture Matérielle

L'Homme qui Pensait avec ses Doigts.

Foi responsável pela direcção de várias obras colectivas tais como:

Le Paradoxe de la Marchandise Authentique. Imaginaire et consommation de Masse(1994) e em colaboração com M.P. Julien, *Corps à Corps avec l'Object. Approches de la Culture Matérielle* (1999).

III. OBJECTIVO DA OBRA

Tendo em consideração que, os produtos designados como “produtos culturais” circulam em todo o planeta e são vendidos a seis mil milhões de pessoas de uma maneira verdadeiramente desigual; Com esta obra, o autor teve como objectivo arranjar uma chave de interpretação do funcionamento do mercado mundial dos bens culturais, do contexto nos quais operam e do seu impacto, atendendo á especificidade destes bens que não são mercadorias vulgares.

IV. DESENVOLVIMENTO DO TEMA CENTRAL

O tema central abordado na obra é a “mundialização da cultura” podendo inserir-se na globalização. Assim procuraremos desenvolvê-lo abordando inicialmente o conceito de globalização, a sua evolução e os desafios que ela coloca às sociedades modernas, por último caracterizando a cultura e as indústrias culturais iremos verificar de que forma estes fenómenos vão interagir com o homem e com a sociedade em que está inserido.

O termo “mundialização” sinónimo de globalização emprega-se em França “beneficiando de um estilo cosmopolita, chique e liberto”¹, por sua vez o termo globalização, de utilização mais universal, foi popularizado em 1990 e aplicava-se às estratégias das empresas multinacionais e como tal passou a caracterizar a economia mundial, mas rapidamente invadiu outros domínios e hoje fala-se da mundialização da economia, da cultura, da informação, dos modos de vida, transportes etc.

A globalização aparece como ponto de referencia para a análise dos caminhos do século XXI², este conceito inspira-se na teoria da “aldeia global”, do professor e sociólogo canadiano Marshall McLuhan, segundo a qual, o desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação social e das tecnologias de informação transformam o mundo numa “aldeia global” onde todos sabemos de todos, em tempo real, em directo e ao vivo, originando a diminuição das distâncias e o encurtamento das noções de espaço e de tempo.

A mundialização “compreende o conjunto de trocas entre as diversas partes do globo, fazendo do espaço mundial o lugar das transações da humanidade”³ o que origina que os países⁴ estejam cada vez mais dependentes uns dos outros. Este processo tem sido acompanhado de uma intensa revolução nas tecnologias de informação, telefones, computadores e televisão, provocando a uniformização da informação, pela popularização destes meios contribuindo de forma surpreendente para a maior integração mundial. Fazendo com que a globalização ultrapasse os limites da economia e da política, e provoque uma certa homogeneização cultural entre os países.

A globalização não é um fenómeno novo, podemos dizer que desde sempre o homem teve tendências “globais”, na medida em que sempre procurou estabelecer relações com outros povos em vários pontos do globo. Contudo pode dizer-se que só com os descobrimentos portugueses, na medida em que foram postos em contacto “universos sócio culturais que apenas estavam em contacto uns com os outros pelas massas continentais interpostas e por

¹ Forrester, Vivianne, Uma estranha ditadura, pg. 7.

² AAVV, Revista do Exército Brasileiro, Volume 134, pg. 6.

³ Germanangue, Marc, Atlas das relações Internacionais, pg. 42.

⁴ As suas economias

ligações marítimas costeiras e lentas”⁵ se pode falar na constituição de um sistema de trocas comerciais à escala mundial. O europeu, descobre sociedades, línguas e costumes que não fazia idéia que existissem, sendo importante para este facto a “revolução da informação”. Esta revolução ocorreu com a prensa tipográfica, a qual ajudou a “criar a idade moderna dos estados nacionais, da revolução científica, da educação publica, da democracia do capitalismo e da diversificação religiosa”⁶. A escrita já existia à muitos anos mas foi com a impressão, na medida que permitiu a difusão das descobertas de outros povos e continentes que, no nosso entender a globalização começa verdadeiramente.

Do século XVI ao XVIII, as redes planetárias são fracas e precárias, no entanto a primeira economia universal começa a tomar forma, não sendo mais do que uma configuração de entrepostos, nós de ligação entre o mar e a terra. No século XIX, essencialmente na segunda metade, a revolução industrial origina o alargamento dos espaços e a integração num sistema global de relações⁷. Ao longo do século XX, como resultado de um aumento de produção, há um aumento dos fluxos dos bens industriais que vão provocar a globalização do capital conduzindo à globalização da informação, dos padrões culturais e de consumo.

O fenómeno da globalização, atravessa a sociedade de uma forma transversal, provocando interferências em todos os sectores, obrigando-a a adaptar-se para fazer face a novos desafios:

- A mudança do papel do Estado.

A globalização não está só ligada à economia mas também à forma como o Estado se “modifica” para que as exigências globais sejam cumpridas. A opinião publica internacional e os mercados passam a desempenhar um papel que antes não tinham na redefinição dos limites de actuação do Estado. “Do ponto de vista dos Estados, combinam-se três fenómenos: integração; fragmentação e/ou exclusão; redefinição das funções.”⁸

Os fenómenos de integração⁹, não podem por em causa a sobrevivência dos Estados Soberanos, mas tornam as fronteiras permeáveis, dissociando limites de estados e realidades económicas, sociais e culturais, transformando os Estados numa sociedade mundial. Os fluxos da mundialização atravessam as fronteiras dos estados, fazendo desaparecer a separação entre o interior e o exterior deformando a coesão do espaço nacional. Não escapando já parte alguma da terra, à mundialização, a clivagem entre países, regiões e cidades, resi-

⁵ Warnier, Jean-Pierre, *A Mundialização da Cultura*, pg. 29.

⁶ Levinson, Paul, *A Arma Suave*, pg. 48.

⁷ Assente nos caminhos de ferro, nos progressos da navegação, na multiplicação de eixos rodoviários etc.

⁸ Philippe Defarges, *A Mundialização*, pg. 59.

de nas modalidades de integração. Os fenómenos da exclusão, afectam todos aqueles¹⁰, que tendo pertencido ao sistema, se vêm por ele rejeitados.

Em síntese, esta Nova Ordem mundial pode comprometer a Independência e a autonomia dos Estados e provocar conseqüências sociais gravíssimas. “Na alvorada do século XXI, enquanto que as relações políticas internacionais se mantêm centradas em torno do Estado Nação, a mundialização caracteriza-se em primeiro lugar pela explosão e pela aceleração de fluxos de toda a ordem: mercadorias, serviços, informações, imagens, modas, ideias, valores, numa palavra, tudo aquilo que homem inventa e produz, enquanto que este mesmo homem surge enraizado numa terra, ainda que ele também arrastado pelo frenesim da deslocação (viagens profissionais, turismo, migrações temporárias ou definitivas).”¹¹

-Mudanças económicas.

“A mais universal das linguagens parece ser o dinheiro, que integra todas as coisas, todas as actividades, numa única escala de valores...”¹². A globalização económica é uma nova ordem mundial e parece possibilitar às cadeias mundiais de empresas financeiras e industriais, a concentração de um enorme poder de decisão e de influência em milhões de pessoas em todo o mundo. Um dos aspectos mais importantes é a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) que tem que estabelecer as regras do jogo das trocas comerciais à escala mundial. Um estudo recente feito pela Fundação Heritage nos EUA, mostra que os países mais pobres do mundo são aqueles que se excluíram do processo de globalização e que a única possibilidade que têm de recuperar é aderir à globalização.

-Mudanças tecnológicas.

A grande evolução das tecnologias têm sido fundamentais para facilitar a comunicação entre os diversos países. A comunicação engloba um campo muito diverso como, meios de transporte, instrumentos de transmissões de palavras, de imagens e de dados. O comboio, o automóvel e o avião são universais. A emergência dos sistemas industriais exigem, meios de comunicação adequados sendo as telecomunicações uma das chaves do desenvolvimento. “Como atrair empresas se estas não têm a certeza de encontrar as ligações necessárias (estradas, aeroportos e telecomunicações)?”¹³ Através destas redes, cada individuo pode, comunicar permanentemente com todos os outros, por mais distantes que se encontrem.

9 comercio, investimentos, intercâmbios técnicos, moeda e movimentos de pessoas

10 Estados e até indivíduos

11 Philippe Defarges, op. cit., pág. 41.

12 Philippe Defarges, op. cit. pág 46.

13 Philippe Defarges, op. cit., pg 45.

O desenvolvimento da internet em que os seus utilizadores duplicam a cada ano que passa, além de fonte de divulgação de cultura e informações está a assumir cada vez mais importância originando que, os Estados tenham perdido o controle dos meios de comunicação, na medida em que o emissor da informação passou a ser o receptor porque passou a ir à procura da informação. O receptor escolhe sobre o que quer ser informado ao mesmo tempo em que dá a sua opinião.

-As empresas multinacionais.

As multinacionais têm um papel decisivo na economia mundial, a cadeia de “fast food” McDonald's, por exemplo, possui 18 mil restaurantes em 91 países e estão a provocar mudanças significativas no modo de produção dos produtos. Seguindo as tendências de concentrar e dispersar as empresas, aproveitando as facilidades proporcionadas pelas comunicações e transportes instalam as suas fabricas em qualquer lugar do mundo onde as vantagens fiscais e a mão de obra mais barata lhes sejam favoráveis. Esta tendência provoca uma transferência de empregos dos países ricos para os países em desenvolvimento, como por exemplo para os países asiáticos.

“Para estas empresas, a internacionalização é, ao mesmo tempo, uma necessidade, uma ambição e uma consagração.”¹⁴ A globalização no entanto parece impor organizações muito mais flexíveis e móveis para se adaptarem ao meio ambiente que as rodeia. As empresas deixam de ter todas as fases de produção e de distribuição, subcontratando pequenas empresas para o fabrico de determinados elementos, assim como a própria comercialização. No entanto estas empresas ficam com o “núcleo duro” das suas actividades e com o saber, internacionalizando a produção, provocando que, hoje em dia, grande parte dos produtos não tem uma nacionalidade bem definida. Um automóvel de marca norte-americana pode conter peças fabricadas no Japão, ter sido projectado na Alemanha, montado na Coreia e vendido em Portugal. A globalização obriga a que as empresas estejam presentes senão em todo o mundo, pelo menos nos mercados considerados estratégicos.

Para falarmos em mundialização da cultura teremos que ver de que forma é que a cultura é implementada no mundo inteiro, estando desta forma ligada à circulação de bens culturais. A indústria produz estes bens¹⁵ fazendo com que a cultura seja, cada vez mais, um bem económico. Com o recente aumento da produção e da procura cultural, as indústrias culturais surgem como um domínio de interacção social e de actividade económica, sendo simultaneamente motor do emprego e catalisador da identidade regional e nacional inte-

¹⁴ Philippe Defarges, op. cit., pg. 57.

¹⁵ Discos, filmes, programas, jornais, livros, alimentação, comida, cuidados de saúde, turismo, educação.

grando-se no desenvolvimento da sociedade. As indústrias da cultura hoje em dia são das mais poderosas de todo o mundo, o comércio de bens culturais, triplicou na década passada.

A globalização dos mercados provoca a concorrência à escala mundial de todas as empresas que produzem bens culturais pondo-nos a questão de que não será a mundialização sinónimo de uma americanização do planeta? Com efeito megaempresas como a Time Warner, a Disney, a Viacom e a Sony não dominam só os media como dominam o acesso a todo um conjunto de produtos culturais. O presidente da Disney Company explica este fenómeno dizendo que “A indústria norte – americana do entretenimento, veicula uma grande quantidade de possibilidades individuais, de escolhas individuais e de expressão individual. É isso que todas as pessoas de todo o mundo querem”¹⁶. Esta cultura criada pelos americanos, através das suas empresas culturais domina os mercados, do mundo inteiro ao ponto de ameaçar as próprias culturas europeias.

”Antigamente os exércitos lutavam pela posse do território porque terra era poder. Hoje os mercados são poder e a guerra é a guerra dos mercados. Os EUA e a Europa são aliados em questões de segurança mas são rivais em questões de mercados, cultura e moeda. O objectivo é a conquista mutua do mercado do outro e a conquista de mercados de interesse comum”¹⁷.

A televisão e o cinema tornaram-se fornecedores democráticos e poderosos de bens e serviços culturais, apesar de os seus conteúdos privilegiarem os produtos americanos em detrimento dos europeus. Este conflito é particularmente visível no campo da culinária, onde produtos como McDonald’s, Burger King e Pizza Hut estão a expandir-se rapidamente na Europa e no do cinema e televisão onde o défice de trocas entre a Europa e os EUA não para de aumentar.

Mas o que é a cultura? Há várias definições de cultura, pode ser definida como o conjunto de modos de vida e costumes, conhecimentos e graus de desenvolvimento artístico, científico e industrial numa época ou num grupo social, para Robert J Holton é o “conjunto das ideias e das práticas que têm em comum a função de atribuir significado e identidade a actores sociais e que combinam elementos cognitivos, expressivos e de avaliação” para Jean-Pierre Warnier é “a bússola de uma sociedade, sem a qual os seus membros não saberiam nem de onde vinham nem como se deviam comportar”. Se formos a um dicionário a cultura é definida como a maneira colectiva de pensar e sentir ou como um conjunto de acções

¹⁶ Schumann, Harald e Martin, Hans-Peter, *A armadilha da Globalização*, pg. 21.

¹⁷ Pinheiro, Prof. Dr. João de Deus, in conferência proferida no IAEM em 30Nov2000.

do meio que asseguram a integração dos indivíduos numa colectividade. A convergência, a homogeneização ou mesmo a uniformização dos modos de vida fazem emergir uma cultura universal: linguística, televisiva, musical, relativa ao vestuário, alimentar ou desportiva. Esta convergência provoca choques, rejeições e reacções de identificação que não podem ser reduzidas a um mecanismo de aculturação. Há o perigo de uma cultura homogeneizada que pode vir a ser controlada. Este processo de homogeneização reflete-se na extinção de algumas línguas¹⁸ que vão sendo substituídas pelo inglês. A língua inglesa aspira a ser a língua mundial como que afirmando uma civilização ocidental que está a emergir.

As pessoas de países diferentes que, precisam de comunicar têm que arranjar uma língua para o fazer, ao longo da história muitas línguas foram assumindo este papel, actualmente é a língua inglesa a mais utilizada pelos diplomatas, empresários, pilotos etc e neste sentido o inglês, é um meio de comunicação intercultural. O mesmo se passou quando tivemos que adoptar como medida o sistema métrico, o sistema de numeração, o calendário etc.

A língua comunica significados, expressões e valores e constitui-se um elemento fundamental de qualquer civilização e conjuntamente com a cultura está no coração dos fenómenos de identidade contribuindo para que, os indivíduos se afirmem de forma consentânea com a sua cultura, quando inseridos em países diferentes.

Neste mundo cada vez mais interdependente e “globalizado” qual será então o papel da cultura?

Para Samuel Huntington cultura e identidade podem explicar os conflitos à escala planetária. Considerando que no mundo existem 7 ou 8 civilizações principais é o conflito ou o entendimento entre civilizações o mais provável de acontecer. Ele analisa as interligações éticas e neste contexto as “reações identificadoras serão as respostas às ameaças que a globalização dos fluxos de todo o género fazem pesar, a partir do exterior, sobre as diversas civilizações”¹⁹.

Para nós a cultura é o factor de identificação e união mais poderoso de uma sociedade. Esta identificação pode ocorrer nas mais diversas situações e ser origem de conflitos, mas para o tema em questão a mundialização da cultura contribui para criar a diferenciação e afirmação de pessoas, grupos e países.

A cultura manifesta-se de diversas formas e está relacionada com a industrialização na medida em que, a indústria “consegue” disponibilizar mais produtos que vão ter de conquistar cada vez mais mercados. Com o fenómeno da globalização o mercado passa a ser

¹⁸ Calcula-se que existam cerca de seis mil idiomas no mundo, mas pouco mais de 300 são faladas por um milhão de pessoas.

planetário, sendo hoje em dia, praticamente impossível qualquer país ficar de fora deste fenómeno. O desafio consiste em conjugar a cultura, como veículo de afirmação da identidade, com o desenvolvimento de novas fontes de postos de trabalho duradouros e independentes, compatíveis com a economia de mercado. O desenvolvimento das indústrias culturais potencia tanto o risco de perda de identidade e de uniformização do processo de mundialização como o desejo de aprofundar o conhecimento da sua própria cultura. O resultado é que estes “produtos culturais” ao atingir os mercados locais vão interagir com os produtos desses mesmos mercados, provocando choques, criando a ideia de uma cultura universal que é partilhada por todo o mundo sendo simultaneamente um meio de transmissão de informação. Apesar dos efeitos “nefastos” da globalização nenhum país quer ficar fora deste fenómeno, porque associado a ele aparece o desenvolvimento e é difícil mesmo nos lugares mais reconditos as populações não aderirem às vantagens desta modernidade.

Na nossa opinião é importante que as pessoas conheçam a sua própria cultura e a dos outros povos mas, para esta ideia de cultura universal vingar, os média têm que desempenhar um papel fundamental. Como já vimos, a sua influência estende-se a vários sectores e assume grande importância, contudo eles estão mais “interessados” em fazer vender produtos, o que lhes dá mais lucro do que vender a cultura universal. É certo que há fenómenos culturais que são apropriados pelas indústrias da cultura, como por exemplo o futebol, que tem difusão mundial. Não podemos também esquecer que os média não chegam a todos os “cantos” do mundo da mesma forma, basta atendermos por exemplo ao número de pessoas que em África ou em outras partes do globo têm acesso à internet.

Assim pensamos que a mundialização da cultura no sentido de criar uma cultura universal ainda terá um longo caminho a percorrer, contudo é necessário apoiar, alargar e estimular a procura cultural na sociedade do futuro, através da educação havendo uma grande interligação entre a cultura e indústrias culturais.

Como conclusão podemos dizer que em consequência da globalização e do aumento do fluxo dos bens culturais à escala planetária a cultura tornou-se um bem económico. Assim a mundialização da cultura pode ser inserida na globalização económica e se há alguma cultura mundializada, essa cultura é a americana que aos poucos está a “eliminar” as culturas europeias e a invadir o mundo, apoiada por uma indústria cultural própria, cada vez mais poderosa contudo a ideia de “aldeia planetária” permanece um mito.

¹⁹ Warnier, Jean-Pierre, op. cit., pg. 100.

V. RESUMO DO LIVRO POR CAPÍTULOS

Ao longo de 9 capítulos sendo um a introdução e outro as conclusões, o autor conduz uma reflexão sobre o significado da cultura englobando um conjunto de ensinamentos obtidos por cada um de nós enquanto de uma forma isolada e inseridos na sociedade procurando obter a resposta face à globalização para, qual o peso das culturas do mundo face ao assalto das indústrias da cultura.

V.1. Resumo de cada capítulo

V.1.1. Introdução-O moderno caleidoscópio.

Jean-Pierre Warnier considera a expressão “Mundialização da Cultura” como a circulação de produtos culturais (cinema, audiovisual, música, dança, revistas, culinária etc.) a uma escala global e num curto período de tempo.

Este fenómeno suscita posições contraditórias na medida em que uns vêm nele a promessa de um mundo democrático unificado por uma cultura universal, outros vêm a causa da perda de identidade e alguns aproveitam para afirmar os seus particularismos até ao ponto de usar a violência.

O objectivo do autor é arranjar uma “chave de interpretação do funcionamento do mercado global dos bens culturais, do contexto nos quais operam e do seu impacto”²⁰ na medida em que os produtos ditos culturais “circulam em todo o planeta e são quotidianamente vendidos a seis milhões de seres humanos de uma maneira verdadeiramente desigual”²¹.

V.1.2. Capítulo I. Arte zen contra Titanic.

Neste capítulo o autor procura dar resposta à questão “Qual o peso das culturas do mundo face ao assalto das indústrias da cultura?”. Os factos que ressaltam da mundialização da cultura não são todos da mesma natureza, não podemos considerar da mesma forma os produtos resultantes de uma tradição (como a arte zen do tiro ao arco) e os produtos originados por uma indústria de alta tecnologia (filmes e séries) como é exemplo o filme Titanic. As culturas antigas transmitem-se por tradição e estão ligadas a uma determinada sociedade histórica e geograficamente situada, não havendo nenhuma sociedade que não possua a sua própria cultura. Ao olhar a mundialização dos mercados as culturas aparecem como localizadas geograficamente podendo revestir-se de uma dimensão mais

²⁰ pg. 7.

²¹ pg. 7.

social que espacial através das diásporas, assumindo particular atenção os Estados-Nação e os grupos étnicos dentro das fronteiras dos estados ou espalhados pelo mundo em que se falam línguas diferentes. Língua e cultura estão na base dos fenómenos de identidade. As pessoas afirmam-se de maneira diferente em relação aos grupos cuja cultura é diferente. Aparecendo a cultura como bússola, na medida em que propõe comportamentos que permitem agir de acordo com as normas do grupo com quem se identificam.

A indústria permite produzir em série bens que, usualmente são considerados cultura (imagens, música, palavras) e desta forma a produção de discos, livros e revistas são considerados indústrias culturais.

Quando se olha para estas indústrias importa distinguir os conteúdos e os suportes. Os suportes (gravação, fibra óptica etc.) são relativamente permanentes e de produção fácil. Os conteúdos são objecto de uma produção constantemente renovada, cara, difícil e sujeita aos acasos. Além das actividades tradicionais, outras actividades como por exemplo a moda, a cozinha, o mobiliário, o brinquedo que também são cultura e que cada vez mais impulsionadas, pela expansão das trocas comerciais são levadas até aos mais recônditos lugares da terra, põem em confronto produtos das culturas locais com produtos globais que, de uma forma mais ampla relacionam o passado com a inovação industrial. Hoje em dia é praticamente impossível qualquer país ficar de fora deste fenómeno e assim o tango argentino é popular em Paris, a MacDonald's serve hambúrgueres em Pequim, a arte *zen* seduz a alma germânica, a *baguette* parisiense popularizou-se em alguns países da África ocidental e a princesa de Gales foi chorada um pouco por toda a parte, e o campeonato do mundo de futebol é visto em todo o mundo.

V.1.3. Capítulo II. Fragmentação cultural e sistema mundial.

Neste capítulo o autor defende a ideia de que o que está na origem de um sistema mundial moderno é a fragmentação cultural da humanidade, a “grande transformação” operada pelas trocas comerciais e o desenvolvimento dos transportes e dos meios de comunicação. Desenvolve a ideia de que as teorias da convergência falharam na medida em que havia o sentimento de que a modernização faria progressivamente convergir as culturas segundo um modelo único. A fragmentação cultural existente fez com que cada grupo tenha desenvolvido as suas especificidades culturais que, através do fenómeno mercantil se foi esbatendo. A cultura tradição durante muitos anos escapou a estas trocas mercantis. Desde sempre houve comunicação e trocas culturais à escala continental e intercontinental, assumindo particular importância as tecnologias utilizadas nestas trocas: os trans-

portes e a comunicação. Os transportes são definidos como técnicas que permitem transportar pessoas e bens de um lado para outro e a comunicação como técnicas que permitem fazer passar a informação entre as pessoas. Exemplo disto é a escrita que esteve confinada durante muito tempo aos limites da comunidade da língua e da cultura, quando já existe há muitos milhares de anos.

O sistema mundial moderno começou com os portugueses²². “Tirando partido da sua posição e combinando a arquitectura naval da Europa Ocidental e dos marinheiros do Mediterrâneo, entre 1500 e 1540 controlaram toda a África, os Açores e o continente americano realizando de uma só vez a globalização dos transportes e das comunicações marítimas colocando em contacto de uma forma brusca universos sócio culturais diferentes, originando um choque violento entre eles. Depois destas viagens muitos países lançaram-se no comércio com outras partes do mundo alcançando este sistema de trocas dimensão planetária, provocando trocas culturais intensas, muitas das vezes em conflito com a extrema fragmentação dos códigos culturais dos protagonistas e a “tendência para a uniformização das culturas parecia irresistível”²³.

V.1.4. Capítulo III. A revolução industrial, prelúdio à mundialização.

Neste capítulo o autor desenvolve o factor que falta para compreender a mundialização da cultura. A industrialização.

As inovações técnicas e organizacionais ocorridas com a revolução industrial, da electricidade no início do século XX e da informática que ainda está a decorrer, vão lançar as bases da indústria como cultura.

No período de 1850 a 1900 afirma-se a importância da escrita, do papel, dos jornais e dos livros. Com o aparecimento da electricidade surge o cinema, a rádio e tudo se transformou na cultura dos países industrializados, tendo sido a telefonia sem fio (TSF) alvo de disputas políticas a que se vai juntar mais tarde a televisão e muitas outras inovações²⁴. Todos estes fenómenos agitam as indústrias culturais e provocam mudanças culturais em domínios como o ensino, o aprovisionamento industrial de massas e o desporto. Sendo que o ensino é tradicionalmente um vector de cultura, no aprovisionamento aparecem três sectores: os transportes, as técnicas de cuidar do corpo e o agro-alimentar carregadas culturalmente e o desporto que é um fenómeno cultural.

²² Outros autores referem o mesmo.

²³ Pg. 33

²⁴ Internet

Actualmente a indústria permite rapidamente a produção de produtos destinados a todos os sectores culturais. A mundialização efectua-se através de uma globalização dos mercados, inclusive de bens culturais, o que implica a introdução na concorrência à escala mundial de todas as empresas que produzem bens culturais levando à confrontação cultural entre a indústria e a tradição.

V.1.5. Capítulo IV. Panorama mundial das indústrias da cultura.

Neste capítulo o autor tem em conta as actividades de conteúdo cultural (cinema, música, livros), as actividades de comunicação (mídia) e as outras actividades que não sendo consideradas culturais (indústrias alimentares, dos brinquedos, do vestuário), constituem um veículo de trabalho cultural. Numa primeira parte caracteriza os ramos de actividade e descreve de que forma, a estratégia das indústrias de cultura foi alterada com o impacto das novas tecnologias.

Numa segunda parte descreve a economia política mundial da cultura, afirmando que “a actividade das indústrias culturais e mediáticas só tem continuidade a longo prazo respeitando as lógicas económicas”²⁵ assumindo particular interesse as actividades que fornecem conteúdos, sendo estes transformados em espectáculos como por exemplo “as viagens do Papa, os jogos olímpicos ou as campanhas eleitorais”²⁶

A mundialização da cultura tem que ser analisada num contexto da indústria em geral sendo que todas as actividades fazem parte do objecto de uma industrialização e de uma globalização de mercados que vai fazer sentir a sua influencia em todos os recantos do mundo,” todos os países do mundo foram conquistados mais ou menos pela industrialização da cultura e pelos fluxos mundiais das mercadorias de valor comercial, em função do seu grau de riqueza e desenvolvimento”²⁷ sendo uma troca privilegiada entre os mais ricos, o termo mundialização da cultura aparece ligado á capacidade de alguns países em produzir a sua cultura e faze-la perdurar face a agressões exteriores e à invasão de produtos culturais.

V.1.6. Capítulo V. As políticas culturais.

A mundialização dos fluxos mediáticos e comerciais transformou as políticas culturais dos grupos, das colectividades e dos estados. Com a emergência dos média tem que ser

²⁵ pg. 54

²⁶ pg. 55

²⁷ pg. 55

equacionada a existência de uma política mundial da cultura. As políticas culturais assentam em três vertentes²⁸:

Desenvolvimento económico, promoção e controlo da informação-comunicação e socialização do indivíduo e transmissão do património cultural e identificativo.

Este capítulo descreve de que forma as políticas culturais se articulam a nível local, para preservar o património, com as políticas educativas dos estados, as quais procuram atingir o objectivo de fazer com que as crianças sejam cidadãos competentes socializados num projecto nacional que, vai unificar o país à volta de uma cultura veiculada pela escola, projecto simultaneamente político, económico e cultural. É o estado que deve definir a política cultural e arbitrar os interesses em jogo porque a cultura também é um negócio de estado.

Há uma tentativa para que a política mundial de cultura seja regulada por organizações internacionais como a United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (UNESCO), mas se a educação e o património são fáceis de gerar consensos, a comunicação é difícil por causa de factores económicos, aparecendo outros organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) que tem que estabelecer as regras das trocas comerciais à escala mundial por forma a satisfazer todos os interesses em jogo.

Uma vez que os produtos das indústrias culturais são objecto de comércio eles são regulados pela OMC de acordo com as regras fixadas para as trocas comerciais normais.

V.1.7. Capítulo VI. A erosão das culturas singulares.

As observações feitas pelos etnólogos, mostram os efeitos que a mundialização da cultura tem sobre as comunidades, sendo observada uma erosão rápida e irreversível das culturas singulares à escala planetária e por outro lado, esta erosão está limitada por elementos sólidos das culturas de tradição que, se vão opondo à hegemonia cultural exercida pelos países industrializados.

Pela mundialização da cultura todos os aspectos das práticas culturais foram tocados. Este fenómeno não é novo, já as conquistas coloniais destruíram culturas singulares em larga escala, e esteve sempre presente na história do homem, que o imperialismo moderno assenta na emergência dos nacionalismos na Europa e que a revolução industrial alterou as apostas e os meios de conquista.”Em nome da nação dita civilizada trata-se de

²⁸ pg .64

transformar o civilizado”²⁹, por seu lado as sociedades “colonizadas” adaptaram-se tendo “reinventado as tradições, domesticado os bens que chegaram dos ocidentais, apropriando-se deles e voltando-os contra o colonizador”³⁰ havendo contudo em todo o mundo uma grande procura pelos produtos de uma modernidade mais ou menos fantástica. A erosão da cultura das sociedades da tradição provoca custos que não são medidos mas que têm de ser tidos em conta para a mundialização da cultura. As culturas tradicionais têm que optar por uma civilização em que, vai ser dada prioridade á produção de indivíduos ou se adquirem os produtos da modernidade, sendo ameaçadas por outras mais poderosas. Esta ameaça também se verifica com as culturas industriais poderosas, nomeadamente às europeias, que estão ameaçadas pela superpotência americana com as suas indústrias de cultura.

V.1.8. Capítulo VII. Um aumento de criações culturais.

A mundialização da cultura tem que ter em conta como os fluxos culturais são recebidos a nível mundial ou a nível local, senão pode ser vítima de uma ilusão de óptica. A circulação de bens culturais à escala mundial é um factor de comunicação.”O ponto de vista global isola os produtos culturais do seu contexto, agrega-os por categorias e quantifica a produção e a distribuição à escala planetária”³¹, não havendo capacidade, para verificar de que forma, os produtos culturais são recebidos, domesticados e reapropriados, tem que se recorrer ao ponto de vista local, para avaliar o seu impacto nas actividades de uma dada comunidade, sendo necessário para a compreensão da mundialização, a articulação entre o ponto de vista global e local.

Hoje em dia, o consumo torna-se um espaço de produção cultural, em que a concorrência impele as empresas a explorarem mercados cada vez mais estreitos, verificando-se uma fragmentação do mercado, devido á oferta diversificada de bens e serviços, havendo uma divergência entre um consumo indiscriminado e o aparecimento de produtos, fortemente individualizados e que se constituem na base, da forte capacidade das culturas resistirem à erosão. Esta resistência está na origem de reivindicações identificadoras de determinados grupos de maneira agressiva em relação a outros grupos. Estas condutas são reacções no sentido de resistir á ameaça da mundialização sobre as culturas singulares, derivando muitas das vezes para práticas violentas podendo assim explicar-se alguns dos actuais

²⁹ pg. 79

³⁰ pg. 80

³¹ pg. 92

conflitos³², mas se por um lado existem conflitos a coabitação pacífica constitui a situação mais frequente.

A humanidade é uma máquina de criar diferenças e defende a sua identidade, recontextualizando os bens importados, sendo os fluxos mundiais de grande complexidade, dificilmente os pode representar, pelo que as lacunas de percepção são suprimidas pelo imaginário.

V.1.9. Conclusão. Questões de democracia.

Falar de mundialização da cultura é um abuso de linguagem, quanto muito pode falar-se da globalização de certos mercados ditos culturais.

A humanidade hoje como ontem, é uma máquina de fabricar diferenças e clivagens que perpetuam as culturas existentes.” Só a noção de cultura é susceptível de procurar uma chave de decifração dos factos da globalização dos mercados culturais”.³³ Sendo o mercado um meio de trocas globalizado exerce a sua acção niveladora, ao ponto de estabelecer uma verdadeira mundialização da cultura que, daria a toda a humanidade a bússola e as referências comuns que ela necessita. Sendo pouco provável que os média e as indústrias culturais sejam capazes de veicular estas idéias porque o seu objectivo é o lucro e não edificar uma cultura universal, esta ambição é estritamente política. Contudo há exemplos de que é possível a ideia de uma cultura mundializada e assim as desigualdades político económicas serem contra balanceadas por factores culturais.

³² Ex-Jugoslávia, Camboja, Ruanda

³³ pg. 105.

V.2. Referência a outras obras

Em nosso entender podemos referir o livro “Uma estranha ditadura” de Viviane Forrester que, nós dá uma outra perspectiva do fenómeno da globalização económica em que faz a critica ao regime político -o ultraliberalismo- que gere a globalização aproveitando-se dela e esquecendo a grande maioria dos cidadãos.

V.3. Citações

Citação 1

Sobre a língua e cultura como elementos de identidade: pág. 12:

“...a identidade define-se como um conjunto de repertórios de acção, de língua e de cultura que permitem a um individuo reconhecer a sua dependência de um certo grupo social e de se identificar com ele.”

Citação 2

A cultura como factor de orientação pág. 9:

“ ..é a bússola de uma sociedade, sem a qual os seus membros não saberiam nem de onde vinham nem como se deviam comportar”

Citação 3

Sobre a cultura : pág. 14:

“É a capacidade de organizar as referencias e os esquemas de acção e de comunicação. É um capital de hábitos incorporados que estrutura as actividades daqueles que a possuem.....permite estabelecer uma relação significativa entre as coisas e as pessoas...”.

Citação 4

Sobre a importância estratégica da telefonia sem fios e da televisão: pág.39:

“.....a TSF torna-se numa disputa política, logo a seguir à Primeira Guerra Mundial, e num jogo estratégico com os totalitarismos a ganharem terreno, que percebem rapidamente, os benefícios que tirar deste instrumento de propaganda. A televisão, desde a sua invenção inscreve-se igualmente neste campo de poder.”

Citação 5

Sobre a configuração actual da mundialização da cultural: pág.43:

“...encontro entre homens inscritos em culturas fragmentadas, locais, enraizadas ao longo do percurso da história, por um lado, e os bens e os serviços colocados no mercado por indústrias recentes e globalizadas por sistemas de troca e de comunicação de uma grande capacidade.”

Citação 6

As seis funções principais dos média em regime liberal: pág.50:

“.....vigiar o que o rodeia, difundir informação, divertir, transmitir conteúdos culturais, oferecer um fórum de discussão, fazer comprar.”

Citação 7

Sobre a influencia da globalização dos mercados: pág. 54:

“ a actividade das indústrias culturais e mediáticas só tem continuidade a longo prazo respeitando as lógicas económicas”

Citação 8

Sobre o aspecto cultural da alimentação e forma de resistir à mundialização : pág.57:

”O desenvolvimento das multinacionais e das indústrias agro-alimentares à escala mundial, a globalização dos mercados dos cereais , da carne de vaca, e das bebidas têm um impacte profundo sobre as entidades locais. Em todo o mundo, os sujeitos aceitaram a alimentação mundializada por uma restauração rápida, mas praticarão as artes locais da mesa desde que ela possa construir a identidade”

Citação 9

Sobre as políticas culturais locais : pág.65:

“A transformação de uma mina ou de uma fabrica desactivada em museu é cada vez mais uma maneira de dizer adeus ao passado sem o destruir”

Citação 10

Sobre a política da diversidade linguística pág.69:

“A política favorável à diversidade linguística é uma característica dos países desenvolvidos. Nos países pobres, linguisticamente fragmentados, a maioria das políticas culturais são brutalmente unificadoras.”

Citação 11

Sobre a forma como os povos resistem a colonização : pág.79:

“...nunca as sociedades colonizadas foram jogadas passivamente consagradas à violência do colonizador...nunca abdicaram da sua iniciativa.... souberam reinventar as tradições, domesticar os bens que chegaram dos ocidentais apropriar-se deles e volta-los contra o colonizador.”

Citação 12

Contrariando as teses de Samuel Huntington sobre a guerra das civilizações: pág.88:

“A guerra das civilizações não é uma guerra identificadora, mas um conflito político sobre um fundo de mudança histórica.”

Citação 13

Sobre a forma como os produtos culturais são vistos a nível global: pág. 92:

.”O ponto de vista global isola os produtos culturais do seu contexto, agrega-os por categorias e quantifica a produção e a distribuição à escala planetária”

Citação 14

Sobre a capacidade de as culturas resistirem à globalização: pág. 97:

“A produção de autenticidade, os movimentos de relance e as actividades de revitalização revelam uma extraordinária capacidade das culturas resistirem à erosão.....porque uma civilização está marcada desde a infância nos sujeitos, nos seus hábitos motrizes, nos seus corpos, nas suas práticas discursivas.”

Citação 15

Sobre a capacidade de as culturas resistirem à globalização: pág. 97:

“Os transportes são definidos como técnicas que permitem transportar pessoas e bens de um lado para outro e a comunicação como técnicas que permitem fazer passar a informação entre as pessoas”.

Citação 16

Sobre a cultura compreender a globalização: pág. 105:

.” Só a noção de cultura é susceptível de procurar uma chave de decifração dos factos da globalização dos mercados culturais”.

VI. APRECIÇÃO GLOBAL DA OBRA

No nosso entender “A Mundialização da Cultura” é uma obra extremamente rica em que o autor conduz uma reflexão sobre o fenómeno da mundialização da cultura relacionando-a com a circulação de produtos culturais a nível mundial. Para ele falar da mundialização da cultura é um abuso da linguagem e que quanto muito se pode falar da globalização de certos produtos ditos culturais. Dizer que estamos perante a americanização da cultura, não faz muito sentido, o que é certo é que as indústrias culturais americanas³⁴, dominam o mercado mundial de produtos culturais e estendem a sua influência a todas as partes do mundo³⁵. Para nós ao verificar-se este fenómeno e contrariamente ao que diz o autor há uma tentativa de homogeneização da cultura mundial por parte da cultura americana, porque subjacente à circulação de bens culturais está a ideia de lucro mas, ao adquirirem-se esses produtos está-se também a comprar a cultura a eles associada. Como vimos os bens culturais que mais circulam em todo o mundo são de origem americana logo há uma maior difusão a nível mundial desta mesma cultura.

Não podemos também deixar de referir que na nossa opinião este ponto de vista sobre a mundialização da cultura sofre do facto de o autor ser francês e haver um conflito de interesses entre a cultura francesa e americana em diversas partes do mundo.

Por último não nos podemos esquecer que a cultura além de contribuir para a unificação e diferenciação de um povo pode também ser origem de grandes clivagens e estar na origem de conflitos entre esses mesmos povos.

³⁴ o cinema e o audiovisual .

³⁵ símbolos como a Coca-Cola, MacDonald's e Disney estão presentes em todo o mundo.

BIBLIOGRAFIA

Usada para o desenvolvimento do tema central

Livros

FORRESTER, Vivianne, Uma estranha ditadura, Terramar, Lisboa, 2000.

GERMANANGUE, Marc, Atlas das relações Internacionais, Plátano, Lisboa, 1999.

LEVINSON, Paul, A Arma Suave, Bizâncio, Lisboa, 1998.

PHILIPPE Defarges, A Mundialização, Instituto PIAGET, 1993.

SCHUMANN, Harald e Martin, Hans-Peter, A armadilha da Globalização, Terramar, Lisboa. 1998

WARNIER, Jean-Pierre, A Mundialização da Cultura, Editorial Notícias, Lisboa, 2000.

Revistas

AAVV, Executivedigest, ano 7, nº73, Novembro, 2000.

AAVV, Revista do Exército Brasileiro, Volume 134, 1997.

Conferências

PINHEIRO, Prof. Dr. João de Deus, in conferência proferida no IAEM em 30Nov2000.

Política de Defesa		
	...reflexões sobre assuntos de defesa nacional	16
	Defesa nacional: Alguns problemas conceptuais	16
	Os factores morais e os aspectos morais da defesa	25
	Orientações de política de defesa	39
	Política de defesa nacional	39
	A política de defesa como política interdepartamental	44
	Segurança e defesa	45
	...teoria da segurança e da defesa nacional	64
	A crise do estado soberano	66
	Política geral do governo. Orientações	66
	Política geral do governo	71
	...nova política de defesa nacional	71
	Política geral do governo	75
	A política de defesa nacional	75
	Política geral do governo	79
	Política de defesa nacional	79

Relações Internacionais		
	Relações externas e defesa nacional	01
	Das relações internacionais	14
	Competências constitucionais no domínio da política externa	14
	...história diplomática portuguesa	01 a 22
	...estratégia de relações externas para Portugal nos anos 80	24
	Portugal e as relações internacionais	32
	...binómio estratégia e relações internacionais	33
	Caracterização do sistema internacional e perspectivas futuras	45
	Grandes eixos da política externa do Portugal de hoje	45
	A política externa e a diplomacia numa estratégia nacional	56
	Ordem mundial e relações internacionais	68
	O vector diplomático da defesa	73
	Guerra e paz na perspectiva do actual sistema de RI	76
	O poder a moral e as relações internacionais	76

Origem dos conflitos		
	...a guerra e a paz: origem e destino da violência	17
	Perspectiva histórica sobre a evolução do fenómeno guerra	26
	Caracterização e tipologia das ameaças	33
	...caracterização polemologica da época contemporânea	40
	Guerra, paz e comunidades humanas à luz da história - ...	45
	...teoria do conflito e da violência ... fenomenologia da defesa	51
	Tipologia e hierarquização da ameaças. ...	61
	Segurança no mundo, na Europa e em Portugal.	62
	A fenomenologia da guerra, da paz e dos conflitos	65
	Os conflitos regionais e a segurança internacional	80

Cultura		
	A religião e a nação	01
	...sociedade – cultura – civilização.	01
	Estratégia e áreas culturais	14
	O poder cultural	18
	...interculturalismo em meio de forte emigração	26
	Acerca do conceito de estratégia	29
	Estratégia política e diplomática no interior do adversário	30
	A educação e a defesa nacional. ...reflexão estratégica	34
	Liberdade religiosa, igreja e o estado em Portugal	39
	A educação e a defesa nacional	42
	O ensino da história e a defesa nacional	43
	1988 – Crise cultural e revolução cultural	46
	A estratégia no tempo dos descobrimentos	51
	A identidade cultural portuguesa – um personalismo universalista	53
	...unificação da Europa – uma abordagem psicocultural	54
	...a importância de uma nova dinâmica no ensino	55
	O carácter nacional português e o CEDN	56
	...fenómeno migratório: coesão nacional e a projecção de PO no mundo	65
	A identidade cultural portuguesa - um patriotismo aberto à universalidade	69
	A religião, factor de conflito e potencial de paz	75
	Minorias e defesa nacional	78
	The return to Europe or the crises of civilization	78
	Educação nacional e defesa nacional	78

Comunidades		
	Problemas e perspectivas da emigração portuguesa	15
	Bases e prioridades da política relativa ... às comunidades portuguesas	
	As comunidades portuguesas e a defesa nacional	45
	Os direitos fundamentais das comunidades europeias	47
	O potencial estratégico das comunidades portuguesas	53

Nacionalismo		
	Para uma explicação de Portugal	00
	Para uma explicação de Portugal	02
	...nacionalismo e defesa nacional	07
	O patriotismo, o futuro e Portugal	14
	Sobre o carácter nacional...	21
	Algumas reflexões sobre o carácter nacional	23
	Singularidade portuguesa no concerto da Europa	30
	Nacionalismo e patriotismo na sociedade portuguesa actual - ...	49
	A sociedade portuguesa actual, o nacionalismo e o patriotismo	49
	Europa: o todo e as pátrias	50
	Sentir Portugal	56
	O cidadão português e a defesa: ...	63
	Acerca de nações e nacionalismos	80
	A regionalização, ... e a coesão nacional	80

Rel. Lusofonas		
	As relações de cooperação entre Portugal e os novos (PALOP)	10
	A cooperação com os novos países de expressão portuguesa	12
	Eixo Portugal – Brasil no espaço Europa–América do Sul–África Austral	63
	A situação nos PALOP e as ... relações com Portugal	71
	A comunidade dos países de língua portuguesa	74
	A comunidade dos países de língua portuguesa	77

Outras Culturas		
	O mundo árabe e islâmico	14
	Soviet actions in the third world	48
	Estudo da política chinesa	53
	Les rapports entre l'Europe et le monde Arabo-musulman. Coop et sec.	68
	... interpretação do fundamentalismo islâmico	68
	Les relations entre l'Europe et le monde Arab: "Cooperative security"	73
	O médio oriente: caracterização, factores de instabilidade ...	73
	Portugal e a influência estratégica do magreb	78
	Fundamentalismo islâmico	79

Estratégia Geral		
	Maquiavel e o estado moderno	03
	Estratégia indirecta e independência nacional	13
	... pensamento geoestratégico português	18
	Relações entre a estratégia e a política	21
	A estratégia indirecta e alguns cenários de confrontação indirecta	26
	Estratégia directa: possibilidades e limitações actuais da força militar	26
	Estratégia psicológica	27
	Pensar a guerra: Aron e Clausewitz	42
	Cenários: em busca dos amanhã possíveis	50
	Áreas de interesse estratégico para Portugal	66
	Acerca do CEDN – dos anos 60 à actualidade	67
	Estudos superiores de estratégia	69
	O carácter multidisciplinar da defesa nacional e ...	71
	Crise ou mutação dos fundamentos da estratégia	79

Instituto de Altos Estudos Militares SEMINÁRIO

10 e 11 de Maio 2001

OS NOVOS ESPAÇOS DE SEGURANÇA E DEFESA

Apoio:

Ministério da Defesa Nacional

CONCLUSÕES DO SEMINÁRIO

O **Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM)** organizou um seminário subordinado ao tema em epígrafe e que decorreu nos dias 10 e 11 de Maio e teve como finalidade promover o debate sobre os novos espaços de Segurança e Defesa e prospectivar o seu impacto nas soberanias, na sociedade e na arquitectura da Segurança e Defesa.

A cerimónia de abertura contou com a presença de S. Ex^a o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Mourato e teve como primeiro orador o Embaixador Jean Marie Guéhenno, Adjunto do Secretário Geral das Nações Unidas para as Operações de Manutenção de Paz.

Os conferencistas intervenientes neste seminário foram os seguintes:

Embaixador Jean Marie Guéhenno, Professor Doutor Braga da Cruz, Professor Doutor Gomes Canotilho, Dr. José Miguel Júdice, Vice-Almirante Ferraz Sachetti, General Martins Barrento, Professor Doutor Adriano Moreira, Dr. João Salgueiro, General Espírito Santo, Dr. António Vitorino e Professora Doutora Teresa Ambrósio.

As **conclusões do Seminário**, foram as que a seguir se apresentam:

No âmbito do painel REFORMULAÇÃO DOS ESPAÇOS POLÍTICOS e no que se refere às Implicações para a Soberania o Embaixador Jean Marie Guéhenno afirma que o aparecimento de “Novos Espaços Políticos” emergentes da denominada mundialização veio concorrer com o Estado-Nação, podendo ter um impacto de fragilização deste ou, até mesmo seu eclipse. Refere ainda que a mundialização gerou o reconhecimento crescente de um conjunto universal de direitos dos cidadãos, de que a Declaração Universal dos Direitos do Homem se constitui como base normativa, profundamente influenciadora da atitude governativa dos Estados. Como reflexo deste fenómeno, as violações dos Direitos do Homem passaram a exigir, da opinião pública internacional, uma condenação e intervenção, mesmo que desafiando os próprios Estado-Nação infractores. Daqui decorre que a ONU aparece, como a organização capaz de apaziguar as tensões e procurar soluções, dado o seu carácter de organização mundial adaptada a tal desiderato, embora no âmbito do binómio “Valores e Direitos Universais versus Soberania” dos Estados. Tal facto impõe, no entanto, acrescidas responsabilidades a esta organização, face à complexidade das situações e necessidade de meios para operar e constitui um novo desafio no

futuro, na prossecução de um papel fundamental e central na instauração de uma nova ordem internacional, em que se assumem como factores estruturantes a solidariedade e a necessidade de uma corresponsabilização da comunidade internacional.

Para o Professor Doutor Gomes Canotilho e no âmbito do tema Implicações para a Cidadania o Estado continua a ser herói, porque se trata de um Estado de direito, de um Estado de democratização, de um Estado social e de um Estado de saber e de competências, Estado que deve continuar a ser herói numa comunidade supranacional e numa comunidade mundial exercendo aquilo que já adquiriu, nomeadamente a jurisdição, democraticidade, socialidade e inteligência e saber. E aqui, a cidadania não deve ser um conceito estático de pertença a um Estado e deve articular-se em visões múltiplas, como a de cidadania local, regional, comunitária e mundial. Num mundo que queremos aproximar e que queremos mais integrado podemos não ter a utopia de cidadania, mas podemos ter a utopia dos deveres.

Para o Dr. José Miguel Júdice e no âmbito do tema Implicações para as Unidades Políticas, a existência na Europa da União Europeia de realidades comuns, tais como, “Política”, “Fronteiras”, “Novos Direitos”, “Orçamento”, “Fiscalidade”, “Sistema Judicial” e “Moeda Comum”, reforça a ideia de que já se está, de facto, num Estado Unitário Europeu. O papel desempenhado por alguns dos Países deste Estado é reduzido e neles se inclui Portugal. A razão dessa menor importância de desempenho reside na falta de regras, objectivos, estratégia, organização e na existência de um sistema que protege os países mais fortes e lhes proporciona maior protagonismo. A questão que deverá ser apreciada, porque fundamental, é a de saber se se deve defender, ou optar por, ou suscitar um federalismo dos Estados Nacionais, de 15 ou 27 Estados, ou um federalismo contra os Estados Nacionais – o das regiões, que possuirá 50 a 60 regiões. Para o Dr. Miguel Júdice a lógica da Defesa Europeia passa obrigatoriamente pela lógica do Estado Europeu, que aceitará, com naturalidade, ser o poder, pertença dos países maiores e mais poderosos.

No painel REFORMULAÇÃO DA ACÇÃO INTERNACIONAL o Embaixador Xavier Esteves, centrando a sua exposição no âmbito das Intervenções e Legitimidade que lhes está associada, e questionando o que mudou no mundo contemporâneo que teria levado o Estado-Nação todo poderoso e intocável a ser objecto de legitimação de ingerência, considerou que foi a crescente consciência da necessidade de defesa dos Direitos do Homem, a nova natureza do sistema internacional (passagem a unipolar com capacidade de definição de determinadas regras) e fenómenos como o da globalização que constituíram os factores estruturantes de tal mutação. Os Estados passaram a ficar assim em “liberdade vigiada” e os governantes a ter de prestar contas das suas acções à comunidade internacional. No entanto, num sistema internacional em fase de

transição, impõe-se questionar que perspectivas de mutações se visualizam no actual quadro geoestratégico em que o conceito de Estado terá perdido alguma relevância e em que os conceitos de soberania, intervenção e de legitimidade dessa intervenção se encontram também em transição. Ao perspectivar o futuro considera que o conceito de intervenção selectiva veio para ficar, que os “media” terão um impacto crescente, o que conjugado com uma opinião pública mais exigente obrigará os Estados a actuar e que novos desafios se perfilarão no horizonte, como seja o relativo à problemática ambiental. Está-se, assim, numa fase de transição do sistema internacional, em que se perfilará para o futuro uma coexistência dos paradigmas não intervencionista, saído de Westfália, e o intervencionista e humanitarista, sendo a intervenção um mecanismo de auto-regulação do sistema e como tal, de legitimidade alargada, embora não a qualquer custo.

Tipificando a Intervenção Militar o Gen. Martins Barrento considera que para as Forças Armadas não é muito importante se as intervenções determinadas pelo poder político, estão ou não no quadro do direito ou dever de ingerência. Esse é um problema político, embora para a sua resolução os Chefes Militares também contribuam com o seu parecer, no CSM e no CSDN. O direito e o dever de ingerência podem dar aso a intervenções por outros interesses, tornando-as, por isso, mais frequentes. Apesar das belas causas para intervir, o que leva os países a fazê-lo é, essencialmente, o interesse nacional. Para intervenções adequadas e com sucesso deve haver um diálogo permanente e fácil entre o poder político e as chefias militares, para definição dos níveis de intervenção, tipos de forças e riscos, o que subentende a existência de informações fiáveis, só possíveis com um sistema de informações eficiente. O sistema de forças nacional deve estar apto a responder às necessidades de intervenção requeridas pelo poder político e a manter por tempo prolongado esses compromissos. As particularidades dos diferentes teatros de intervenção levam frequentemente a arranjos na organização e equipamento das Unidades, o que inevitavelmente consome tempo e meios financeiros. Havendo que dar às Unidades Militares uma preparação específica para cada Teatro de Operações, convém ter sempre presente que a sua missão essencial é a de combater.

No âmbito do terceiro painel REFORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL, para o Doutor João Salgueiro, a situação da Área Económica não pressagia caminhos fáceis e é oportuna a reflexão porque está a mudar a essência da realidade portuguesa. A reformulação do conceito estratégico nacional num mundo em que as fronteiras económicas desaparecem altera a realidade de Portugal, sendo necessário construir o presente sem pressagiar o futuro. A globalização e a velocidade da difusão de informação, obriga Portugal a usar o novo espaço, como espaço de maior afirmação, adquirindo maior relevo que a sua própria realidade

geográfica. É preciso adquirir, a curto prazo (dois a três anos), a capacidade de desempenho dos melhores países e mudar já, alterando consequentemente o nosso quadro de atraso. A entrada na União Europeia e a moeda única, não substituem a estratégia nacional para os segmentos componentes dessa mesma estratégia. Torna-se necessária a segurança e a certeza jurídica, para garantir a concorrência económica no país, bem como um quadro claro que avalie o desempenho das empresas nacionais.

Relativamente à Área Militar o Gen. Espírito Santo apontou para a necessidade de:

- Manter em permanência um sistema de forças que confira ao Estado a capacidade de afirmar a soberania de Portugal, interna e externamente.
- Dotar esse sistema de forças com capacidades militares, mais orientadas pelas missões a cumprir do que pelas ameaças a enfrentar.
- Manter a possibilidade de, em caso de grave crise, ter capacidade de aumentar a capacidade militar, recorrendo aos conceitos de mobilização e requisição.
- Adotar progressivamente modernas capacidades de defesa visando os sistemas de comando, controlo, informação e computadores, o ambiente (agentes NBQ) e a qualidade de vida.
- Conceber e implementar componentes da estratégia militar nas áreas de equipamento, armamento e sustentação da força, com ênfase nas capacidades nacionais ou em parcerias.

As Forças Armadas, para poderem executar uma estratégia militar adequada ao momento actual, precisam de adaptações e não só de modernizações, estas entendidas muitas das vezes apenas como significando reduções. Na componente genética da estratégia militar a adoptar e no que aos recursos humanos diz respeito, é de reflectir sobre o modelo de voluntariado, adoptado pela maioria dos países europeus e que começa a levantar interrogações sobre a sua viabilidade, isto quando em Portugal ainda não está regulamentado. Um outro problema relacionado com a geração da força diz respeito ao «quanto custa?», isto é, que recursos a Nação quer e pode dedicar a uma força militar a que fixa missões institucionais. A organização da força deve ser cada vez mais conjunta (entre ramos), modular, flexível e projectável, com oportunidade e à distância. A estratégia operacional a adoptar tem de responder à questão simples de saber como melhor defender Portugal e os seus interesses. A aliança de defesa colectiva a que pertencemos dá-nos a garantia de que poderemos contar com os aliados, desde que continuemos parceiros de confiança. Mas antes do cenário de emprego operacional da força em operações de defesa do território nacional, teremos de encarar cenários de emprego da força na defesa de interesses colectivos da comunidade internacional, de reforço militar a parcelas do território nacional no atlântico, de presença militar que garanta a segurança de cidadãos nacionais em áreas inseguras e

de cooperação militar no âmbito da CPLP. Por último, a componente logística desta estratégia deverá incluir o estabelecimento de um comando logístico comum para as Forças Armadas. Para o Dr. António Vitorino, na Área da Política Externa, para o interesse estratégico nacional é necessário:

- Reafirmar hoje e sempre o nosso compromisso com a NATO, por razões de visão pró-activa para com a Aliança em função da nossa vocação Atlântica, exprimindo esse valor acrescentado face ao alargamento da plataforma europeia continental.
- Valorizar a diversidade da inserção da componente portuguesa em espaços estratégicos múltiplos, sendo esta componente fruto da história e do passado.
- Acrescer uma dimensão multilateral na componente de Segurança e de Defesa da CPLP e até uma força de defesa desse espaço, que traduzirá um valor acrescentado à IESD, pela valorização da Segurança extra-europeia.

A componente da IESD actual, assenta no objectivo de desenvolver uma capacidade de defesa da Europa. Não sendo um projecto generalista, assenta nas missões de Petersberg, de geometria variável, a obter em função do alargamento concretizado. A IESD revela que os europeus estão mais preparados para a cooperação militar/civil no âmbito das missões de Petersberg, procurando capacidade de actuação própria, progressiva, com objectivos definidos e estados finais previstos, fomentando a credibilidade dos europeus, possibilitando a obtenção de autonomia sobre o paternalismo tradicional dos americanos. A IESD provocará reformas nas Forças Armadas europeias, conduzindo à sua profissionalização, desenvolvimento de capacidades, da indústria e doutrina comum. No entanto existem riscos, entre os quais se deve salientar:

- A diferença entre a retórica e a capacidade efectiva para concretizar.
- financiamento da IESD e da capacidade militar a ela associada.
- A precipitação de acontecimentos nalgumas regiões da Europa e a retirada extemporânea dos EUA do continente europeu.

Para a Professora. Teresa Ambrósio, na Área da Educação e para o interesse estratégico nacional, torna-se necessária a qualificação dos cidadãos e o domínio dos novos saberes e do conhecimento como objectivos estratégicos da política educativa nacional. Para isso exige-se uma formação continua ao longo da vida para a valorização e qualificação individual e colectiva do cidadão. A formação básica para a cidadania, assente numa prática democrática, constitui objectivo presente e futuro, numa educação para a solidariedade, para a paz, para o domínio do saber e para o esbater de assimetrias. A nova cidadania, de que precisamos será fruto de uma capacidade individual e colectiva, que a partir do quotidiano procura caminhos mais adequados à superação das contradições, limitações e exclusões de que é feita a vida de cada Nação. A

educação da cidadania é um imperativo com vista à elaboração da uma estratégia educativa que urge definir